

SIMULADO 02/11/2025

Escrevente Técnico do Judiciário

001. PROVA OBJETIVA

ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO

Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo **70** questões objetivas.

Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.

Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.

Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.

Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.

A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.

Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.

Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.

Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

TEMA DA REDAÇÃO: Impactos do consumo digital na capacidade de concentração das novas gerações.

Obs: o candidato pode usar essa folha em branco para rascunho.



VUNESP

Escrevente Técnico do TJSP

Nome _____ Redação _____

Escreva aqui seu RM

<input type="text"/>	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<input type="text"/>	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<input type="text"/>	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<input type="text"/>	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<input type="text"/>	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<input type="text"/>	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9

Nota
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

Turma _____ Unidade _____ Data _____

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

FOLHA DE RESPOSTAS

DADOS DO CANDIDATO		INSCRIÇÃO
NOME		
ASSINATURA		C.P.F.
DATA DE NASCIMENTO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	LOCAL DA PROVA
DATA DA PROVA	PROVA	PRÉDIO SALA CARTEIRA
VISTO DO FISCAL		GAB. SÉQUENCIA

RESERVADO PARA CÓDIGO DE BARRAS

INSTRUÇÕES

- Utilizar caneta com tinta preta.
- Após conferir todos os seus dados, assinar no campo indicado.
- Preencher as respostas conforme o modelo: 
- Assinalar apenas uma alternativa para cada questão. Mais de uma marcação anulará a resposta.
- Não será permitido substituir esta folha de respostas.
- Esta folha deverá ser devolvida, obrigatoriamente, ao fiscal.
- Qualquer dúvida, informar-se com o fiscal da sala.

QUESTÃO	RESPOSTA	QUESTÃO	RESPOSTA	QUESTÃO	RESPOSTA
01	A B C D E	26	A B C D E	51	A B C D E
02	A B C D E	27	A B C D E	52	A B C D E
03	A B C D E	28	A B C D E	53	A B C D E
04	A B C D E	29	A B C D E	54	A B C D E
05	A B C D E	30	A B C D E	55	A B C D E

06	A B C D E	31	A B C D E	56	A B C D E
07	A B C D E	32	A B C D E	57	A B C D E
08	A B C D E	33	A B C D E	58	A B C D E
09	A B C D E	34	A B C D E	59	A B C D E
10	A B C D E	35	A B C D E	60	A B C D E

11	A B C D E	36	A B C D E	61	A B C D E
12	A B C D E	37	A B C D E	62	A B C D E
13	A B C D E	38	A B C D E	63	A B C D E
14	A B C D E	39	A B C D E	64	A B C D E
15	A B C D E	40	A B C D E	65	A B C D E

16	A B C D E	41	A B C D E	66	A B C D E
17	A B C D E	42	A B C D E	67	A B C D E
18	A B C D E	43	A B C D E	68	A B C D E
19	A B C D E	44	A B C D E	69	A B C D E
20	A B C D E	45	A B C D E	70	A B C D E

21	A B C D E	46	A B C D E	66	A B C D E
22	A B C D E	47	A B C D E	67	A B C D E
23	A B C D E	48	A B C D E	68	A B C D E
24	A B C D E	49	A B C D E	69	A B C D E
25	A B C D E	50	A B C D E	70	A B C D E

PICSIS INFORMÁTICA VUNESP_198_1.PIC

NÃO AMASSAR, NÃO DOBRAR E NÃO RASURAR ESTA FOLHA.

CONFIDENCIAL

ÃO ESCREVER NESTA ÁREA

LÍNGUA PORTUGUESA

1 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Leia o texto a seguir para responder às questões de números 01 a 07.

Por que agora a solidão nos adoece?

Para Vivek Murthy, cirurgião-geral e principal autoridade de saúde pública dos EUA, “a teoria evolutiva da solidão de John Cacioppo* está enraizada na observação de que os humanos sobreviveram como espécie não porque temos vantagens físicas como tamanho, força ou velocidade, mas por causa de nossa capacidade de nos conectar em grupos sociais”.

Essa teoria define a solidão como um estímulo para uma necessidade básica: a de nos conectar. “Assim temos uma maior chance de adaptação ao nosso ambiente”, defendeu o psiquiatra Thyago Antonelli-Salgado, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

“Se pensarmos nos primatas, humanos e não-humanos, com um comportamento de grupo, eles se protegeram contra a ameaça de predação, a escassez de recursos, e, assim, houve uma seleção natural desses indivíduos”, explicou.

Hoje, todavia, segundo os especialistas, a solidão é mais prevalente e intensa do que nunca e se configura como um grave problema de saúde pública. Em relatório de 2023, Murthy destaca que essa condição está associada a um risco maior de doença cardiovascular, demência, AVC, depressão, ansiedade e morte prematura. “O impacto de estar socialmente desconectado na

mortalidade é semelhante ao causado por fumar até 15 cigarros por dia.”

Por enquanto, as principais evidências não são capazes de cravar essa relação de causa e efeito. De qualquer forma, o crescente arcabouço científico tem deixado países em alerta. O Japão criou um “Ministério da Solidão”, e, no Reino Unido, uma secretaria foi nomeada para combatê-la.

O ponto chave que envolve a solidão é o sofrimento.

Entretanto a redução de interações pode ser feita com um objetivo maior, como autoconhecimento ou necessidade profissional (escrever um livro, por exemplo), não estando, portanto, associada a alguma repercussão negativa. Nesse caso, falamos de solidão.

Antonelli-Salgado aponta que a solidão não pode ser tema abordado apenas na velhice. A importância da conexão social precisa ser ensinada desde cedo. “Muitas vezes, a gente ensina às crianças que, mesmo sem fome, é importante comer para crescer forte. É preciso tomar água para se hidratar. Mas não falamos sobre a importância de ter boas conexões sociais para que haja uma maior qualidade de vida.” Para ele, bons vínculos têm a ver com profundidade, com estabelecer efetivas relações sociais e pensar que elas são sempre uma troca.

(Leon Ferrari. Disponível em: www.estadao.com.br/saude/a-solidao-nos-ajudou-a-sobreviver-por-que-agora-nos-adoece-especialistas-explicam/?utm_source=estadao:mail. Adaptado)

* John T. Cacioppo (1951-2018): professor da Universidade de Chicago, onde fundou o Centro da Neurociência Cognitiva e Social.

Assinale a alternativa que traz a afirmação correta a respeito do texto.

- A) A solidão e a necessidade de interações saudáveis e constantes são quesitos que devem ser discutidos especificamente no período da terceira idade.
- B) John Cacioppo defende que, em detrimento da permanência em grupo, são a potência e as habilidades físicas os atributos essenciais para a sobrevivência dos primatas.
- C) O termo “solitude” está relacionado à ideia de que, tendo o indivíduo um objetivo coerente a ser alcançado, a diminuição das interações sociais pode ser produtiva.
- D) Os especialistas alegam que a solidão deveria ter sido vista como um problema de saúde pública desde o início da existência dos seres humanos.
- E) O sofrimento provocado pela solidão, segundo Vivek Murthy, intensifica-se rapidamente quando o indivíduo também é um fumante compulsivo.

2 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) É correto afirmar que o texto

- A) identifica o campo de atuação dos especialistas citados com o intuito de dar credibilidade ao que eles defendem acerca de solidão e saúde pública.
- B) parte de relatos de pessoas acometidas pela solidão e que buscam soluções para o problema da falta de conexão com outras pessoas.
- C) apresenta opiniões de profissionais da área da cirurgia e da psiquiatria que divergem quanto à classificação dos problemas de saúde pública.
- D) deixa subentendido que nosso país deve se pautar pelas ações bem-sucedidas, empreendidas por Japão e Reino Unido, no enfrentamento da solidão.
- E) reproduz a linguagem complexa dos tratados de medicina, apesar de ser um artigo jornalístico destinado a todos os leitores do periódico.

3 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp)
Considere as passagens a seguir:

Por enquanto, as principais evidências não são capazes de **cavar essa relação** de causa e efeito.

O ponto chave que envolve a solidão é o sofrimento.

Os trechos destacados podem ser substituídos, respectivamente e sem comprometimento do sentido do texto, por:

- A) afirmar imediatamente essa ideia; O ponto prescindível que origina a
- B) demonstrar indubitavelmente essa ligação; O ponto crucial que está associado à
- C) provar futuramente esse problema; O ponto recorrente que se insurge contra a
- D) garantir em parte essa conexão; O ponto inexplicável que é a base da
- E) explicar minimamente esse conceito; O ponto controverso que se mantém exterior à

4 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp)
Assinale a alternativa em que as duas conjunções destacadas estabelecem no texto a mesma relação de sentido.

- A) **Se** pensarmos nos primatas, humanos e não-humanos...; ... não estando, **portanto**, associada a alguma repercussão...
- B) Hoje, **todavia**, segundo os especialistas, a solidão...; **Entretanto** a redução de interações pode ser feita com um objetivo...
- C) ... não estando, **portanto**, associada a alguma repercussão...; **Mas** não falamos sobre a importância...
- D) **Entretanto** a redução de interações pode ser feita com um objetivo...; ... efetivas relações sociais **e** pensar que elas são sempre...
- E) **Mas** não falamos sobre a importância...; ... efetivas relações sociais **e** pensar que elas são sempre...

5 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Considere as passagens reescritas do texto:

Com um comportamento de grupo, os primatas **se protegeram** **contra** a ameaça de predação e escassez de recursos.

Nesse caso, nós **falamos de** solidão.

De acordo com a norma-padrão de regência verbal e nominal, os trechos em destaque podem ser substituídos, respectivamente, por:

- A) se impuseram sobre a; nos referimos de
- B) se defenderam pela; fazemos menção à
- C) se livraram com a; caracterizamos em
- D) tomaram cuidado à; traduzimos por
- E) fizeram frente à; definimos como

6 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Os parênteses permitem introduzir observação adicional que pode ser suprimida sem interferir na compreensão do texto.

É o que ocorre no trecho reescrito em:

- A) “Assim temos (uma maior chance) de adaptação ao nosso ambiente”, defendeu o psiquiatra...
- B) Hoje, todavia, segundo os especialistas, a solidão é mais prevalente (e intensa) do que nunca...)
- C) Em relatório de 2023, Murthy destaca que essa condição (está associada) a um risco maior de doença cardiovascular...

D) O Japão criou um “Ministério da Solidão”, e, no Reino Unido, (uma secretaria) foi nomeada para combatê-la.

E) ... têm a ver com profundidade, com estabelecer efetivas relações sociais e pensar que elas (só sempre) uma troca.

7 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Considere as frases elaboradas a partir do texto.

A solidão pode ser um estímulo para que estejamos atentos _____ uma necessidade básica: a de nos conectar.

Em seu relatório, Vivek Murthy dá ênfase _____ situações em que a solidão está atrelada a um agravamento da saúde física e mental.

O cirurgião adverte que a mortalidade pelo impacto de se estar socialmente desconectado é similar _____ mortalidade causada pelo fumo.

Atendendo à norma-padrão de emprego do sinal indicativo de crase, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- A) a; a; à
- B) a; à; à
- C) à; a; a
- D) à; à; à
- E) à; a; à

8 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) A frase que está em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal se encontra na alternativa:

- A) Quando precisamos nos adaptar a novos ambientes, existe mais possibilidades de sucesso se evitarmos o isolamento.
- B) Predação e falta de recursos foram ameaças aos primatas, fato que os levaram a perceber que era mais vantajoso permanecer em grupo.
- C) Se houver boas conexões sociais, teremos chances de ampliar nossa qualidade de vida e não sucumbir ao sofrimento agravado pela solidão.
- D) Já se tomou algumas medidas contra os efeitos nocivos da solidão, a exemplo da criação de órgãos públicos que tratem desse tema.
- E) Devido à extrema solidão, pode surgir problemas graves para algumas pessoas, como doenças cardiovasculares e depressão.

9 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Leia outro trecho do texto inicial da prova para responder às questões de números 09 e 10.

A pesquisa, com mais de 8 mil pacientes, coordenada por Antonelli-Salgado, identificou efeitos protetores contra a solidão. Para a surpresa dos estudiosos, o mais importante foi a atividade física. Eles acreditam que a explicação é multifatorial. A atividade física possibilita a reunião de pessoas que têm um interesse em comum e também pode ajudar na questão inflamatória do organismo. “À medida que fazemos atividade física, ficamos mais tranquilos, há diminuição da ansiedade e uma

melhora da depressão”, declarou o psiquiatra.

(Leon Ferrari. Disponível em: www.estadao.com.br/saude/a-solidao-nos-ajudou-a-sobreviver-por-que-agora-nos-adoece-especialistas-explicam/?utm_source=estadao:mail. Adaptado)

Assinale a alternativa em que a redação da quarta frase do trecho segue a norma-padrão e apresenta ideias adequadas ao texto.

A atividade física possibilita a reunião de pessoas...

A) com quem o interesse é comum e, por afinidade, pode auxiliar na questão inflamatória do organismo.

B) onde o interesse é comum e, em contraste, pode auxiliar na questão inflamatória do organismo.

C) para as quais o interesse é comum e, a despeito disso, pode auxiliar na questão inflamatória do organismo.

D) cujo interesse é comum e, além disso, pode auxiliar na questão inflamatória do organismo.

E) em quem o interesse é comum e, por analogia, pode auxiliar na questão inflamatória do organismo.

10 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp)
Considere as seguintes frases:

O especialista e seu grupo realizaram a pesquisa com 8 mil pacientes, e esta surpreendentemente **mostrou** a **eles** que a atividade física é fator primordial contra a solidão.

Encontros com outras pessoas amenizam a sensação de isolamento, e é a prática esportiva que **proporciona** **esses encontros** com mais frequência.

De acordo com a norma-padrão de emprego e de colocação de pronomes, os trechos destacados devem ser substituídos por:

- A) os mostrou; proporciona-lhes
- B) os mostrou; lhes proporciona
- C) mostrou-lhes; os proporciona
- D) lhes mostrou; proporciona-lhes
- E) lhes mostrou; os proporciona

11 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Leia a tira a seguir para responder às questões de 11 a 13:



(Willian Leite. Anésia. Disponível em: <http://www.willtirando.com.br/category/anesia/page/2/>. Acesso em 18.03.2025)

Assinale a alternativa que melhor explica o efeito de humor da tira.

- A) A criança no 1º quadro consulta mulheres idosas para falar sobre a internet, ainda que elas não tenham uma opinião a respeito do assunto.
- B) A senhora no 2º quadro faz uma afirmação mentirosa sobre a internet, que é corrigida pelas outras personagens.
- C) A personagem no 3º quadro não compreendeu que ela deveria apresentar uma desvantagem da internet, assim como a personagem do quadro anterior.
- D) A mulher no 4º quadro discorda da opinião das duas personagens que haviam se manifestado sobre os problemas da internet.
- E) A senhora no 5º quadro considera que aproximar pessoas e fazer com que elas possam se expressar são desvantagens da internet.

12 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Na tira, foi empregada em sentido figurado a palavra

- A) “vantagens” (1º quadro), para se referir aos benefícios da internet.
- B) “ferramenta” (2º quadro), para se referir ao meio usado para um objetivo.
- C) “espalhar” (2º quadro), para se referir à ação de difundir informação.
- D) “mentiras” (2º quadro), para se referir às fake news que existem na internet.
- E) “expressar” (4º quadro), para se referir às postagens feitas em redes sociais.

13 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) No 1º quadro, as aspas foram empregadas a fim de indicar uma

- A) citação de frase lida pela personagem.
- B) explicação sobre um determinado termo.
- C) justificativa para a atividade solicitada.
- D) expressão empregada em sentido incomum.
- E) ironia na fala da personagem.

14 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de 14 a 16.

Lavagem cerebral

O Dicionário Oxford de Inglês define “lavagem cerebral” [*brainwashing*] como a “eliminação sistemática e muitas vezes forçada da mente de uma pessoa de ideias mais estabelecidas para que outro conjunto de ideias possa tomar seu lugar”. De acordo com esta definição, a lavagem cerebral pode ser descrita como a tentativa proposital de mudar as ideias e crenças de um indivíduo.

No entanto, como todos nós somos bombardeados diariamente com tentativas de mudar nossas crenças, a lavagem cerebral precisa ser vista como uma tentativa radical ou extrema de mudar as crenças e as ideias de um indivíduo. Como Kathleen Taylor apontou em seu livro *Brainwashing: The Science of Thought Control*, a lavagem cerebral pode ser identificada por duas características identificáveis em suas vítimas.

Em primeiro lugar, aquele que sofre lavagem cerebral adota novas crenças e ideias que são drasticamente diferentes e muitas vezes completamente contraditórias em relação às suas crenças anteriores. Em segundo lugar, a vítima de lavagem cerebral não adota essas novas crenças gradualmente, ao longo de meses ou anos, mas em um período muito curto e, na maioria das vezes, instantaneamente.

(O Que é Lavagem Cerebral? A Psicologia da Manipulação de Mentes. Disponível em: https://www.fantasticacultural.com.br/artigo/1104/o_que_e_lavagem_cerebral_a_psicologia_da_manipulacao_de_mentes. Acesso em 22.03.2025)

De acordo com o texto, é **correto** afirmar que a lavagem cerebral

- A) afeta sobretudo aqueles que não têm confiança em suas próprias crenças e que estão habituados a pontos de vista radicais.
- B) é um mito que se baseia na ideia de que as pessoas podem ter suas crenças alteradas facilmente, quando na verdade se sabe que isso não ocorre.
- C) ocorre de forma rápida e com o auxílio de teorias complexas que exigem um alto grau de inteligência dos indivíduos que são afetados por ela.
- D) faz com que as pessoas mudem suas convicções de modo rápido e radical, contradizendo categoricamente suas crenças anteriores.
- E) provoca um sentimento de culpa naqueles que foram vítimas desse processo e de hostilidade contra quem os manipulou.

15 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Em "... eliminação **sistemática** e muitas vezes forçada da mente...", a palavra destacada é sinônimo de

- A) subestimada.
- B) metódica.
- C) automática.
- D) permanente.
- E) intermitente

16 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) No último parágrafo do texto, a palavra **instantaneamente** expressa circunstância de

- A) instrumento.
- B) tempo.
- C) modo.
- D) companhia.
- E) dúvida.

DIREITO PENAL

17 - (Simulado Geral. 2025. FGV) Matheus, perito criminal, compareceu ao local de determinada infração penal perpetrada no Município de Santa Luzia/MG. Durante a realização dos trabalhos técnicos, João, particular, ofereceu R\$ 5 mil para que o referido agente público descartasse todos os vestígios que pudessem incriminar um conhecido. Matheus, imediatamente, recusou a proposta, prendendo João em flagrante. Considerando as disposições do Código Penal sobre o crime praticado, ele responderá por

- A) peculato consumado, na modalidade simples.
- B) corrupção passiva tentada, na modalidade simples.
- C) corrupção ativa tentada, na modalidade qualificada.
- D) corrupção ativa consumada, na modalidade simples.
- E) corrupção passiva consumada, na modalidade qualificada.

18 - (Simulado Geral. 2024. FGV) A Receita Federal, após denúncia realizada por um consumidor, procedeu à fiscalização do estabelecimento comercial de titularidade de Matheus, ocasião em que diversas irregularidades tributárias foram constatadas.

Muito preocupado, o empresário comentou os eventos com João, amigo de longa data, o qual lhe disse que é próximo de Caio, agente público e auditor da Receita Federal responsável pelo procedimento administrativo deflagrado em desfavor de Matheus. Em assim sendo, João solicitou ao empresário a entrega de cinco mil reais, a pretexto de influir na decisão que será tomada por Caio no procedimento administrativo que está em andamento.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que João responderá pela prática do crime de

- A) advocacia administrativa.
- B) exploração de prestígio.
- C) corrupção ativa
- D) tráfico de influência.
- E) corrupção passiva.

19 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) É crime “usar, como próprio, passaporte, título de eleitor, caderneta de reservista ou qualquer documento de identidade alheia”. Imagine que Remo utilizou ilicitamente o documento de seu irmão, Rômulo. E que esse documento tenha sido prévia e conscientemente cedido pela mãe de ambos, Capitolina, sem ciência de Rômulo. Diante desse cenário, nos termos do artigo 308 do CP, é correto afirmar que

- A) Remo e Capitolina cometem crime contra a Administração Pública.
- B) Capitolina, Remo e Rômulo cometem crime, mas Rômulo na modalidade culposa.
- C) apenas Remo e Capitolina cometem crime.
- D) apenas Remo cometeu crime.
- E) apenas Remo e Capitolina cometem crime, mas Capitolina é isenta de pena por expressa disposição legal.

20 - (Simulado Geral. 2024. FGV. Adaptada) João e Cléber, policiais militares do estado de Santa Catarina, receberam denúncia anônima no sentido de que Tício estaria agredindo a sua companheira. Em assim sendo, os agentes públicos compareceram ao local dos fatos e constataram, in loco, a violência perpetrada contra a mulher. Nesse contexto, durante a contenção de Tício, este se opôs à execução do ato afirmando que mataria João caso não fosse solto. Passados trinta minutos, o indivíduo foi acalmado pelos policiais e encaminhado à Delegacia de Polícia.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Tício responderá pelo crime de:

- A) excesso de exação, além da responsabilização pela infração penal perpetrada contra a sua companheira;
- B) desobediência, além da responsabilização pela infração penal perpetrada contra a sua companheira;
- C) desacato, além da responsabilização pela infração penal perpetrada contra a sua companheira;
- D) resistência, além da responsabilização pela infração penal perpetrada contra a sua companheira;
- E) concussão, além da responsabilização pela infração penal perpetrada contra a sua companheira.

21 - (Simulado Geral. 2025. Inéditas) Sobre a prevaricação imprópria, prevista no art. 319-A, é correto afirmar que:

- A) é crime praticado por particular contra a administração em geral.
- B) é crime material.
- C) é crime permanente.
- D) é crime próprio, pois somente pode ser cometido pelo Diretor de Penitenciária, responsável pela administração prisional, ou agente público.
- E) admite a tentativa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

22 - (Simulado Geral. 2024. FGV) No que tange aos sujeitos intervenientes do processo penal, assinale a afirmativa correta.

- A) O juiz pode exercer jurisdição no processo em que tiver funcionado apenas como auxiliar da justiça.
- B) As hipóteses legais de suspeição judicial podem ser suscitadas por qualquer das partes, quando o juiz não as reconhecer de ofício.
- C) O juiz não tem de se declarar suspeito quando for mero sócio de pessoa jurídica interessada no processo, desde que não exerça função de administração.
- D) O juiz não tem a obrigação legal de se declarar suspeito quando tiver somente aconselhado uma das partes.
- E) Quando realizada por defensor público ou dativo, a defesa técnica pode ser exercida sem a necessidade de fundamentação.

23 - (Simulado Geral. 2024. FGV) Caio, empresário, responde, na esfera federal, pela suposta prática de crime contra a Administração Pública, gerador de prejuízo à União Federal. Após receber a denúncia, o juiz competente verificou que Caio encontra-se, em lugar sabido, no estrangeiro, não dispondo de qualquer endereço fixo na República Federativa do Brasil. Registre-se que o denunciado reside fora do país há anos, mesmo antes da existência da relação processual.

Nesse cenário, segundo as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que Caio será:

- A) considerado revel, já que não possui endereço fixo na República Federativa do Brasil, suspendendo-se o curso do prazo prescricional até que ingresse no país;
- B) citado por carta precatória, por se encontrar no estrangeiro, em local sabido, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento;
- C) considerado revel, já que não possui endereço fixo na República Federativa do Brasil, de forma que o processo prosseguirá sem a sua presença;
- D) citado por carta rogatória, por se encontrar no estrangeiro, em local sabido, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento;
- E) citado por edital, por se encontrar no estrangeiro, em local sabido, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.

24 - (Simulado Geral. 2021. Vunesp) Nos termos do § 2º do art. 396-A do CPP, quando não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz

- A) determinará publicação para intimação editalícia do acusado.
- B) nomeará defensor para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos.
- C) procederá à intimação com hora certa, na forma estabelecida pelo CPC.
- D) declarará a revelia do acusado e remeterá os autos à Defensoria Pública.
- E) decretará a prisão preventiva ou outra medida cautelar a fim de garantir o comparecimento do acusado aos atos processuais.

25 - (Simulado Geral. 2024. FGV) João foi condenado em primeira instância, em sentença penal transitada em julgado, pela prática do crime de peculato, em detrimento da União Federal. Após o cumprimento da integralidade da pena, devidamente extinta por decisão judicial, surgiram fatos novos, no sentido de que a sentença condenatória se baseou em depoimentos e exames comprovadamente falsos. João, então, consultou um advogado, que o orientou acerca dos recursos e ações autônomas de impugnação.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- A) não será cabível o emprego de qualquer recurso ou ação autônoma de impugnação, em razão do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, formadora de coisa julgada;
- B) será cabível o ajuizamento de revisão criminal, pois a sentença condenatória transitada em julgado se fundou em depoimentos e exames comprovadamente falsos;
- C) será cabível o ajuizamento de mandado de segurança, pois a sentença condenatória transitada em julgado se fundou em depoimentos e exames comprovadamente falsos;
- D) será cabível o ajuizamento de recurso especial, pois a sentença condenatória transitada em julgado se fundou em depoimentos e exames comprovadamente falsos;
- E) não será cabível o emprego de qualquer recurso ou ação autônoma de impugnação, porquanto já houve a extinção da pena de João.

26 - (Simulado Geral. 2025. FGV) Após praticar determinada infração penal de menor potencial ofensivo, João procurou o auxílio de um advogado, o qual lhe prestou os devidos esclarecimentos sobre o instituto da suspensão condicional do processo. De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei no 9.099/1995, analise as afirmativas a seguir:

- I. Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do representante do Ministério Público, haverá a suspensão do processo, sendo certo que, durante o período de prova, o acusado deverá comparecer pessoal e semanalmente em juízo, para informar e justificar suas atividades.
- II. A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou contravenção penal ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.
- III. Não correrá a prescrição durante o prazo de suspensão do processo.

Considerando as disposições da Lei no 9.099/1995, está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

DIREITO CONSTITUCIONAL

27 - (Simulado Geral. 2024. FCC) A Constituição Federal assegura, nos termos da lei,

- A) legitimidade para a impetração de mandado de segurança coletivo à organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e desde que em funcionamento há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses da coletividade.
- B) aos autores de inventos industriais, privilégio vitalício para sua utilização.
- C) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, exceto nas atividades desportivas.
- D) o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
- E) mediante o pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal ou coletivo.

28 - (Simulado Geral. 2025. FCC) Juan é filho de chilenos e nasceu no Brasil enquanto seus pais aqui passavam as férias. Carlos Eduardo é filho de brasileiros e nasceu no exterior enquanto sua mãe lá estava a serviço do Brasil. Katrina se naturalizou brasileira após 16 anos ininterruptos de residência no Brasil. Os três possuem o sonho de seguir a carreira diplomática no Brasil. Com base somente nas informações fornecidas, a carreira diplomática poderá ser seguida por

- A) Carlos Eduardo e Katrina, apenas.
- B) Juan, Carlos Eduardo e Katrina.
- C) Juan e Carlos Eduardo, apenas.
- D) Juan, apenas.
- E) Carlos Eduardo, apenas.

29 - (Simulado Geral. 2025. Cebraspe/Cespe) A Constituição Federal de 1988 (CF) prevê expressamente como direito social

- A) o lazer.
- B) a segurança alimentar.
- C) a proteção de dados.
- D) a privacidade.
- E) a saúde mental.

30 - (Simulado Geral. 2023. FGV) Caio, servidor estável, começou a passar por um difícil período, pois está sofrendo limitação em sua capacidade mental, que o deixou inapto para o exercício das funções do seu cargo. Após diversos exames médicos, não foi constatada invalidez permanente.

Com base na Constituição da República de 1988, é correto afirmar que:

- A) Caio poderá ser reintegrado à Administração Pública, aproveitado em setor diverso de suas funções iniciais;
- B) o aproveitamento de Caio será viável, podendo requerer novos exames após um ano, visando a aferir eventual possibilidade de retorno ao cargo inicial;
- C) a reversão, como forma de provimento derivado, será a hipótese que se amolda aos fatos narrados no enunciado, devendo Caio retornar às atividades junto à Administração;
- D) Caio poderá ser readaptado para qualquer outro cargo que escolher na Administração Pública, ainda que de escolaridade diversa de seu cargo de origem, uma vez que não foi constatada invalidez;
- E) Caio poderá ser readaptado para o exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que sofreu, enquanto permanecer nessa condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino.

31 - (Simulado Geral. 2024. FGV) Nair, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo, logrou ser eleita vereadora no município em que é domiciliada.

Preocupada com a possibilidade de conciliar o cargo público com a vereança, analisou os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, tendo concluído corretamente que:

- A) deve ser afastada do cargo de provimento efetivo durante o mandato;
- B) deve optar por um ou outro, pois a acumulação de cargos públicos é vedada;
- C) deve receber a contraprestação estipendial correspondente a ambos, caso acumule os cargos;
- D) pode acumular ambos os cargos caso tenha obtido a estabilidade no cargo de provimento efetivo;
- E) tem o direito subjetivo de acumular os cargos, independentemente do cumprimento de qualquer requisito específico.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

32 - (Simulado Geral. 2024. FGV) Marcos é Juiz de Direito atuante na 3^a Vara Cível da Comarca de Aparecida – SP. Recentemente, Marcos recebeu dois processos para apreciação inicial em seu gabinete: no primeiro, figurava como ré instituição de ensino da qual é professor empregado; no segundo, o advogado do autor possui inimizade com Marcos.

Em tal caso, é correto afirmar que

- A) Marcos é impedido de atuar em ambos os casos.
- B) Marcos é suspeito para atuar no primeiro processo e impedido de atuar no segundo.
- C) Marcos é suspeito para atuar nos dois processos.
- D) Marcos é impedido de atuar no primeiro processo e suspeito para atuar no segundo.
- E) Em ambos os processos, Marcos poderá se declarar suspeito por motivo de foro íntimo, devendo declarar as razões para tanto.

33 - (Simulado Geral. 2024. FGV) No que concerne à citação, é correto afirmar que:

- A) a sua nulidade não pode ser suprida pelo comparecimento espontâneo do réu;
- B) tem por escopo convocar o réu para integrar a relação processual, mas não o executado;
- C) a sua efetivação de maneira válida, caso ordenada por juízo relativamente incompetente, não torna litigiosa a coisa;
- D) pode ser efetivada pelo correio, ainda que o citando seja pessoa jurídica de direito público;
- E) pode ser efetivada por edital caso o país recuse o cumprimento de carta rogatória.

34 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Acerca das tutelas provisórias, é correto afirmar:

- A) a tutela provisória conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo, salvo decisão judicial em contrário.
- B) caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até 5 (cinco) dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto com resolução de mérito.
- C) quando requerida em caráter incidental, depende do prévio pagamento de custas.
- D) no julgamento da tutela provisória, por ser uma decisão de cognição sumária, não é necessário que o juiz motive seu convencimento de modo claro e preciso.
- E) considerando o caráter temporário da decisão da concessão da tutela de urgência, não se exigirá caução.

35 - (Simulado Geral. 2024. FGV) A competência é rotineiramente definida como a medida da jurisdição. No âmbito dos Juizados Especiais, as regras de definição de competência assumem relevo, ante sua especialidade procedural.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

A) Não se inclui na competência do Juizado Especial Cível a execução de seus julgados.

B) As causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo são de competência do Juizado Especial Cível.

C) As causas que versem sobre bens imóveis dos Estados são de competência do Juizado Especial Cível.

D) Compete ao Juizado Especial Federal Cível julgar as ações de mandado de segurança e de desapropriação.

E) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é relativa.

36 - (Simulado Geral. 2022. Cebraspe/Cespe) A regra geral no processo civil é que recurso não tenha efeito suspensivo; contudo, por determinação legal, possui tal efeito:

A) agravo de instrumento.

B) embargos de declaração

C) apelação.

D) agravo interno

E) recurso ordinário.

DIREITO ADMINISTRATIVO

37 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Considere que Débora, servidora pública, ocupa o cargo de assistente social no Poder Executivo do Estado de São Paulo há dez anos, juntamente com suas amigas Isabela e Inês. Na última segunda-feira, enquanto estava exercendo suas funções, notou que Isabela estava empregando material do serviço público em serviço particular, e Inês estava se entretenendo, durante as horas de trabalho, com leituras e outras atividades estranhas ao serviço.

Com base na situação hipotética e no disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

A) Débora deverá apresentar denúncias sobre as irregularidades diretamente à unidade de ouvidoria do órgão ou entidade a que esteja vinculada, ou a outro órgão da Administração com competência para apuração das irregularidades.

B) a conduta de Isabela não será considerada proibida se o material utilizado por ela custar menos do que um salário mínimo.

C) em prol da saúde mental, admite-se que cada funcionário, durante uma hora do trabalho, entretenha-se com leituras, palestras ou estudos.

D) Débora teria o dever de representar aos superiores todas as irregularidades de que tivesse conhecimento no exercício de suas funções apenas se fosse ocupante de cargo de chefia.

E) as condutas de Isabela e de Inês não são proibidas, exceto se Débora comprovar que Isabela utilizou material que custa mais de R\$ 100,00 (cem reais) e que Inês não está cumprindo os prazos que lhe são encarregados.

38 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Suponha que Luciana é servidora pública vinculada ao Poder Executivo do Estado de São Paulo e é notoriamente reconhecida, no meio acadêmico e especializado, por dominar temas de Direito Internacional. Em função de sua qualificação técnica, ela recebeu uma proposta de representação de Estado estrangeiro, que foi aceita, sem prévia autorização do Presidente da República.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta.

- A) A autoridade que, por qualquer meio, tiver conhecimento de irregularidade praticada por Luciana adotará providências visando à sua apuração em até 60 (sessenta) dias.
- B) Luciana apenas teria violado dever legal se tivesse aceitado a proposta sem prévia anuência do Governador do Estado de São Paulo, sendo a autorização do Presidente da República dispensável.
- C) Em face da liberdade individual garantida pelo ordenamento jurídico brasileiro, Luciana não incidiu em qualquer proibição constante na legislação.
- D) A autoridade realizará apuração preliminar, de natureza simplesmente investigativa, quando a infração não estiver suficientemente caracterizada ou definida autoria, a qual deverá ser concluída no prazo de 90 (noventa) dias.
- E) A autoridade competente para determinar a apuração de irregularidade e a instauração de sindicância ou processo administrativo e a responsável por sua condução poderão, em qualquer fase, encaminhar o caso para as práticas

autocompositivas, mediante despacho fundamentado.

39 - (Simulado Geral. 2005. FCC) Quanto à acumulação remunerada dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, é correto afirmar que:

- A) verificado, mediante sindicância, que o funcionário está de má-fé acumulando, será ele advertido para que se exonere de todos os cargos e funções, em até 30 (trinta) dias, sob pena de ser obrigado a restituir o que houver recebido.
- B) a proibição de acumular proventos se aplica aos aposentados, quanto ao exercício de mandato eletivo, cargo em comissão ou ao contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados.
- C) o funcionário ocupante de cargo efetivo, ou em disponibilidade, não poderá ser nomeado para cargo em comissão.
- D) é vedada a acumulação remunerada, exceto dentre outras, a de um cargo de juiz e um de professor; a de dois cargos de professor; a de um de professor e outro técnico ou científico.
- E) a proibição de acumular não se estende a cargos, funções ou empregos em autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

40 - (Simulado Geral. 2025. Inéditas) Sobre a definição de agente público para os efeitos da Lei nº 8.429/1992, e a aplicação das disposições desta lei a particulares, assinale a alternativa correta:

A) Agente público, para os efeitos desta Lei, é somente o servidor público de carreira, excluindo-se o agente político e aqueles que exercem função transitoriamente.

B) Um particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública um contrato de repasse não está sujeito às sanções da Lei de Improbidade Administrativa, pois a lei se aplica somente a agentes públicos.

C) As disposições da Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra culposamente para a prática do ato de improbidade.

D) Os sócios e cotistas de pessoa jurídica de direito privado respondem sempre pelo ato de improbidade imputado à pessoa jurídica, mesmo sem participação direta ou benefícios comprovados.

E) As sanções da Lei de Improbidade Administrativa não se aplicarão à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

41 - (Simulado Geral. 2024. FGV) Diante do incremento de seu patrimônio e do receio de levantar suspeitas sobre a origem lícita dos valores acrescidos, que foram declarados em seu imposto de renda, Josefina se recusou, de forma expressa, a apresentar a respectiva declaração de bens atinente dentro do prazo determinado pela Administração.

Considerando a específica previsão acerca do tema, constante da Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, a recusa de Josefina será apenada com a sanção de:

A) advertência;

B) demissão;

C) repreensão;

D) suspensão de 15 (quinze) dias, com prejuízo da remuneração;

E) suspensão por até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

LEGISLAÇÃO INTERNA

42 - (Simulado Geral. 2025. Inéditas) Sobre os procedimentos de audiência, gravação e oitivas por estações passivas, assinale a alternativa correta nos termos das Normas Judiciais da Corregedoria Geral da Justiça:

A) O servidor encarregado dos registros e audiências examinará os processos com 10 (dez) dias de antecedência e fará imediata comunicação ao juiz caso encontre alguma irregularidade.

B) É vedada a expedição de carta precatória para oitivas de forma presencial ou remota em outras comarcas do Estado de São Paulo, sendo que a intimação da pessoa a ser ouvida deve ser deprecada pelo órgão solicitante.

C) Os juízos de primeiro grau podem empregar gravação audiovisual de depoimentos, mas a adoção desse meio não precisa ser anotada no termo de audiência.

D) Em caso de solicitação da parte, ela receberá cópia do termo de audiência, mas não do registro audiovisual, para garantir a privacidade das informações.

E) As audiências serão gravadas no sistema oficial e armazenadas em nuvem, sendo que, após o trânsito em julgado, o registro de audiência será inutilizado imediatamente.

43 - (Simulado Geral. 2025. Inéditas) Sobre a eleição para a Ouvidoria e suas regras, assinale a alternativa correta:

A) O Ouvidor Substituto atuará apenas em caso de impedimento ou suspeição do titular, não sendo necessária sua atuação em caso de ausência.

B) Será eleito Ouvidor Substituto o desembargador que obtiver o maior número de votos na disputa, se não houver um suplente eleito para essa função.

C) O exercício da função de Ouvidor é vedado por mais de 2 anos consecutivos, de modo que nova eleição do mesmo magistrado só poderá ocorrer após um mandato de interstício.

D) Em caso de empate na votação para Ouvidor, o critério de desempate será a idade do desembargador.

E) É vedado o exercício da função de Ouvidor e Ouvidor Substituto por mais de 4 (quatro) anos consecutivos, sendo necessária uma nova eleição do mesmo magistrado após um mandato de interstício.

44 - (Simulado Geral. 2025. Inéditas) Sobre o ingresso e o desenvolvimento na carreira dos servidores do Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta, nos termos da LC 1.111/2010:

- A) O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo passará por um estágio probatório de 24 meses, com o objetivo de ser avaliado para a efetivação.
- B) O ingresso na carreira dos servidores se dá por concurso público, e ao ser nomeado para cargo efetivo, o servidor ficará sujeito a estágio probatório de 36 meses.
- C) A evolução profissional dos servidores ocorre por meio da Progressão, da Promoção e do Acesso, tendo como único objetivo o constante aproveitamento do servidor.
- D) Ao ingressar na carreira, o servidor será enquadrado no padrão inicial, mas a sua efetivação se dará sem a necessidade de avaliação da assiduidade e pontualidade durante o estágio probatório.
- E) O estágio probatório para o cargo de provimento efetivo será de 36 meses, mas a avaliação durante esse período abrange apenas a aptidão e a capacidade do servidor.

45 - (Simulado Geral. 2025. Inéditas) Sobre a movimentação processual e a certificação de atos no sistema EPROC, assinale a alternativa correta:

- A) A movimentação processual registrada no sistema é de responsabilidade de todos os usuários do processo, visando à transparência e à segurança.
- B) As anulações e retificações de eventos realizados por usuários internos não precisam ser registradas no histórico do processo, a fim de simplificar o fluxo de trabalho.
- C) Eventos como a publicação de pauta e o trânsito em julgado, quando gerados pelo sistema, deverão ser também certificados manualmente pelas unidades judiciais.
- D) Os documentos não pertinentes ao processo, ou a ele indevidamente anexados, poderão ser desentranhados apenas por decisão do Presidente do Tribunal.
- E) A movimentação gerada no sistema eproc, com a indicação de data, horário e identificação do usuário, equivale à certificação da prática do ato processual para todos os fins de direito.

46 - (Simulado Geral. 2025. Inéditas) Conforme as regras do teletrabalho para servidores, assinale a alternativa correta em relação aos limites de quantidade de trabalhadores(as) por unidade:

- A) A quantidade de servidores(as) em teletrabalho nas unidades de primeiro grau, com exceção dos gabinetes, poderá ser de até 70% do quadro.
- B) Nos gabinetes de juízes e desembargadores, o número de servidores(as) em teletrabalho é limitado a 50% do quadro, a ser definido pelo magistrado.
- C) Nas unidades do Tribunal vinculadas diretamente à Presidência, o limite de servidores(as) em teletrabalho é de 50%, com possibilidade de arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.
- D) A quantidade de servidores(as) em teletrabalho nos gabinetes é definida pelo(a) Juiz(a) ou Desembargador(a), sem um limite percentual fixo no texto.
- E) Se o número de servidores(as) interessados(as) em teletrabalho superar os limites, a indicação de quem irá para essa modalidade será feita por sorteio, para garantir imparcialidade.

ATUALIDADES

47 - (Simulado Geral. 2025. Inéditas) A Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) emitiu um alerta após um aumento de 34 vezes no número de casos de uma doença altamente contagiosa nas Américas. A doença, que se espalha pelo ar e pode evoluir para complicações graves como pneumonia e cegueira, exige uma cobertura vacinal de no mínimo 95% para ser controlada.

A notícia acima se refere a

- A) Varíola dos macacos (Mpox).
- B) Rubéola.
- C) Sarampo.
- D) Caxumba.
- E) Poliomielite.

48 - (Simulado Geral. 2025. Inéditas) O Brasil registrou dois tremores de terra com magnitudes de 2.9 mR e 2.5 mR em um estado que, historicamente, é o que possui o maior número de abalos sísmicos no país. Os abalos foram sentidos em diversas cidades em torno de um único centro urbano.

De acordo com a notícia, qual é a região metropolitana onde os tremores foram registrados?

- A) Rio de Janeiro - Rio de Janeiro.
- B) Bahia - Salvador.
- C) São Paulo - São Paulo.
- D) Goiás - Goiânia.
- E) Minas Gerais - Belo Horizonte.

49 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Imagine que Isabel é mãe de Augusto, de 05 (cinco) anos. Por suspeitar que ele é uma criança com deficiência, ela procurou auxílio pediátrico, e o médico requereu avaliação da deficiência.

Com base na situação apresentada e no disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência, assinale a alternativa correta.

A) O médico agiu de forma equivocada, pois, como Augusto tem menos de 06 (seis) anos, dispensa-se a avaliação da deficiência.

B) O próprio médico deveria ter realizado a avaliação, pois esse procedimento é feito exclusivamente por médico, com a participação eventual de enfermeiro.

C) A avaliação será biopsicossocial e realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar que considerará, entre outros aspectos, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais.

D) O exame médico-pericial deve, obrigatoriamente, ser realizado presencialmente, vedando-se o uso de telemedicina, exceto se constatada situação pandêmica.

E) A avaliação da deficiência deve limitar-se a analisar os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo.

50 - (Simulado Geral. 2025. FGV) De acordo com a Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida define

A) acessibilidade.

B) desenho universal.

C) ajuda técnica.

D) barreira atitudinal.

E) adaptação razoável.

MATEMÁTICA

51 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Considere a seguinte informação, divulgada na página eletrônica da Agência Brasil, em 17.05.2024:

No Brasil, das [x] milhões de pessoas com idade igual ou superior a 15 anos, 151,5 milhões sabem ler e escrever ao menos um bilhete [...]. Em números proporcionais, o resultado indica taxa de alfabetização em 93%, em 2022, e, consequentemente, a taxa de analfabetismo foi 7% do contingente populacional.

(Disponível em:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/taxa-de-alfabetizacao-chega-93-da-populacao-brasileira-revela-ibge>.
Adaptado)

Considerando que x milhões de pessoas seja o contingente populacional em questão, que 151,5 milhões de pessoas corresponda à taxa de alfabetização apresentada, e que a taxa de analfabetismo corresponda à diferença entre x milhões e 151,5 milhões de pessoas, o número aproximado de pessoas consideradas nessa taxa de analfabetismo é de

- A) 12,2 milhões.
- B) 11,4 milhões.
- C) 10,0 milhões.
- D) 13,0 milhões.
- E) 10,6 milhões.

52 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Certa semana, Josemar fez 3 viagens no trajeto A e 2 viagens no trajeto B. Nessa mesma semana, Carlos fez 5 viagens no trajeto C, apenas. Sabe-se que o trajeto B é 1 quilômetro maior do que o trajeto A, e que o trajeto C mede 1,9 quilômetro. Se naquela semana, em relação aos trajetos considerados, os totais percorridos por Josemar e por Carlos foram iguais, é correto afirmar que o trajeto A mede

- A) 2,0 quilômetros.
- B) 1,8 quilômetro.
- C) 1,5 quilômetro.
- D) 1,2 quilômetro.
- E) 2,5 quilômetros.

53 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Em uma caixa havia gizes brancos e gizes coloridos, de modo que a razão do número de gizes coloridos para o número de gizes brancos era $2/5$. Após a retirada de 4 gizes coloridos e de nenhum giz branco, a razão citada passou a ser $1/3$.

O número total de gizes que permaneceram na caixa, após a retirada dos 4 gizes coloridos, foi

- A) 84.
- B) 80.
- C) 76.
- D) 72.
- E) 70.

54 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Um terreno retangular possui 25 m de comprimento e 300 m² de área. Esse terreno será totalmente cercado com tela, exceto pelo vão de 3 metros onde está o portão de entrada. O comprimento total dessa tela será de

- A) 65 m.
- B) 68 m.
- C) 71 m.
- D) 74 m.
- E) 77 m.

INFORMÁTICA

55 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) No MS-Windows 10, em sua configuração padrão, os nomes dos arquivos gravados no disco rígido são identificados por duas partes separadas por um ponto: a primeira é o nome do arquivo propriamente dito, enquanto a segunda é uma extensão de três ou quatro caracteres que definem o tipo de arquivo. A extensão de um arquivo é relevante, porque

- A) define a capacidade de mover o arquivo no disco.
- B) indica qual aplicação criou ou pode abrir o arquivo.
- C) limita a área do disco para a gravação do arquivo.
- D) restringe o número de cópias do arquivo no disco.
- E) sinaliza se o arquivo pode ser copiado ou alterado.

56 - (Simulado Geral. 2025. UECE-CEV) No Windows 11, o recurso “Histórico da Área de Transferência” permite ao usuário

- A) visualizar e reutilizar múltiplos itens copiados anteriormente.
- B) recuperar arquivos deletados permanentemente da lixeira.
- C) sincronizar automaticamente dados entre diferentes dispositivos.
- D) criptografar todos os dados antes de copiá-los.
- E) converter formatos de arquivo durante o processo de cópia.

57 - (Simulado Geral. 2025. Instituto Consulplan) No Microsoft Word 365 (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil), os atalhos de teclado são recursos essenciais para aumentar a produtividade e a agilidade na execução das tarefas. Considerando essa funcionalidade do software, o atalho de teclado para criar um novo documento no Word é:

- A) Ctrl + N
- B) Ctrl + O
- C) Ctrl + B
- D) Ctrl + A
- E) Ctrl + S

58 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) As células de uma planilha que está sendo elaborada com o auxílio do programa MS-Excel 2016, em sua configuração padrão, foram preenchidas como mostrado a seguir:

	A	B	C	D	E	F
1	4	2	6	1	2	
2	3	4	5	1	1	
3	1	4	6	2	2	
4	5	3	2	1	3	
5	1	1	4	1	4	
6						

Caso a expressão matemática $=\text{SOMASE}(\text{B1:E5}; ">=4")$ seja inserida na célula E6, o valor numérico obtido será

- A) 11.
- B) 16.
- C) 28.
- D) 33.
- E) 42.

59 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Na configuração padrão do MS-Outlook 365, ao tratar um e-mail recebido com anexo e clicar em

- A) Responder a Todos, o anexo será reenviado aos destinatários.
- B) Encaminhar, por padrão, o anexo não será enviado aos destinatários.
- C) Responder a Todos ou em Encaminhar, o anexo será encaminhado aos destinatários em ambos os casos.
- D) Responder a Todos ou em Encaminhar, o anexo não será encaminhado aos destinatários em ambos os casos.
- E) Encaminhar, o anexo será enviado aos destinatários.

60 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Sobre o armazenamento de arquivos no Google Drive e Dropbox é correto afirmar que após enviar o comando para o apagamento de um arquivo:

- A) é possível solicitar a recuperação dos dados por um período de tempo que varia de acordo com o plano e serviço escolhidos.
- B) não é possível solicitar a recuperação dos dados nos planos de uso gratuitos.
- C) é possível solicitar a recuperação dos dados nos planos de uso pagos, mas somente através de contato telefônico com a empresa.
- D) é possível solicitar a recuperação dos dados somente no Google Drive, serviço indisponível no Dropbox.
- E) é possível solicitar a recuperação dos dados somente no Dropbox, serviço indisponível no Google Drive.

61 - (Simulado Geral. 2022. FAURGS) Considere as seguintes afirmações relativas à utilização do Microsoft OneDrive.

I - Para utilizar o disco virtual do Microsoft OneDrive é necessário fazer login no computador local com uma conta pessoal ou corporativa da Microsoft.

II - Nas configurações do OneDrive, ao desmarcar uma pasta para sincronização com o computador, a pasta e seu conteúdo serão removidos do computador e do disco virtual OneDrive.

III - Ao compartilhar um arquivo no OneDrive, é possível permitir a abertura apenas no modo de revisão, modo esse em que os usuários com quem se compartilha só podem deixar comentários ou sugestões.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

62 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) No Microsoft Teams, ao se criar uma nova reunião, algumas informações são solicitadas, dentre elas:

- A) Título; Nome, e-mail ou número de telefone.
- B) Titulo; Temperatura local.
- C) Nome e telefone; Endereço completo com CEP.
- D) Nome ou e-mail; Número de pessoas no ambiente.
- E) E-mail ou telefone; Idade.

63 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) O Microsoft Teams, em sua configuração original, tem a funcionalidade de *lobby*, ou sala de espera, na realização de reuniões.

Supondo que uma organização pretende realizar uma reunião por meio do aplicativo, assinale a alternativa correta acerca dessa funcionalidade, na configuração padrão.

- A) Todos os participantes, exceto os organizadores da reunião, devem esperar no *lobby*, independentemente de sua identidade.
- B) Participantes externos à organização são sempre direcionados para o *lobby*, enquanto usuários autenticados da organização são admitidos automaticamente na reunião.
- C) Somente organizadores e coorganizadores da reunião podem admitir a entrada de participantes do *lobby* na reunião.
- D) Somente os convidados com o papel de apresentador não são obrigados a aguardar no *lobby* antes de ingressar na reunião.
- E) Uma reunião pode ser configurada para que pessoas da organização, de organizações confiáveis e convidados entrem diretamente na reunião.

RACIOCÍNIO LÓGICO

64 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) A afirmação “Se o candidato concluiu o ensino superior, então ele cursou especialização” precisa ser reformulada, mantendo-se o seu valor lógico. Uma possibilidade para essa reformulação é

- A) Se o candidato cursou especialização, então ele concluiu o ensino superior.
- B) O candidato concluiu o ensino superior e ele cursou especialização.
- C) O candidato não concluiu o ensino superior ou ele cursou especialização.
- D) O candidato não cursou especialização ou ele não concluiu o ensino superior.
- E) Se o candidato não concluiu o ensino superior, então ele não cursou especialização.

65 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp)
Considere a seguinte afirmação:

- Em determinada empresa, todos os profissionais da diretoria são administradores ou são advogados.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma negação lógica para a afirmação apresentada.

- A) Em determinada empresa, existe profissional da diretoria que é administrador se, e somente se, é advogado.
- B) Em determinada empresa, nenhum dos profissionais da diretoria é administrador e advogado.
- C) Em determinada empresa, todos os profissionais da diretoria são administradores se, e somente se, são advogados.
- D) Em determinada empresa, todos os profissionais da diretoria não são administradores e não são advogados.
- E) Em determinada empresa, existe profissional da diretoria que não é administrador e não é advogado.

66 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp)

Considere a seguinte afirmação:

Se Fulano fez o concurso, então ele foi aprovado.

Assinale a alternativa que contém uma negação lógica para a afirmação apresentada.

- A) Se Fulano fez o concurso, então ele não foi aprovado.
- B) Se Fulano não foi aprovado, então ele não fez o concurso.
- C) Se Fulano não fez o concurso, então ele não foi aprovado.
- D) Fulano não fez o concurso e ele não foi aprovado.
- E) Fulano fez o concurso e ele não foi aprovado.

67 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp)

Considere as afirmações e seus respectivos valores lógicos:

I. Juliana é advogada. Afirmação FALSA.

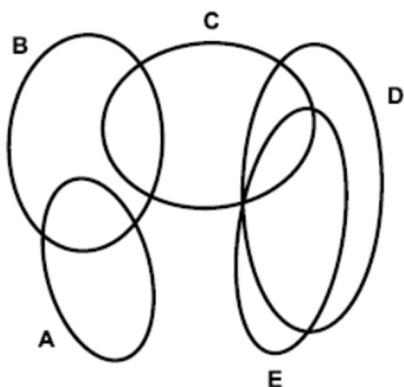
II. Rodrigo não é engenheiro. Afirmação VERDADEIRA.

III. Isabel é professora. Afirmação FALSA.

Assinale a alternativa em que a afirmação, composta pelas afirmações anteriores, é logicamente verdadeira.

- A) Se Rodrigo não é engenheiro, então Isabel é professora.
- B) Se Isabel é professora, então Rodrigo é engenheiro.
- C) Rodrigo não é engenheiro e Juliana é advogada.
- D) Juliana é advogada e Isabel é professora.
- E) Isabel é professora ou Juliana é advogada.

68 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Considere que há elementos em todos os subconjuntos deste diagrama lógico a seguir.



(Arquivo pessoal; imagem usada com autorização)

Em relação a esse diagrama lógico e seus elementos, é logicamente verdadeiro afirmar:

- A) Qualquer elemento de C, que não é elemento de B, é elemento de D ou E.
- B) Todo elemento de E, que é elemento de D, é também elemento de C.
- C) Existe elemento de A, que não é apenas elemento de A, que é elemento de B ou de C.
- D) Os elementos de C, que não são elementos de A, não são elementos de B.
- E) Alguns elementos de D, que são elementos de C, também são elementos de B.

69 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Considere a sequência a seguir, criada com um único padrão lógico matemático, sendo que o elemento que ocupa a primeira posição é igual a

9: 9, 8, 7, 6, 11, 10, 9, 8, 7, 12, 11, 10, 9, 8, 13, 12, 11, 10, 9, 14, ...

A soma dos elementos que ocupam a 450^a e a 587^a posições dessa sequência é igual a

- A) 219
- B) 234
- C) 228
- D) 214
- E) 225

70 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) A sequência numérica a seguir foi criada com um padrão lógico aritmético.

7, 8, 9, 8, 10, 12, 10, 13, 16, 13, 17, 21, 17, 22, 27, 22, 28, 34, ...

Seja F o 24º elemento, G o 28º elemento e H o 35º elemento. O resultado da expressão numérica $F + G - H$ é igual a

- A) 30.
- B) 29.
- C) 25.
- D) 21.
- E) 18.

QUESTÕES COMENTADAS

LÍNGUA PORTUGUESA

1 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Leia o texto a seguir para responder às questões de números 01 a 07.

Por que agora a solidão nos adoece?

Para Vivek Murthy, cirurgião-geral e principal autoridade de saúde pública dos EUA, “a teoria evolutiva da solidão de John Cacioppo* está enraizada na observação de que os humanos sobreviveram como espécie não porque temos vantagens físicas como tamanho, força ou velocidade, mas por causa de nossa capacidade de nos conectar em grupos sociais”.

Essa teoria define a solidão como um estímulo para uma necessidade básica: a de nos conectar. “Assim temos uma maior chance de adaptação ao nosso ambiente”, defendeu o psiquiatra Thyago Antonelli-Salgado, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

“Se pensarmos nos primatas, humanos e não-humanos, com um comportamento de grupo, eles se protegeram contra a ameaça de predação, a escassez de recursos, e, assim, houve uma seleção natural desses indivíduos”, explicou.

Hoje, todavia, segundo os especialistas, a solidão é mais prevalente e intensa do que nunca e se configura como um grave problema de saúde pública. Em relatório de 2023, Murthy destaca que essa condição está associada a um risco maior de doença cardiovascular, demência, AVC, depressão, ansiedade e morte prematura. “O impacto de estar socialmente desconectado na mortalidade é semelhante ao causado por fumar até 15 cigarros por dia.”

Por enquanto, as principais evidências não são capazes de cravar essa relação de causa e efeito. De qualquer forma, o crescente arcabouço científico tem deixado países em alerta. O Japão criou um “Ministério da Solidão”, e, no Reino Unido, uma secretaria foi nomeada para combatê-la.

O ponto chave que envolve a solidão é o sofrimento.

Entretanto a redução de interações pode ser feita com um objetivo maior, como autoconhecimento ou necessidade profissional (escrever um livro, por exemplo), não estando, portanto, associada a alguma repercussão negativa. Nesse caso, falamos de solidão.

Antonelli-Salgado aponta que a solidão não pode ser tema abordado apenas na velhice. A importância da conexão social precisa ser ensinada desde cedo. “Muitas vezes, a gente ensina às crianças que, mesmo sem fome, é importante comer para crescer forte.

É preciso tomar água para se hidratar. Mas não falamos sobre a importância de ter boas conexões sociais para que haja uma maior qualidade de vida.” Para ele, bons vínculos têm a ver com profundidade, com estabelecer efetivas relações sociais e pensar que elas são sempre uma troca.

(Leon Ferrari. Disponível em: www.estadao.com.br/saude/a-solidao-nosajudou-a-sobreviver-por-que-agora-nos-adoece-especialistas-explicam/?utm_source=estadao:mail. Adaptado)

* John T. Cacioppo (1951-2018): professor da Universidade de Chicago, onde fundou o Centro da Neurociência Cognitiva e Social.

Assinale a alternativa que traz a afirmação correta a respeito do texto.

- A) A solidão e a necessidade de interações saudáveis e constantes são quesitos que devem ser discutidos especificamente no período da terceira idade.
- B) John Cacioppo defende que, em detrimento da permanência em grupo, são a potência e as habilidades físicas os atributos essenciais para a sobrevivência dos primatas.
- C) O termo “solitude” está relacionado à ideia de que, tendo o indivíduo um objetivo coerente a ser alcançado, a diminuição das interações sociais pode ser produtiva.
- D) Os especialistas alegam que a solidão deveria ter sido vista como um problema de saúde pública desde o início da existência dos seres humanos.
- E) O sofrimento provocado pela solidão, segundo Vivek Murthy, intensifica-se rapidamente quando o indivíduo também é um fumante compulsivo.

Comentário

A) A solidão e a necessidade de interações saudáveis e constantes são quesitos que devem ser discutidos especificamente no período da terceira idade.

INCORRETA. O texto contradiz essa afirmação. O especialista Antonelli-Salgado "aponta que a solidão não pode ser tema abordado apenas na velhice" e enfatiza que a importância da conexão social "precisa ser ensinada desde cedo" (parágrafo 8).

B) John Cacioppo defende que, em detrimento da permanência em grupo, são a potência e as habilidades físicas os atributos essenciais para a sobrevivência dos primatas.

INCORRETA. Esta afirmação distorce a teoria de Cacioppo. O texto afirma o oposto, que os humanos sobreviveram "não porque temos vantagens físicas como tamanho, força ou velocidade, mas por causa de nossa capacidade de nos conectar em grupos sociais" (parágrafo 1).

C) O termo “solitude” está relacionado à ideia de que, tendo o indivíduo um objetivo coerente a ser alcançado, a diminuição das interações sociais pode ser produtiva.

CORRETA. Esta afirmação está correta e reflete a distinção feita no parágrafo 7. O texto define solidão como o período em que a redução de interações é feita "com um objetivo maior, como autoconhecimento ou necessidade profissional (escrever um livro, por exemplo)", e que, nesse caso, ela "não [está] associada a alguma repercussão negativa". A solidão é, portanto, a solidão produtiva e intencional.

D) Os especialistas alegam que a solidão deveria ter sido vista como um problema de saúde pública desde o início da existência dos seres humanos.

INCORRETA. O texto sugere que a solidão, em um contexto evolutivo ("primatas, humanos e não-humanos"), era um estímulo para a sobrevivência e adaptação (parágrafos 1 e 2), pois incentivava a permanência em grupo. Só hoje ela se configura como um grave problema de saúde pública, justamente por ser "mais prevalente e intensa do que nunca" (parágrafo 4).

E) O sofrimento provocado pela solidão, segundo Vivek Murthy, intensifica-se rapidamente quando o indivíduo também é um fumante compulsivo.

INCORRETA. O texto (parágrafo 4) não fala em intensificação do sofrimento, mas sim em comparação de impacto na mortalidade. Murthy afirma que o impacto de estar socialmente desconectado "é semelhante ao causado por fumar até 15 cigarros por dia". É uma analogia sobre o risco de morte, e não sobre a intensificação do sofrimento para fumantes.

GABARITO C

2 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) É correto afirmar que o texto

- A) identifica o campo de atuação dos especialistas citados com o intuito de dar credibilidade ao que eles defendem acerca de solidão e saúde pública.
- B) parte de relatos de pessoas acometidas pela solidão e que buscam soluções para o problema da falta de conexão com outras pessoas.
- C) apresenta opiniões de profissionais da área da cirurgia e da psiquiatria que divergem quanto à classificação dos problemas de saúde pública.
- D) deixa subentendido que nosso país deve se pautar pelas ações bem-sucedidas, empreendidas por Japão e Reino Unido, no enfrentamento da solidão.
- E) reproduz a linguagem complexa dos tratados de medicina, apesar de ser um artigo jornalístico destinado a todos os leitores do periódico.

Comentário

A) identifica o campo de atuação dos especialistas citados com o intuito de dar credibilidade ao que eles defendem acerca de solidão e saúde pública.

CORRETA. O texto cita Vivek Murthy e o qualifica como "cirurgião-geral e principal autoridade de saúde pública dos EUA" (parágrafo 1 e 4). Cita Thyago Antonelli-Salgado e o identifica como "psiquiatra da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)" (parágrafo 2). Essa identificação das credenciais (autoridade de saúde pública, psiquiatra universitário) é uma estratégia jornalística clara para dar peso, autoridade e credibilidade às suas afirmações sobre a solidão e seus impactos na saúde.

B) parte de relatos de pessoas acometidas pela solidão e que buscam soluções para o problema da falta de conexão com outras pessoas.

INCORRETA. O texto não parte de relatos pessoais de pessoas acometidas pela solidão. Ele parte de uma teoria evolutiva (John Cacioppo) e se desenvolve com dados científicos e opiniões de especialistas.

C) apresenta opiniões de profissionais da área da cirurgia e da psiquiatria que divergem quanto à classificação dos problemas de saúde pública.

INCORRETA. Embora o texto cite um cirurgião (Murthy) e um psiquiatra (Antonelli-Salgado), suas opiniões não divergem. Eles atuam de forma complementar: Murthy apresenta o problema e seus impactos na mortalidade; Antonelli-Salgado oferece a explicação evolutiva e pedagógica. Ambos concordam que a solidão é um grave problema de saúde pública.

D) deixa subentendido que nosso país deve se pautar pelas ações bem-sucedidas, empreendidas por Japão e Reino Unido, no enfrentamento da solidão.

INCORRETA. O texto apenas informa que o Japão e o Reino Unido criaram cargos/ministérios específicos para combater a solidão (parágrafo 5). Não há qualquer juízo de valor ou indicação de que as ações foram "bem-sucedidas" (podem ter sido apenas uma medida política inicial) nem uma sugestão implícita de que o Brasil deve copiá-las.

E) reproduz a linguagem complexa dos tratados de medicina, apesar de ser um artigo jornalístico destinado a todos os leitores do periódico.

INCORRETA. O texto utiliza termos técnicos ("demência", "AVC", "arcabouço científico") e conceituais ("solitude", "teoria evolutiva"), mas o faz em uma linguagem jornalística e acessível, com o cuidado de explicar ou contextualizar esses termos. A linguagem não é a "complexa" e hermética típica dos tratados científicos e médicos.

GABARITO A

3 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Considere as passagens a seguir:

Por enquanto, as principais evidências não são capazes de **cravar essa relação** de causa e efeito.

O ponto chave que envolve a solidão é o sofrimento.

Os trechos destacados podem ser substituídos, respectivamente e sem comprometimento do sentido do texto, por:

- A) afirmar imediatamente essa ideia; O ponto prescindível que origina a
- B) demonstrar indubitavelmente essa ligação; O ponto crucial que está associado à
- C) provar futuramente esse problema; O ponto recorrente que se insurge contra a
- D) garantir em parte essa conexão; O ponto inexplicável que é a base da
- E) explicar minimamente esse conceito; O ponto controverso que se mantém exterior à

Comentário

A questão solicita a substituição de dois trechos destacados ("cravar essa relação" e "O ponto chave que envolve a solidão é o sofrimento") por sinônimos, garantindo a preservação do sentido original e a correção do texto. Vamos analisar cada expressão:

1. "cravar essa relação"

- Sentido Original: O verbo "cravar" (usado figuradamente) significa fixar, determinar com certeza absoluta, provar de forma inquestionável. No contexto: as evidências não são capazes de provar com certeza a relação de causa e efeito.
- Substituições Adequadas: "demonstrar indubitavelmente", "afirmar categoricamente", "estabelecer com certeza".

2. "O ponto chave que envolve a solidão é o sofrimento."

- Sentido Original: "Ponto chave" indica o aspecto mais importante, fundamental, ou crucial da solidão. O resto da frase, "que envolve a solidão é o sofrimento", define essa centralidade.
- Substituições Adequadas: "O ponto crucial", "O aspecto central", "A essência".

Análise das alternativas:

A) afirmar imediatamente essa ideia; O ponto prescindível que origina a

INCORRETA. "prescindível" (dispensável) contradiz "chave" (essencial).

B) demonstrar indubitavelmente essa ligação; O ponto crucial que está associado à CORRETA.

- "demonstrar indubitavelmente" captura a ideia de prova absoluta de "cravar"
- "O ponto crucial" é um sinônimo perfeito para "O ponto chave".
- "está associado à" mantém o sentido de "envolve a" no contexto.

C) provar futuramente esse problema; O ponto recorrente que se insurge contra a

INCORRETA. "futuramente" não está no original. "recorrente" (frequente) não significa "chave" (essencial).

D) garantir em parte essa conexão; O ponto inexplicável que é a base da

INCORRETA. "em parte" contradiz "cravar" (absoluto). "inexplicável" contradiz "chave" (central).

E) explicar minimamente esse conceito; O ponto controverso que se mantém exterior à

INCORRETA. "minimamente" contradiz "cravar" (máximo de certeza). "controverso" e "exterior" não capturam o sentido de centralidade e essência.

GABARITO B

4 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Assinale a alternativa em que as duas conjunções destacadas estabelecem no texto a mesma relação de sentido.

- A) **Se** pensarmos nos primatas, humanos e não-humanos...; ... não estando, **portanto**, associada a alguma repercussão...
- B) Hoje, **todavia**, segundo os especialistas, a solidão...; **Entretanto** a redução de interações pode ser feita com um objetivo...
- C) ... não estando, **portanto**, associada a alguma repercussão...; **Mas** não falamos sobre a importância...
- D) **Entretanto** a redução de interações pode ser feita com um objetivo...; ... efetivas relações sociais **e** pensar que elas são sempre...
- E) **Mas** não falamos sobre a importância...; ... efetivas relações sociais **e** pensar que elas são sempre...

Comentário

A) Se pensarmos nos primatas...; ... não estando, **portanto**, associada a alguma repercussão...

- "**Se**": Conjunção Subordinativa **Condicional** (expressa condição ou hipótese).
- "**portanto**": Conjunção Coordenativa **Conclusiva** (expressa conclusão ou resultado).
- **Relação de Sentido: Diferente** (Condição vs. Conclusão).

B) Hoje, todavia, segundo os especialistas, a solidão...; **Entretanto** a redução de interações pode ser feita com um objetivo...

- "**todavia**": Conjunção Coordenativa **Adversativa** (expressa oposição, contraste).
- "**Entretanto**": Conjunção Coordenativa **Adversativa** (expressa oposição, contraste).
- **Relação de Sentido: Igual** (Ambas expressam oposição).

C) ... não estando, **portanto**, associada a alguma repercussão...; **Mas** não falamos sobre a importância...

- "**portanto**": Conjunção Coordenativa **Conclusiva** (expressa conclusão).
- "**Mas**": Conjunção Coordenativa **Adversativa** (expressa oposição).
- **Relação de Sentido: Diferente** (Conclusão vs. Oposição).

D) **Entretanto** a redução de interações pode ser feita com um objetivo...; ... efetivas relações sociais **e** pensar que elas são sempre...

- "**Entretanto**": Conjunção Coordenativa **Adversativa** (expressa oposição).
- "**e**": Conjunção Coordenativa **Aditiva** (expressa adição, soma de ideias).
- **Relação de Sentido: Diferente** (Oposição vs. Adição).

E) **Mas** não falamos sobre a importância...; ... efetivas relações sociais **e** pensar que elas são sempre...

- "**Mas**": Conjunção Coordenativa **Adversativa** (expressa oposição).
- "**e**": Conjunção Coordenativa **Aditiva** (expressa adição).
- **Relação de Sentido: Diferente** (Oposição vs. Adição).

GABARITO B

5 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Considere as passagens reescritas do texto:

Com um comportamento de grupo, os primatas se protegeram contra a ameaça de predação e escassez de recursos.

Nesse caso, nós falamos de solitude.

De acordo com a norma-padrão de regência verbal e nominal, os trechos em destaque podem ser substituídos, respectivamente, por:

- A) se impuseram sobre a; nos referimos de
- B) se defenderam pela; fazemos menção à
- C) se livraram com a; caracterizamos em
- D) tomaram cuidado à; traduzimos por
- E) fizeram frente à; definimos como

Comentário

A questão exige a identificação da dupla de substituições que preserva tanto o **sentido original** (defesa/oposição e definição) quanto a **correção gramatical** (regência verbal e nominal).

Trechos Originais:

1. "...os primatas se protegeram contra a ameaça de predação..." (Sentido: Oposição/Defesa)
2. "...nós falamos de solitude." (Sentido: Assunto/Definição)

Análise das alternativas:

a) "se impuseram sobre a; nos referimos de"

INCORRETA.

- "se impuseram **sobre a**": Regência incorreta. O verbo "impor-se" exige a preposição **a** (impor-se à ameaça).
- "nos referimos **de**": Regência incorreta. O verbo "referir-se" exige a preposição **a** (nos referimos à solitude).

b) "se defenderam pela; fazemos menção à"

INCORRETA.

- "se defenderam **pela**": Regência incorreta. O verbo "defender-se" exige a preposição **de** ou **contra** (defenderam-se **da/contra a** ameaça).

c) "se livraram **com a**; caracterizamos **em**"

INCORRETA.

- "se livraram **com a**": Regência incorreta. O verbo "livrar-se" exige a preposição **de** (livraram-se **da** ameaça).
- "caracterizamos **ema** solitude) ou rege **como** (caracterizamos **como** solitude).

d) "tomaram cuidado **à**; traduzimos **por**"

INCORRETA.

- "tomaram cuidado **à**": Regência incorreta. A locução "tomar cuidado" exige a preposição **com** (tomaram cuidado **com a** ameaça).

e) "fizeram frente **à**; definimos **como**"

CORRETA. Esta é a única alternativa que respeita a regência em ambos os casos.

- 1. "**fizeram frente à**": A locução verbal "fazer frente" exige a preposição **a** (fazer frente **a** algo). A crase (**à**) é obrigatória pela fusão da preposição exigida pelo verbo + o artigo "a" de "ameaça" (**fizeram frente à ameaça**). O sentido de oposição e defesa é mantido.
- 2. "**definimos como**": O verbo "definir" (no sentido de conceituar, explicar) é corretamente utilizado com a preposição **como** para introduzir o predicativo do objeto. O sentido de definição é preservado.

GABARITO E

6 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Os parênteses permitem introduzir observação adicional que pode ser suprimida sem interferir na compreensão do texto.

É o que ocorre no trecho reescrito em:

A) "Assim temos (uma maior chance) de adaptação ao nosso ambiente", defendeu o psiquiatra...

- B) Hoje, todavia, segundo os especialistas, a solidão é mais prevalente (e intensa) do que nunca...)
- C) Em relatório de 2023, Murthy destaca que essa condição (está associada) a um risco maior de doença cardiovascular...
- D) O Japão criou um “Ministério da Solidão”, e, no Reino Unido, (uma secretaria) foi nomeada para combatê-la.
- E) ... têm a ver com profundidade, com estabelecer efetivas relações sociais e pensar que elas (são sempre) uma troca.

Comentário

Analizando a função dos parênteses na norma-padrão, eles são usados para isolar elementos acessórios que representam **observações adicionais, explicações, comentários, exemplos** ou dados secundários. A característica essencial é que a remoção do conteúdo entre parênteses **não prejudique a correção gramatical nem a compreensão básica da ideia principal** da frase.

A) **“Assim temos (uma maior chance) de adaptação ao nosso ambiente”, defendeu o psiquiatra...**

INCORRETA.

- **Original sem o parêntese:** "Assim temos de adaptação ao nosso ambiente..."
- **Resultado:** O verbo "ter" exige seu objeto ("uma maior chance"). A remoção deixa a frase **incorrecta gramaticalmente** e sem sentido.

B) **Hoje, todavia, segundo os especialistas, a solidão é mais prevalente (e intensa) do que nunca...**

CORRETA.

- **Original sem o parêntese:** "Hoje, todavia, segundo os especialistas, a solidão é mais prevalente do que nunca..."
- **Resultado:** A frase permanece **gramaticalmente correta** e o sentido principal é mantido (a solidão é mais prevalente). O trecho "e intensa" funciona como um acréscimo que qualifica a solidão, mas sua ausência não destrói a estrutura básica da frase.

C) **Em relatório de 2023, Murthy destaca que essa condição (está associada) a um risco maior de doença cardiovascular...**

INCORRETA.

- **Original sem o parêntese:** "Em relatório de 2023, Murthy destaca que essa condição a um risco maior de doença cardiovascular..."
- **Resultado:** O verbo principal da oração subordinada ("está associada") foi removido. A frase fica **incorrecta gramaticalmente** e sem sentido.

D) O Japão criou um “Ministério da Solidão”, e, no Reino Unido, (uma secretária) foi nomeada para combatê-la.

INCORRETA.

- **Original sem o parêntese:** "O Japão criou um 'Ministério da Solidão', e, no Reino Unido, foi nomeada para combatê-la."
- **Resultado:** O **sujeito** da segunda oração ("uma secretária") foi removido. A frase fica **incorrecta gramaticalmente** ("foi nomeada" sem sujeito explícito ou desinencial claro).

E) ... têm a ver com profundidade, com estabelecer efetivas relações sociais e pensar que elas (são sempre) uma troca.

INCORRETA.

- **Original sem o parêntese:** "...têm a ver com profundidade, com estabelecer efetivas relações sociais e pensar que elas uma troca."
- **Resultado:** O verbo ("são") e o advérbio de tempo/modo ("sempre") da oração subordinada foram removidos. A frase fica **incorrecta gramaticalmente** ("elas uma troca").

GABARITO B

7 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Considere as frases elaboradas a partir do texto.

A solidão pode ser um estímulo para que estejamos atentos _____ uma necessidade básica: a de nos conectar.

Em seu relatório, Vivek Murthy dá ênfase _____ situações em que a solidão está atrelada a um agravamento da saúde física e mental.

O cirurgião adverte que a mortalidade pelo impacto de se estar socialmente desconectado é similar _____ mortalidade causada pelo fumo.

Atendendo à norma-padrão de emprego do sinal indicativo de crase, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, por:

A) a; a; à

B) a; à; à

C) à; a; a

D) à; à; à

E) à; a; à

Comentário

1. "atentos _____ uma necessidade básica"

- Não há crase antes de artigo indefinido, como uns, umas, um, uma, poucos, alguns etc.
- O correto é: "atentos a uma necessidade básica".

2. "dá ênfase _____ situações"

- Nas alternativas só temos a presença de "a" no singular.
- Aqui aplicamos aquela regra famosa: "a" no singular seguida de palavra no plural, CRASE NEM A PAU.
- Justificativa de aplicação da regra: se o "a" está no singular, quer dizer que só temos a presença da preposição "a". Se tivéssemos a presença do artigo, ele deveria estar no plural.
- E se não temos a presença do artigo feminino "a", não ocorre crase.
- Correto: "dá ênfase a situações"

3. "similar _____ mortalidade"

- Quem é similar, é similar a algo, a alguma coisa.
- Foi exigida a preposição "a" + artigo feminino "a" da palavra mortalidade = crase.
- Correto: "similar à mortalidade".

GABARITO A

8 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) A frase que está em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal se encontra na alternativa:

A) Quando precisamos nos adaptar a novos ambientes, existe mais possibilidades de sucesso se evitarmos o isolamento.

B) Predação e falta de recursos foram ameaças aos primatas, fato que os levaram a perceber que era mais vantajoso permanecer em grupo.

C) Se houver boas conexões sociais, teremos chances de ampliar nossa qualidade de vida e não sucumbir ao sofrimento agravado pela solidão.

D) Já se tomou algumas medidas contra os efeitos nocivos da solidão, a exemplo da criação de órgãos públicos que tratem desse tema.

E) Devido à extrema solidão, pode surgir problemas graves para algumas pessoas, como doenças cardiovasculares e depressão.

Comentário

a) Quando precisamos nos adaptar a novos ambientes, existe mais possibilidades de sucesso se evitarmos o isolamento.

INCORRETA. O verbo "existe" (verbo pessoal) tem como sujeito posposto "mais possibilidades de sucesso" (plural). O verbo deve concordar com o núcleo do sujeito.

- **Correção:** Quando precisamos nos adaptar a novos ambientes, **existem** mais possibilidades de sucesso...

b) Predação e falta de recursos foram ameaças aos primatas, fato que os levaram a perceber que era mais vantajoso permanecer em grupo.

INCORRETA. O verbo "levaram" tem como sujeito o pronome relativo "que". Este pronome retoma o antecedente "fato" (singular), que é o sujeito da oração. O verbo deve concordar com o antecedente no singular. (O pronome oblíquo "os" é objeto direto e está no plural porque retoma "primatas", mas não determina a flexão do verbo principal).

- **Correção:** ...fato que os **levou** a perceber que era mais vantajoso...

c) Se houver boas conexões sociais, teremos chances de ampliar nossa qualidade de vida e não sucumbir ao sofrimento agravado pela solidão.

CORRETA. Não há erros de concordância:

- **"Se houver...":** O verbo "haver", no sentido de "existir", é **impessoal** e fica na 3^a pessoa do singular. **Correto.**
- **"teremos":** O verbo concorda com o sujeito oculto "nós". **Correto.**
- **"ampliar" e "sucumbir":** Estão no infinitivo impessoal, que é a forma correta após "chances de..." e geralmente é preferível em locuções que não exigem o infinitivo pessoal. **Correto.**

d) Já se tomou algumas medidas contra os efeitos nocivos da solidão, a exemplo da criação de órgãos públicos que tratem desse tema.

INCORRETA. O verbo "**tomou**" está na voz passiva sintética (VTD + partícula "se"). O sujeito paciente da oração é "**algumas medidas**" (plural). O verbo deve ir para o plural para concordar com o sujeito.

- **Correção:** Já **se tomaram algumas medidas** contra os efeitos nocivos da solidão...

e) Devido à extrema solidão, pode surgir problemas graves para algumas pessoas, como doenças cardiovasculares e depressão.

INCORRETA. A locução verbal "**pode surgir**" tem como sujeito o termo posposto "**problemas graves**" (plural). O verbo auxiliar deve concordar com o núcleo do sujeito.

- **Correção:** Devido à extrema solidão, **podem surgir problemas graves** para algumas pessoas...

GABARITO C

9 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Leia outro trecho do texto inicial da prova para responder às questões de números 09 e 10.

A pesquisa, com mais de 8 mil pacientes, coordenada por Antonelli-Salgado, identificou efeitos protetores contra a solidão. Para a surpresa dos estudiosos, o mais importante foi a atividade física. Eles acreditam que a explicação é multifatorial. A atividade física possibilita a reunião de pessoas que têm um interesse em comum e também pode ajudar na questão inflamatória do organismo. “À medida que fazemos atividade física, ficamos mais tranquilos, há diminuição da ansiedade e uma melhora da depressão”, declarou o psiquiatra.

(Leon Ferrari. Disponível em: www.estadao.com.br/saude/a-solidao-nosajudou-a-sobreviver-por-que-agora-nos-adoece-especialistas-explicam/?utm_source=estadao:mail. Adaptado)

Assinale a alternativa em que a redação da quarta frase do trecho segue a norma-padrão e apresenta ideias adequadas ao texto.

A atividade física possibilita a reunião de pessoas...

A) com quem o interesse é comum e, por afinidade, pode auxiliar na questão inflamatória do organismo.

B) onde o interesse é comum e, em contraste, pode auxiliar na questão inflamatória do organismo.

C) para as quais o interesse é comum e, a despeito disso, pode auxiliar na questão inflamatória do organismo.

D) cujo interesse é comum e, além disso, pode auxiliar na questão inflamatória do organismo.

E) em quem o interesse é comum e, por analogia, pode auxiliar na questão inflamatória do organismo.

Comentário

A) com quem o interesse é comum e, por afinidade, pode auxiliar na questão inflamatória do organismo.

INCORRETA.

- **Pronome Relativo:** Incorreto. "com quem" exige que o verbo da oração subsequente reja a preposição "com" (ex.: "pessoas com quem conversei"). A forma mais correta seria "cujo".

B) onde o interesse é comum e, em contraste, pode auxiliar na questão inflamatória do organismo.

INCORRETA.

- **Pronome Relativo:** Incorreto. "onde" só deve ser usado para indicar **lugar físico**.
- **Conector:** Incorreto. "em contraste" expressa **oposição/adversidade**, alterando o sentido de adição ("e também").

C) para as quais o interesse é comum e, a despeito disso, pode auxiliar na questão inflamatória do organismo.

INCORRETA.

- **Pronome Relativo:** Incorreto. "para as quais" indica **finalidade**, mudando o sentido de posse.
- **Conector:** Incorreto. "a despeito disso" expressa **concessão/oposição** ("apesar de"), alterando o sentido de adição.

D) cujo interesse é comum e, além disso, pode auxiliar na questão inflamatória do organismo.

CORRETA.

- **Pronome Relativo: Correto.** "cujo" estabelece a relação de posse (O interesse é das pessoas). A estrutura "pessoas cujo interesse é comum" é elegante e gramaticalmente correta.
- **Conector: Correto.** "além disso" tem valor **aditivo**, preservando o sentido de "e também".

E) em quem o interesse é comum e, por analogia, pode auxiliar na questão inflamatória do organismo.

INCORRETA.

- **Pronome Relativo:** Incorreto. "em quem" exige a preposição "em" regida pelo verbo da oração subsequente.
- **Conector:** Incorreto. "por analogia" introduz uma **comparação/semelhança**, alterando o sentido de adição.

GABARITO D

10 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Considere as seguintes frases:

O especialista e seu grupo realizaram a pesquisa com 8 mil pacientes, e esta surpreendentemente mostrou a eles que a atividade física é fator primordial contra a solidão.

Encontros com outras pessoas amenizam a sensação de isolamento, e é a prática esportiva que proporciona esses encontros com mais frequência.

De acordo com a norma-padrão de emprego e de colocação de pronomes, os trechos destacados devem ser substituídos por:

- A) os mostrou; proporciona-lhes
- B) os mostrou; lhes proporciona
- C) mostrou-lhes; os proporciona
- D) lhes mostrou; proporciona-lhes
- E) lhes mostrou; os proporciona

Comentário

A questão exige que os trechos destacados sejam substituídos por pronomes oblíquos átonos, respeitando as regras de **regência** (função sintática do pronome) e de **colocação** (posição do pronome em relação ao verbo).

Frase 1: Regência e Colocação

"O especialista... surpreendentemente **mostrou a eles** que a atividade física é fator primordial contra a solidão."

- **Função Sintática:** "a eles" é o Objeto Indireto (OI) do verbo "mostrar" (mostrou [o quê?] [a quem?]).
- **Pronome Correto (OI 3^a pessoa): lhes.**
- **Colocação Pronominal:** O verbo "mostrou" é antecedido pelo advérbio de intensidade **"surpreendentemente"**. Advérbios são fatores de **próclise obrigatória**.
- **Substituição Correta: lhes mostrou**

Frase 2: Regência e Colocação

"... é a prática esportiva que **proporciona esses encontros** com mais frequência."

- **Função Sintática:** "esses encontros" é o Objeto Direto (OD) do verbo "proporciona" (proporciona [o quê?]).
- **Pronome Correto (OD 3^a pessoa, plural): os.**
- **Colocação Pronominal:** O verbo "proporciona" é antecedido pelo pronome relativo **"que"**. Pronomes relativos são fatores de **próclise obrigatória**.
- **Substituição Correta: os proporciona**

GABARITO E

11 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Leia a tira a seguir para responder às questões de 11 a 13:



(Willian Leite. Anésia. Disponível em: <http://www.willtirando.com.br/category/anesia/page/2/>. Acesso em 18.03.2025)

Assinale a alternativa que melhor explica o efeito de humor da tira.

- A) A criança no 1º quadro consulta mulheres idosas para falar sobre a internet, ainda que elas não tenham uma opinião a respeito do assunto.
- B) A senhora no 2º quadro faz uma afirmação mentirosa sobre a internet, que é corrigida pelas outras personagens.

- C) A personagem no 3º quadro não compreendeu que ela deveria apresentar uma desvantagem da internet, assim como a personagem do quadro anterior.
- D) A mulher no 4º quadro discorda da opinião das duas personagens que haviam se manifestado sobre os problemas da internet.
- E) A senhora no 5º quadro considera que aproximar pessoas e fazer com que elas possam se expressar são desvantagens da internet.

Comentário

As falas nos quadros são:

- **Quadro 1 (Professora):** "CITE AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA INTERNET."
- **Quadro 2 (Senhora 1):** "A INTERNET É UMA FERRAMENTA DE ESPALHAR MENTIRAS." (Desvantagem)
- **Quadro 3 (Senhora 2):** "A INTERNET APROXIMA AS PESSOAS." (Vantagem)
- **Quadro 4 (Senhora 3):** "TODOS PODEM USAR A INTERNET PARA SE EXPRESSAR." (Vantagem)
- **Quadro 5 (Senhora 1):** "ACHO QUE TÁ BOM DE DESVANTAGENS JÁ, NÉ?" (Quebra de expectativa)

Vamos analisar as alternativas:

A) A criança no 1º quadro consulta mulheres idosas para falar sobre a internet, ainda que elas não tenham uma opinião a respeito do assunto.

INCORRETA. As senhoras têm e expressam opiniões sobre o assunto. No Quadro 2, a Senhora 1 dá uma opinião ("ferramenta de espalhar mentiras"). Nos Quadros 3 e 4, as outras senhoras dão mais opiniões ("aproxima as pessoas", "podem usar para se expressar"). A premissa de que "não tenham uma opinião" é falsa.

B) A senhora no 2º quadro faz uma afirmação mentirosa sobre a internet, que é corrigida pelas outras personagens.

INCORRETA. A Senhora 1 (Quadro 2) diz que a internet é "uma ferramenta de espalhar mentiras". Esta é uma opinião válida e uma desvantagem reconhecida (notícias falsas). As outras personagens não a corrigem; elas adicionam informações diferentes (as vantagens), mudando o foco da lista.

C) A personagem no 3º quadro não compreendeu que ela deveria apresentar uma desvantagem da internet, assim como a personagem do quadro anterior.

INCORRETA. A professora (Quadro 1) pediu "vantagens e desvantagens". A Senhora 2 (Quadro 3) cumpriu a solicitação ao citar uma vantagem ("aproxima as pessoas"). O erro

de compreensão está na Senhora 1 (Quadro 5), que não diferencia as vantagens das desvantagens.

D) A mulher no 4º quadro discorda da opinião das duas personagens que haviam se manifestado sobre os problemas da internet.

INCORRETA. A mulher no Quadro 4 ("Todos podem usar a internet para se expressar") está listando uma **vantagem**, o que significa que ela não discorda da Senhora 2 (Quadro 3), que também listou uma vantagem. Além disso, ela não se manifesta diretamente contra o problema listado pela Senhora 1 (mentiras); ela apenas continua a listar um aspecto positivo.

E) A senhora no 5º quadro considera que aproximar pessoas e fazer com que elas possam se expressar são desvantagens da internet.

CORRETA. Esta alternativa traduz exatamente a **inversão de sentido** que gera o humor. Ao dizer "ACHO QUE TÁ BOM DE DESVANTAGENS JÁ, NÉ?" após ouvir vantagens, ela está tratando a **aproximação de pessoas** e a **liberdade de expressão** como se fossem contribuições negativas ou problemáticas da internet.

GABARITO E

12 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Na tira, foi empregada em sentido figurado a palavra

- A) "vantagens" (1º quadro), para se referir aos benefícios da internet.
- B) "ferramenta" (2º quadro), para se referir ao meio usado para um objetivo.
- C) "espalhar" (2º quadro), para se referir à ação de difundir informação.
- D) "mentiras" (2º quadro), para se referir às fake news que existem na internet.
- E) "expressar" (4º quadro), para se referir às postagens feitas em redes sociais.

Comentário

A) "vantagens" (1º quadro), para se referir aos benefícios da internet.

INCORRETA.

- **Sentido Literal/Denotativo:** Vantagem significa proveito, benefício.
- **Análise:** O termo está usado em seu **sentido literal** (benefícios).

B) "ferramenta" (2º quadro), para se referir ao meio usado para um objetivo.

CORRETA.

- **Sentido Literal/Denotativo:** Objeto manual usado para realizar um trabalho (ex: martelo, chave de fenda).
- **Análise:** A internet não é um objeto manual, mas é um meio (instrumento) usado para realizar um trabalho (comunicação). O termo está usado em **sentido figurado**, referindo-se a um **meio abstrato, digital ou conceitual**. A internet é uma "ferramenta" de forma metafórica, figurada.

C) “espalhar” (2º quadro), para se referir à ação de difundir informação.

INCORRETA.

- **Sentido Literal/Denotativo:** Dispersar (ex: espalhar sementes, espalhar água).
- **Análise:** Usar “espalhar” para se referir à difusão de informação (mentiras) é um **uso figurado**, pois mentiras não são objetos físicos sendo dispersos. No entanto, o verbo **“espalhar”** é frequentemente usado no sentido de “divulgar/difundir” (ex: espalhar fofocas) e é aceito como um uso comum e literal.

D) “mentiras” (2º quadro), para se referir às fake news que existem na internet.

INCORRETA.

- **Sentido Literal/Denotativo:** Declarações falsas.
- **Análise:** O termo está usado em seu **sentido literal** (declarações falsas).

E) “expressar” (4º quadro), para se referir às postagens feitas em redes sociais.

INCORRETA.

- **Sentido Literal/Denotativo:** Manifestar, exteriorizar (ideias, sentimentos).
- **Análise:** O termo está usado em seu **sentido literal** (manifestar ideias). (**Incórrreta**)

GABARITO B

13 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) No 1º quadro, as aspas foram empregadas a fim de indicar uma

- A) citação de frase lida pela personagem.
- B) explicação sobre um determinado termo.
- C) justificativa para a atividade solicitada.
- D) expressão empregada em sentido incomum.
- E) ironia na fala da personagem.

Comentário

A questão se refere ao uso das aspas no **1º quadro** da tira, onde a professora (ou personagem que dirige a atividade) diz: "**CITE AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA INTERNET.**"

O uso das aspas tem diversas funções na norma-padrão, mas, no contexto de um diálogo, geralmente serve para marcar o discurso de outrem ou para dar destaque.

A) citação de frase lida pela personagem.

CORRETA. Embora a professora possa ter formulado a frase, o uso das aspas em um texto narrativo (como a tira) serve para indicar que aquele é o **discurso direto** da personagem ou, mais precisamente, o **comando exato** que está sendo transmitido. A frase, nesse contexto, funciona como uma citação, o título de uma atividade ou o enunciado de um pedido.

B) explicação sobre um determinado termo.

INCORRETA. A frase completa ("CITE AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA INTERNET") não está explicando um termo, mas sim solicitando uma ação.

C) justificativa para a atividade solicitada.

INCORRETA. A frase é a solicitação da atividade em si, e não a justificativa para realizá-la.

D) expressão empregada em sentido incomum.

INCORRETA. A frase está usada em seu sentido literal (denotativo) e comum; não há ironia ou sentido figurado no comando.

E) ironia na fala da personagem.

INCORRETA. A fala da professora ("CITE AS VANTAGENS E DESVANTAGENS...") é objetiva e neutra, não contendo ironia. A ironia na tira só aparece no Quadro 5.

GABARITO A

14 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de 14 a 16.

Lavagem cerebral

O Dicionário Oxford de Inglês define “lavagem cerebral” [*brainwashing*] como a “eliminação sistemática e muitas vezes forçada da mente de uma pessoa de ideias mais estabelecidas para que outro conjunto de ideias possa tomar seu lugar”. De acordo com esta definição, a lavagem cerebral pode ser descrita como a tentativa proposital de mudar as ideias e crenças de um indivíduo.

No entanto, como todos nós somos bombardeados diariamente com tentativas de mudar nossas crenças, a lavagem cerebral precisa ser vista como uma tentativa radical ou extrema de mudar as crenças e as ideias de um indivíduo. Como Kathleen Taylor apontou em seu livro *Brainwashing: The Science of Thought Control*, a lavagem cerebral pode ser identificada por duas características identificáveis em suas vítimas.

Em primeiro lugar, aquele que sofre lavagem cerebral adota novas crenças e ideias que são drasticamente diferentes e muitas vezes completamente contraditórias em relação às suas crenças anteriores. Em segundo lugar, a vítima de lavagem cerebral não adota essas novas crenças gradualmente, ao longo de meses ou anos, mas em um período muito curto e, na maioria das vezes, instantaneamente.

(O Que é Lavagem Cerebral? A Psicologia da Manipulação de Mentes. Disponível em: https://www.fantasticacultural.com.br/artigo/1104/o_que_e_lavagem_cerebral_a_psicologia_da_manipulacao_de_mentes. Acesso em 22.03.2025)

De acordo com o texto, é **correto** afirmar que a lavagem cerebral

- A) afeta sobretudo aqueles que não têm confiança em suas próprias crenças e que estão habituados a pontos de vista radicais.
- B) é um mito que se baseia na ideia de que as pessoas podem ter suas crenças alteradas facilmente, quando na verdade se sabe que isso não ocorre.
- C) ocorre de forma rápida e com o auxílio de teorias complexas que exigem um alto grau de inteligência dos indivíduos que são afetados por ela.
- D) faz com que as pessoas mudem suas convicções de modo rápido e radical, contradizendo categoricamente suas crenças anteriores.
- E) provoca um sentimento de culpa naqueles que foram vítimas desse processo e de hostilidade contra quem os manipulou.

Comentário

A) afeta sobretudo aqueles que não têm confiança em suas próprias crenças e que estão habituados a pontos de vista radicais.

INCORRETA. O texto não menciona nada sobre a falta de confiança da vítima em suas crenças anteriores ou sobre o hábito de ter pontos de vista radicais.

B) é um mito que se baseia na ideia de que as pessoas podem ter suas crenças alteradas facilmente, quando na verdade se sabe que isso não ocorre.

INCORRETA. O texto não afirma que a lavagem cerebral é um mito. Ele a define como uma "tentativa radical ou extrema de mudar as crenças". A existência de livros e definições sobre o tema sugere que não é tratada como um mito no artigo.

C) ocorre de forma rápida e com o auxílio de teorias complexas que exigem um alto grau de inteligência dos indivíduos que são afetados por ela.

INCORRETA. O texto afirma que a adoção das novas crenças ocorre "em um período muito curto" (rápida), mas não menciona que isso seja feito por meio de "teorias complexas" ou que exija um "alto grau de inteligência". A definição do dicionário fala em "eliminação sistemática e muitas vezes forçada".

D) faz com que as pessoas mudem suas convicções de modo rápido e radical, contradizendo categoricamente suas crenças anteriores.

CORRETA. Esta alternativa resume as duas características identificáveis da lavagem cerebral, conforme listadas por Kathleen Taylor no texto:

1. **Mudança Radical e Contraditória:** As novas crenças são "drasticamente diferentes e muitas vezes completamente contraditórias em relação às suas crenças anteriores" (característica 1).
2. **Mudança Rápida:** A adoção dessas crenças ocorre "em um período muito curto e, na maioria das vezes, instantaneamente" (característica 2).

E) provoca um sentimento de culpa naqueles que foram vítimas desse processo e de hostilidade contra quem os manipulou.

INCORRETA. O texto não faz menção a sentimento de culpa ou hostilidade por parte das vítimas.

GABARITO D

15 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Em "... eliminação **sistemática** e muitas vezes forçada da mente...", a palavra destacada é sinônimo de

- A) subestimada.
- B) metódica.
- C) automática.

- D) permanente.
- E) intermitente

Comentário

A questão solicita que se encontre um sinônimo adequado para a palavra "**sistemática**" no contexto do trecho "eliminação **sistemática** e muitas vezes forçada da mente...".

A palavra "sistemática" refere-se a algo que é feito com base em um **sistema**, um **método**, ou uma **ordem rigorosa**.

Análise das alternativas:

A) subestimada.

INCORRETA. "Subestimada" significa que algo foi avaliado abaixo de seu valor real. Não tem relação com método ou ordem.

B) metódica.

CORRETA. "Metódica" significa que algo é feito com método, ordem, ou segundo um sistema. O processo de lavagem cerebral é descrito como sistemático porque segue uma rotina ou um plano organizado para a eliminação das ideias. "Metódica" é o sinônimo mais preciso para "sistemática" nesse contexto.

C) automática.

INCORRETA. "Automática" significa que algo é feito por si só, sem intervenção consciente ou sem falha. Não é sinônimo de "com método".

D) permanente.

INCORRETA. "Permanente" refere-se à duração (algo que dura para sempre). "Sistemática" refere-se ao modo de execução (com método).

E) intermitente.

INCORRETA. "Intermitente" significa que algo é interrompido e recomeça em intervalos. É o oposto de uma ação organizada e contínua, que é a implicação de "sistemática" no contexto.

GABARITO B

16 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) No último parágrafo do texto, a palavra **instantaneamente** expressa circunstância de

- A) instrumento.
- B) tempo.
- C) modo.
- D) companhia.
- E) dúvida.

Comentário

A) instrumento.

INCORRETA. Instrumento refere-se ao meio físico ou abstrato usado para realizar a ação (ex: "com uma tesoura", "por meio de lei").

B) tempo.

INCORRETA. Embora "instantaneamente" também possa indicar tempo (aqui é a pegadinha da questão), se analisarmos todo o trecho, observamos que, na verdade, está indicando ideia de modo. Veja:

Em segundo lugar, a vítima de lavagem cerebral não adota essas novas crenças **gradualmente**, ao longo de meses ou anos, mas em um período muito curto e, na maioria das vezes, **instantaneamente**.

Em segundo lugar, a vítima de lavagem cerebral não adota essas novas crenças **de modo gradual**, ao longo de meses ou anos, mas em um período muito curto e, na maioria das vezes, **de modo instantâneo**.

É o modo de como são adotadas novas crenças: instantaneamente, imediatamente.

C) modo.

CORRETA. Vide alternativa “b”.

D) companhia.

INCORRETA. Companhia indica que a ação foi realizada com alguém (ex: "com o amigo").

E) dúvida.

INCORRETA. Dúvida é expressa por advérbios como "talvez", "provavelmente", "quiçá".

GABARITO C

CONHECIMENTOS EM DIREITO

DIREITO PENAL

17 - (Simulado Geral. 2025. FGV) Matheus, perito criminal, compareceu ao local de determinada infração penal perpetrada no Município de Santa Luzia/MG. Durante a realização dos trabalhos técnicos, João, particular, ofereceu R\$ 5 mil para que o referido agente público descartasse todos os vestígios que pudessem incriminar um conhecido. Matheus, imediatamente, recusou a proposta, prendendo João em flagrante. Considerando as disposições do Código Penal sobre o crime praticado, ele responderá por

- A) peculato consumado, na modalidade simples.
- B) corrupção passiva tentada, na modalidade simples.
- C) corrupção ativa tentada, na modalidade qualificada.
- D) corrupção ativa consumada, na modalidade simples.
- E) corrupção passiva consumada, na modalidade qualificada.

Comentário

João, ao OFERECER vantagem indevida (R\$ 5 mil reais) a funcionário público, a fim de determiná-lo a praticar ato de ofício (descartar todos os vestígios), cometeu o crime de CORRUPÇÃO ATIVA:

Corrupção ativa

Art. 333 - **Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:**

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

DÚVIDA COMUM: Matheus recusou a proposta imediatamente e prendeu João em flagrante. Assim, o crime não seria tentado? NÃOOOO.

O crime foi consumado, pois se trata de crime FORMAL, que se consuma com a mera conduta, independentemente do resultado.

Ou seja, o crime se consumou no momento em que o criminoso OFERECEU a vantagem indevida, não importando se o funcionário público aceitou ou não.

Você precisa saber sobre esse crime:

1º) SUJEITO ATIVO: é crime comum, ou seja, pode ser praticado por qualquer pessoa, inclusive por funcionário público. Ex.: chefe do executivo que oferece valores para integrantes do legislativo aprovarem projetos de sua autoria.

2º) CONDUTA TÍPICA: pune-se o agente que toma a iniciativa de oferecer ou prometer alguma vantagem indevida a um funcionário público a fim de se beneficiar, em troca, com alguma ação ou omissão deste funcionário.

ATENÇÃO1: só vai ocorrer corrupção ativa quando a iniciativa é do particular, pois somente nesse caso sua conduta pode fazer com que o funcionário se corrompa. Quando é o funcionário público que toma a iniciativa de solicitar alguma vantagem, conclui-se que ele já está corrompido, de forma que o particular, ainda que entregue o que foi solicitado, não comete o crime de corrupção ativa, porque não existe no art. 333 conduta típica consistente em entregar ou dar dinheiro ou outra vantagem ao funcionário.

Podemos ter as seguintes situações:

- | |
|---|
| 1) O particular oferece a vantagem indevida, mas o funcionário recusa-se a recebê-la: existe apenas corrupção ativa. |
| 2) O particular oferece a vantagem indevida e o funcionário a recebe: há corrupção ativa e também passiva. |
| 3) O particular promete a vantagem indevida e o funcionário não aceita: existe apenas a corrupção ativa. |
| 4) O particular promete a vantagem indevida e o funcionário a aceita: há corrupção ativa e também passiva. |
| 5) O funcionário solicita a vantagem: há apenas corrupção passiva, quer o particular concorde em entregar a vantagem, quer se recuse. |

ATENÇÃO2: Perceba, pelo quadro acima, que podemos ter corrupção passiva sem a correspondente corrupção ativa. Ou seja, um crime não depende do outro para a consumação.

3º) FINALIDADE ESPECÍFICA/DOLO ESPECÍFICO: a conduta de oferecer ou prometer vantagem indevida tem que ser realizada com o objetivo específico de “praticar, omitir ou retardar” ato de ofício. Retarde ato de ofício. Ex.: para que um Oficial de Justiça demore a expedir o mandado de citação. Omita ato de ofício. Ex.: para que o Oficial de Justiça não expeça o mandado de citação. Pratique ato de ofício. Exs.: para que o Oficial de Justiça expeça imediatamente o mandado de citação.

4º) CONSUMAÇÃO: é crime formal e se consuma com a oferta ou promessa de vantagem indevida ao funcionário público, independentemente da sua aceitação. Também não se exige a prática, omissão ou retardamento do ato de ofício. Contudo, se o funcionário público retardar, omitir ou praticar ato de ofício infringindo dever funcional, a pena será aumentada de 1/3.

5º) CAUSA DE AUMENTO DE PENA: Se o funcionário público aceitar a oferta ou a promessa e, em razão da vantagem recebida, retardar, omitir ou praticar ato infringindo dever funcional, a pena da corrupção ativa será aumentada de um terço, nos termos do art. 333, parágrafo único, do Código Penal.

6º) TENTATIVA: é possível na forma escrita.

GABARITO D

18 - (Simulado Geral. 2024. FGV) A Receita Federal, após denúncia realizada por um consumidor, procedeu à fiscalização do estabelecimento comercial de titularidade de Matheus, ocasião em que diversas irregularidades tributárias foram constatadas.

Muito preocupado, o empresário comentou os eventos com João, amigo de longa data, o qual lhe disse que é próximo de Caio, agente público e auditor da Receita Federal responsável pelo procedimento administrativo deflagrado em desfavor de Matheus. Em assim sendo, João solicitou ao empresário a entrega de cinco mil reais, a pretexto de influir na decisão que será tomada por Caio no procedimento administrativo que está em andamento.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que João responderá pela prática do crime de

- A) advocacia administrativa.
- B) exploração de prestígio.
- C) corrupção ativa
- D) tráfico de influência.
- E) corrupção passiva.

Comentário

João, ao dizer que é próximo de Caio (agente público – auditor da Receita Federal) e SOLICITOU dinheiro a PRETEXTO DE INFLUIR na decisão que será tomada por Caio, cometeu o crime de TRÁFICO DE INFLUÊNCIA:

Tráfico de Influência (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Art. 332 - Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função: (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Parágrafo único - A pena é aumentada da metade, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário. (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Você precisa saber sobre esse crime:

1º) SUJEITO ATIVO: é crime comum, ou seja, pode ser praticado por qualquer pessoa, inclusive por funcionário público que alardeie influência sobre outro.

2º) CONDUTA TÍPICA: o agente, gabando-se de influência sobre funcionário público pede, exige, cobra ou recebe qualquer vantagem (material ou de outra natureza) ou promessa de vantagem, afirmando ardilosamente que irá influir em ato praticado por tal funcionário no exercício de sua função. Ou seja, o agente quer obter uma vantagem negociando algo que não tem (condições de levar um funcionário público a agir desta ou daquela forma). É tipo misto alternativo ou crime de ação múltipla.

EXEMPLO PRÁTICO: A) o sujeito que alega ter amizade com um fiscal da prefeitura e solicita dinheiro para um comerciante a pretexto de o estabelecimento não passar por inspeções periódicas; B) “A”, alegando ser amigo de um Delegado de Polícia, sem realmente sê-lo, solicita de “B” a entrega de determinada quantia em dinheiro, para

supostamente convencer a autoridade policial a não instaurar inquérito policial visando a apuração de crime cometido pelo seu filho.

ATENÇÃO1 se o sujeito realmente possuir influência perante o funcionário público, e vier a corrompê-lo, deverá ser responsabilizado pelo crime de corrupção ativa (CP, art. 333).

ATENÇÃO2: Se o agente visa vantagem a pretexto de influir especificamente em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário da justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha, o crime é o de exploração de prestígio, descrito no art. 357 do Código Penal.

MACETE: as funções de juiz, jurado, órgão do MP, funcionário da justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha POSSUEM PRESTÍGIO. Logo, o crime será o de EXPLORAÇÃO DE PRESTÍGIO.

Se for qualquer outro funcionário público, o crime será o de TRÁFICO DE INFLUÊNCIA.

3º CONSUMAÇÃO: Quanto aos verbos solicitar, exigir e cobrar o tráfico de influência é crime formal e se consuma com a realização da conduta legalmente descrita, independentemente da efetiva obtenção da vantagem desejada. Por outro lado, quando ao verbo obter é crime material, consumando-se no momento em que o sujeito alcança a vantagem desejada. CAUSA DE

4º AUMENTO DE PENA: aumenta de 1/2 (metade) se o agente alega ou insinua que a vantagem também é destinada ao funcionário público (parágrafo único do 332).

GABARITO D

19 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) É crime “usar, como próprio, passaporte, título de eleitor, caderneta de reservista ou qualquer documento de identidade alheia”. Imagine que Remo utilizou ilicitamente o documento de seu irmão, Rômulo. E que esse documento tenha sido prévia e conscientemente cedido pela mãe de ambos, Capitolina, sem ciência de Rômulo. Diante desse cenário, nos termos do artigo 308 do CP, é correto afirmar que

- A) Remo e Capitolina cometem crime contra a Administração Pública.
- B) Capitolina, Remo e Rômulo cometem crime, mas Rômulo na modalidade culposa.
- C) apenas Remo e Capitolina cometem crime.
- D) apenas Remo cometeu crime.
- E) apenas Remo e Capitolina cometem crime, mas Capitolina é isenta de pena por expressa disposição legal.

Comentário

O crime de uso de documento de identidade alheia está previsto no art. 308 do Código Penal:

Art. 308 - Usar, como próprio, passaporte, título de eleitor, caderneta de reservista ou qualquer documento de identidade alheia ou ceder a outrem, para que dele se utilize, documento dessa natureza, próprio ou de terceiro:

Pena - detenção, de quatro meses a dois anos, e multa, se o fato não constitui elemento de crime mais grave.

Perceba que comete esse crime tanto a pessoa que usa como aquela que cedeu o documento para que alguém utilizasse, conforme acima destacada em amarelo.

No caso da nossa questão:

- Remo utilizou o documento do seu irmão: logo ele responde por esse crime.
- Capitolina é a mãe que cedeu o documento do Rômulo (sem sua ciência): ela também responde por esse crime
- Rômulo não tinha ciência de que seu documento havia sido cedido: ele não responde por crime nenhum.

Informações importantes sobre o crime do art. 308:

O LEGISLADOR NÃO DEU NOME A ESSE CRIME NO CÓDIGO PENAL: constitui uma derivação, embora mais grave, do delito de falsa identidade e, no âmbito doutrinário, convencionou-se chamá-lo de “uso de documento de identidade alheia”.

CARÁTER EXPRESSAMENTE SUBSIDIÁRIO: toda vez que na pena aparecer essa expressão, na pena, que “se o fato não constitui elemento de crime mais grave”, quer dizer que o crime é subsidiário, ou seja, ele será absorvido quando o fato constituir elemento mais grave.

SUJEITO ATIVO: trata-se de crime comum, ou seja, pode ser praticado por qualquer pessoa.

CONSUMAÇÃO: se consuma com o uso, independentemente de qualquer resultado.

CONDUTA TÍPICA: Há duas condutas típicas:

a) Usar como próprio documento alheio: nesse caso, o agente tem em suas mãos um passaporte, título de eleitor, carteira de reservista ou qualquer outro documento de identidade (RG, Carteira de Habilitação etc.) pertencente a terceiro, e dele se utiliza para fazer-se passar por tal pessoa. **Não é possível a tentativa nessa hipótese (ou usa o documento ou não usa, não dá para fracionar).**

ATENÇÃO: O documento deve ser verdadeiro, pois, se for falso, caracteriza crime mais grave, qual seja, o do art. 304 do Código Penal.

b) Ceder a outrem, para que dele se utilize, documento próprio ou de terceiro: nesse caso, a lei pune apenas o sujeito que cede, entrega a alguém um documento verdadeiro, próprio ou de terceiro, para que dele se utilize. O crime se consuma com a tradição do documento, **sendo possível a tentativa quando o agente não consegue efetivá-la.**

CUIDADO! DISTINÇÃO ENTRE USO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE ALHEIA E USO DE DOCUMENTO FALSO:

No crime do art. 308, o documento de identidade alheia usado pelo agente é VERDADEIRO. Agora, se o agente utilizar documento FALSO, embora em nome de terceira pessoa (ex: inserção de sua fotografia em passaporte alheio), ele responderá pelo crime de uso de documento falso (art. 304 do CP).

GABARITO C

20 - (Simulado Geral. 2024. FGV. Adaptada) João e Cléber, policiais militares do estado de Santa Catarina, receberam denúncia anônima no sentido de que Tício estaria agredindo a sua companheira. Em assim sendo, os agentes públicos compareceram ao local dos fatos e constataram, in loco, a violência perpetrada contra a mulher. Nesse contexto, durante a contenção de Tício, este se opôs à execução do ato afirmando que mataria João caso não fosse solto. Passados trinta minutos, o indivíduo foi acalmado pelos policiais e encaminhado à Delegacia de Polícia.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Tício responderá pelo crime de:

- A) excesso de exação, além da responsabilização pela infração penal perpetrada contra a sua companheira;
- B) desobediência, além da responsabilização pela infração penal perpetrada contra a sua companheira;
- C) desacato, além da responsabilização pela infração penal perpetrada contra a sua companheira;
- D) resistência, além da responsabilização pela infração penal perpetrada contra a sua companheira;
- E) concussão, além da responsabilização pela infração penal perpetrada contra a sua companheira.

Comentário

Tício, ao se opor à execução de ato legal, mediante ameaça (afirmou que mataria João caso não fosse solto – isso é uma evidente ameaça), praticou o crime de RESISTÊNCIA:

Resistência

Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:

Pena - detenção, de dois meses a dois anos.

§ 1º - Se o ato, em razão da resistência, não se executa:

Pena - reclusão, de um a três anos.

§ 2º - As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência.

Você precisa saber sobre esse crime:

1º) SUJEITO ATIVO: é crime comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa., inclusive pelo funcionário público, nas situações em que age como particular, isto é, sem se valer das prerrogativas inerentes à sua condição funcional. Não precisa ser a pessoa contra quem será dirigido o ato funcional. Comete o crime tanto aquele que agride o Oficial de Justiça que vai despejá-lo quanto o vizinho que se solidariza e também o agride. Se ambos agredirem o Oficial, ambos cometem resistência.

2º) CONDUTA TÍPICA: o agente emprega violência ou ameaça (não é necessário que seja grave) com o objetivo de não cumprir a prática do ato funcional. A caracterização desse crime exige o emprego de: a) Violência: agressão, uso da força etc. Essa violência é empregada contra o funcionário público ou do terceiro que o auxilia. b) Ameaça: (não precisa ser grave).

EXEMPLO PRÁTICO: Aquiles caminhava pela rua ABC, momento em que foi abordado por dois policiais militares. Os agentes da lei, com base em fundada suspeita de prática delitiva, iniciaram revista pessoal em Aquiles, o qual, mediante ameaça, se opôs à execução do ato legal. Aquiles responderá pelo crime de resistência.

ATENÇÃO1: o ato a ser cumprido deve ser **LEGAL**. Se a ordem for ilegal, a oposição mediante violência ou ameaça não configura resistência.

ATENÇÃO2: é necessário que o funcionário público seja **COMPETENTE** para o cumprimento do ato.

ATENÇÃO3: também configura o crime de resistência se for empregada violência ou ameaça contra terceiro que esteja ajudando o funcionário público a cumprir a ordem.

ATENÇÃO4: A chamada resistência passiva (sem o emprego de violência ou ameaça) não é crime. Exs.: segurar-se em um poste para não ser conduzido, jogar-se no chão para não ser preso, sair correndo etc.

3º CONSUMAÇÃO: é crime formal e se consuma no momento em que for empregada a violência ou ameaça. Não se exige que o sujeito consiga impedir a execução do ato.

4º FIGURA QUALIFICADA: Se o sujeito conseguir, em razão da resistência, que o ato legal não se execute, incide a qualificadora prevista no § 1º, cuja pena será reclusão, de 1 a 3 anos.

5º CONCURSO MATERIAL OBRIGATÓRIO: é o que estabelece o § 2º. Quando o crime é praticado mediante violência, o agente responde pela resistência (simples ou qualificada) e pelo crime de violência (lesão corporal leve, grave ou gravíssima, homicídio, etc). As penas serão somadas.

6º TENTATIVA: é possível. Ex: ameaça escrita que se extravia.

NÃO CONFUNDA:

RESISTÊNCIA (ART. 329)	DESOBEDIÊNCIA (ART. 330)	DESACATO (ART. 331)
Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:	Desobedecer a ordem legal de funcionário público:	Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela:
Ex: Aquiles, com o objetivo de impedir a execução de uma ordem judicial, <u>ameaçou e agrediu</u> um oficial de justiça que se encontrava em sua residência para realizar uma intimação.	Ex: Afrodite, dirigindo uma motocicleta sem capacete, foi interceptada por um policial em serviço de trânsito, o qual lhe <u>deu ordem para parar</u> o veículo. Afrodite, no entanto, <u>fugiu em alta velocidade</u> .	Ex: Em um shopping, Zeus, ex-presidiário, encontrou-se com Poseidon, que estava passeando no local com sua família. Nessa ocasião, Zeus reconheceu Poseidon como sendo um dos agentes federais de execução penal que haviam realizado sua escolta durante uma de suas transferências de presídio. Zeus, então, <u>dirigiu xingamentos a Poseidon, em razão do cargo deste</u> .
Há violência ou ameaça (a ameaça não precisa ser grave)	Não há violência ou ameaça. O agente simplesmente não cumpre o que foi ordenado	há desrespeito, desprestígio, ofensa, humilhação

GABARITO D

21 - (Simulado Geral. 2025. Inéditas) Sobre a prevaricação imprópria, prevista no art. 319-A, é correto afirmar que:

- A) é crime praticado por particular contra a administração em geral.
- B) é crime material.
- C) é crime permanente.
- D) é crime próprio, pois somente pode ser cometido pelo Diretor de Penitenciária, responsável pela administração prisional, ou agente público.
- E) admite a tentativa.

Comentário

PREVARICAÇÃO IMPRÓPRIA (ART. 319-A)

Prevaricação imprópria (chamado assim pela doutrina)

Art. 319-A. Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo: (Incluído pela Lei nº 11.466, de 2007).

Pena: detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

Classificação:

Crime simples
Crime próprio
Crime formal, de consumação antecipada ou de resultado cortado
Crime de dano
Crime de forma livre
Crime omissivo próprio ou puro
Crime instantâneo
Crime unissubjetivo, unilateral ou de concurso eventual
Crime unissubsistente

Informações rápidas:

Prevaricação imprópria.

Objeto material: aparelho telefônico, de rádio ou similar (aparelho quebrado ou impossibilitado de funcionar; atipicidade).

Elemento subjetivo: dolo. Não admite modalidade culposa.

Tentativa: não admite (crime omissivo próprio ou puro, e, consequentemente, unissubsistente).

Ação penal: pública incondicionada.

ATENÇÃO! Trata-se de crime próprio ou especial, pois somente pode ser cometido pelo Diretor de Penitenciária, responsável pela administração prisional, ou agente público.

O crime definido no art. 319-A do Código Penal é simples (ofende um único bem jurídico); próprio (somente pode ser cometido pelo Diretor de Penitenciária ou agente público dotado do dever de impedir o acesso de aparelhos de comunicação aos presos); formal, de consumação antecipada ou de resultado cortado (consuma-se com o descumprimento do dever funcional, independentemente da efetiva utilização do aparelho de comunicação pelo detento); de dano (causa prejuízo à regularidade da Administração Pública); de forma livre (admite qualquer meio de execução); omissivo próprio ou puro (o tipo penal descreve uma conduta omissiva); instantâneo (consuma-se em um momento determinado, sem continuidade no tempo); unissubjetivo, unilateral ou de concurso eventual (normalmente praticado por um só agente, mas admite o concurso); e unissubsistente.

a) é crime praticado por particular contra a administração em geral.

INCORRETA. Pois se trata de crime praticado por funcionário público contra a administração em geral.

b) é crime material.

INCORRETA. Pois se trata de crime formal, de consumação antecipada ou de resultado cortado (consuma-se com o descumprimento do dever funcional, independentemente da efetiva utilização do aparelho de comunicação pelo detento);

c) é crime permanente.

INCORRETA. É instantâneo (consuma-se em um momento determinado, sem continuidade no tempo);

d) é crime próprio, pois somente pode ser cometido pelo Diretor de Penitenciária, responsável pela administração prisional, ou agente público.

CORRETA. De fato, trata-se de crime próprio (somente pode ser cometido pelo Diretor de Penitenciária ou agente público dotado do dever de impedir o acesso de aparelhos de comunicação aos presos);

e) admite a tentativa.

INCORRETA. Por se tratar de um crime omissivo próprio ou puro (o tipo penal descreve uma conduta típica omissão “deixar”), não admite a tentativa.

GABARITO D

DIREITO PROCESSUAL PENAL

22 - (Simulado Geral. 2024. FGV) No que tange aos sujeitos intervenientes do processo penal, assinale a afirmativa correta.

- A) O juiz pode exercer jurisdição no processo em que tiver funcionado apenas como auxiliar da justiça.
- B) As hipóteses legais de suspeição judicial podem ser suscitadas por qualquer das partes, quando o juiz não as reconhecer de ofício.
- C) O juiz não tem de se declarar suspeito quando for mero sócio de pessoa jurídica interessada no processo, desde que não exerça função de administração.
- D) O juiz não tem a obrigação legal de se declarar suspeito quando tiver somente aconselhado uma das partes.
- E) Quando realizada por defensor público ou dativo, a defesa técnica pode ser exercida sem a necessidade de fundamentação.

Comentário

A) O juiz pode exercer jurisdição no processo em que tiver funcionado apenas como auxiliar da justiça.

INCORRETA. O Art. 252, II, do CPP, estabelece que o juiz não pode exercer jurisdição no processo em que ele próprio houver desempenhado a função de auxiliar da justiça. Trata-se de uma hipótese de impedimento.

Art. 252. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:

I - tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito;

II - ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha;

(...)

B) As hipóteses legais de suspeição judicial podem ser suscitadas por qualquer das partes, quando o juiz não as reconhecer de ofício.

CORRETA. O Art. 254 do CPP estabelece, primeiramente, o dever do juiz de declarar-se suspeito ("dar-se-á por suspeito") e, caso ele não o faça, a suspeição poderá ser recusada por qualquer das partes (suscitada).

Art. 254 do CPP: O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

C) O juiz não tem de se declarar suspeito quando for mero sócio de pessoa jurídica interessada no processo, desde que não exerça função de administração.

INCORRETA. O Art. 254, VI, do CPP, obriga o juiz a se declarar suspeito não apenas quando for administrador, mas também quando for sócio ou acionista de sociedade interessada no processo. A condição de "mero sócio" já é suficiente para configurar a suspeição.

Art. 254. O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

(...)

VI - se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

D) O juiz não tem a obrigação legal de se declarar suspeito quando tiver somente aconselhado uma das partes.

INCORRETA. O Art. 254, IV, do CPP, estabelece que o juiz tem a obrigação legal de se declarar suspeito (dar-se-á por suspeito) se tiver aconselhado qualquer das partes.

Art. 254. O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

(...)

IV - se tiver aconselhado qualquer das partes;

(...)

E) Quando realizada por defensor público ou dativo, a defesa técnica pode ser exercida sem a necessidade de fundamentação.

INCORRETA. O Art. 261, parágrafo único, do CPP, estabelece o contrário: a defesa técnica, quando realizada por defensor público ou dativo, será sempre exercida através de manifestação fundamentada. O objetivo é garantir a efetividade da defesa.

Art. 261, Parágrafo único, do CPP: A defesa técnica, quando realizada por defensor público ou dativo, será sempre exercida através de manifestação fundamentada.

GABARITO B

23 - (Simulado Geral. 2024. FGV) Caio, empresário, responde, na esfera federal, pela suposta prática de crime contra a Administração Pública, gerador de prejuízo à União Federal. Após receber a denúncia, o juízo competente verificou que Caio encontra-se, em lugar sabido, no estrangeiro, não dispondo de qualquer endereço fixo na República Federativa do Brasil. Registre-se que o denunciado reside fora do país há anos, mesmo antes da existência da relação processual.

Nesse cenário, segundo as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que Caio será:

- A) considerado revel, já que não possui endereço fixo na República Federativa do Brasil, suspendendo-se o curso do prazo prescricional até que ingresse no país;
- B) citado por carta precatória, por se encontrar no estrangeiro, em local sabido, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento;
- C) considerado revel, já que não possui endereço fixo na República Federativa do Brasil, de forma que o processo prosseguirá sem a sua presença;
- D) citado por carta rogatória, por se encontrar no estrangeiro, em local sabido, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento;
- E) citado por edital, por se encontrar no estrangeiro, em local sabido, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.

Comentário

De acordo com o art. 368 do CPP, estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.

Art. 368. Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.

1. O Rito da Citação (Condição)

"Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado mediante carta rogatória"

- **Acusado no Estrangeiro:** A regra se aplica ao réu que está fora do Brasil.
- **Lugar Sabido:** O endereço (ou a localização) do acusado deve ser **conhecido**.
- **Carta Rogatória:** O instrumento usado para pedir que um ato judicial seja cumprido em outro país é a **carta rogatória**. O juiz brasileiro a expede, e ela é enviada, geralmente por meio do Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores, para a autoridade judicial estrangeira competente, que a cumprirá seguindo as regras do país local.

2. O Efeito na Prescrição (Suspensão)

"suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento."

- **Suspensão:** Este é o efeito mais importante. A **prescrição** é a perda do direito de punir pelo Estado, devido à passagem do tempo. O prazo da prescrição **para** de correr no momento em que a carta rogatória é expedida.
- **Por que suspende?** Porque o Estado brasileiro não tem jurisdição para agir no território estrangeiro. Seria injusto e ineficiente que o prazo prescricional continuasse a correr enquanto o processo está parado, esperando que a burocracia internacional cumpra o ato.

CUIDADO! Se o acusado estiver no estrangeiro, mas em **lugar incerto ou não sabido**, não cabe carta rogatória. Nesses casos, o juiz deve citá-lo por **edital**, e se o réu não comparecer nem constituir advogado, o processo e o curso do prazo prescricional ficarão **suspensos**, conforme o **Art. 366 do CPP**.

GABARITO D

24 - (Simulado Geral. 2021. Vunesp) Nos termos do § 2º do art. 396-A do CPP, quando não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz

A) determinará publicação para intimação editalícia do acusado.

- B) nomeará defensor para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos.
- C) procederá à intimação com hora certa, na forma estabelecida pelo CPC.
- D) declarará a revelia do acusado e remeterá os autos à Defensoria Pública.
- E) decretará a prisão preventiva ou outra medida cautelar a fim de garantir o comparecimento do acusado aos atos processuais.

Comentário

Essa questão exigiu o conhecimento do § 2º do art. 396-A do CPP:

§ 2º Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz nomeará defensor para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias.

GABARITO B

25 - (Simulado Geral. 2024. FGV) João foi condenado em primeira instância, em sentença penal transitada em julgado, pela prática do crime de peculato, em detrimento da União Federal. Após o cumprimento da integralidade da pena, devidamente extinta por decisão judicial, surgiram fatos novos, no sentido de que a sentença condenatória se baseou em depoimentos e exames comprovadamente falsos. João, então, consultou um advogado, que o orientou acerca dos recursos e ações autônomas de impugnação.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- A) não será cabível o emprego de qualquer recurso ou ação autônoma de impugnação, em razão do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, formadora de coisa julgada;
- B) será cabível o ajuizamento de revisão criminal, pois a sentença condenatória transitada em julgado se fundou em depoimentos e exames comprovadamente falsos;
- C) será cabível o ajuizamento de mandado de segurança, pois a sentença condenatória transitada em julgado se fundou em depoimentos e exames comprovadamente falsos;
- D) será cabível o ajuizamento de recurso especial, pois a sentença condenatória transitada em julgado se fundou em depoimentos e exames comprovadamente falsos;
- E) não será cabível o emprego de qualquer recurso ou ação autônoma de impugnação, porquanto já houve a extinção da pena de João.

Comentário

A revisão criminal será admitida quando a sentença condenatória se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos, como ocorreu no caso da nossa questão:

Art. 621. A revisão dos processos findos será admitida:

I - quando a sentença condenatória for contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos;

II - quando a sentença condenatória se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos;

III - quando, após a sentença, se descobrirem novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena.

Art. 622. A revisão poderá ser requerida em qualquer tempo, antes da extinção da pena ou após.

Parágrafo único. Não será admissível a reiteração do pedido, salvo se fundado em novas provas.

A Revisão Criminal é uma **ação autônoma de impugnação** que tem como objetivo corrigir erros judiciais. É uma garantia fundamental do condenado, mas que só pode ser utilizada em seu favor.

1. A Regra: Sentença Condenatória Transitada em Julgado

A Revisão Criminal só é cabível contra **sentença penal condenatória** (ou absolutória imprópria) que já tenha **transitado em julgado** (decisão definitiva). Ela é, em regra, usada apenas para beneficiar o condenado (*favor rei*).

2. Hipóteses de Admissão (Inciso por Inciso)

O artigo lista os três motivos que justificam a quebra da coisa julgada (a imutabilidade da sentença) para beneficiar o réu:

I - Sentença Contrária à Lei ou à Evidência dos Autos:

- **Contrariedade ao texto expresso da lei penal:** A condenação foi baseada em uma interpretação errada ou contrária ao que a lei penal diz claramente.
- **Exemplo Prático:** O réu foi condenado por um crime que, na verdade, já tinha sido revogado pela lei (*abolitio criminis*), mas o juiz não percebeu.
- **Contrariedade à evidência dos autos:** A condenação foi proferida, mas as provas do próprio processo (autos) mostram claramente que o réu deveria ter sido absolvido. O juiz se equivocou na análise das provas.

- **Exemplo Prático:** O réu foi condenado por roubo, mas o processo continha um vídeo de segurança (prova) que mostrava claramente que ele estava em outro local no momento do crime (álibi comprovado), e o juiz ignorou essa prova.

II - Sentença Fundada em Provas Falsas:

O que significa: A condenação se baseou em provas que, posteriormente, foram comprovadas judicialmente como falsas.

Tipos de Provas Falsas:

- **Depoimentos comprovadamente falsos:** Uma testemunha mentiu (falso testemunho) e isso foi crucial para a condenação.
- **Exames comprovadamente falsos:** Um laudo pericial (exame) que se revelou forjado ou cientificamente incorreto.
- **Documentos comprovadamente falsos:** Um documento usado na condenação foi, depois, declarado falso (falsidade documental).
- **Exemplo Prático:** O réu foi condenado com base no depoimento de uma testemunha que, posteriormente, foi processada e condenada pelo crime de falso testemunho no mesmo caso.

III - Novas Provas de Inocência ou de Diminuição de Pena:

- Após a condenação definitiva, são descobertas **novas provas** (que não estavam no processo original) que:
 1. **Comprovem a inocência do condenado:** A prova mostra que ele não cometeu o crime.
 2. **Determine ou autorize diminuição especial da pena:** A prova demonstra uma circunstância que, se conhecida antes, reduziria a pena do réu (ex: prova de que ele agiu sob forte emoção logo após injusta provocação).
- **Exemplo Prático:** Anos depois da condenação por homicídio, um novo exame de DNA em vestígios encontrados na vítima aponta para outra pessoa (nova prova de inocência). Ou, um documento novo prova que o réu agiu em legítima defesa, o que reduziria drasticamente sua pena.

GABARITO B

26 - (Simulado Geral. 2025. FGV) Após praticar determinada infração penal de menor potencial ofensivo, João procurou o auxílio de um advogado, o qual lhe prestou os devidos esclarecimentos sobre o instituto da suspensão condicional do processo. De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei no 9.099/1995, analise as afirmativas a seguir:

- I. Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do representante do Ministério Público, haverá a suspensão do processo, sendo certo que, durante o período de prova, o acusado deverá comparecer pessoal e semanalmente em juízo, para informar e justificar suas atividades.
- II. A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou contravenção penal ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.
- III. Não correrá a prescrição durante o prazo de suspensão do processo.

Considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

Comentário

I. Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do representante do Ministério Público, haverá a suspensão do processo, sendo certo que, durante o período de prova, o acusado deverá comparecer pessoal e semanalmente em juízo, para informar e justificar suas atividades.

INCORRETO. Esta afirmativa é falsa por dois erros:

- Presença Obrigatória: A proposta é aceita na presença do Juiz, e não apenas do representante do Ministério Público (Art. 89, § 1º).
- Periodicidade: O comparecimento obrigatório é mensalmente, e não "semanalmente" (Art. 89, § 1º, IV).

Art. 89, § 1º, caput, da Lei nº 9.099/1995: Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz...

Art. 89, § 1º, IV, da Lei nº 9.099/1995: ...comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.

II. A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou contravenção penal ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.

INCORRETO. Esta afirmativa é falsa por incluir a contravenção penal nas causas de revogação obrigatória. A revogação é obrigatória apenas se o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou se não reparar o dano (Art. 89, § 3º). O processamento por contravenção penal é uma causa de revogação facultativa (Art. 89, § 4º).

Destaque para a distinção obrigatória vs. facultativa):

Art. 89, § 3º, da Lei nº 9.099/1995 (Obrigatória): A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.

Art. 89, § 4º, da Lei nº 9.099/1995 (Facultativa): A suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.

III. Não correrá a prescrição durante o prazo de suspensão do processo.

CORRETO. Esta afirmativa é verdadeira:

Art. 89, § 6º, da Lei nº 9.099/1995: Não correrá a prescrição durante o prazo de suspensão do processo.

GABARITO C

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 27 - (Simulado Geral. 2024. FCC) A Constituição Federal assegura, nos termos da lei,
- A) legitimidade para a impetração de mandado de segurança coletivo à organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e desde que em funcionamento há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses da coletividade.
 - B) aos autores de inventos industriais, privilégio vitalício para sua utilização.
 - C) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, exceto nas atividades desportivas.
 - D) o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
 - E) mediante o pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal ou coletivo.

Comentário

A) legitimidade para a impetração de mandado de segurança coletivo à organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e desde que em funcionamento há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses da coletividade.

INCORRETA. O requisito temporal para as associações é de, pelo menos, um ano de funcionamento (Art. 5º, LXX, "b"), e não dois anos. Além disso, o mandado é impetrado em defesa dos interesses de seus membros ou associados, e não da coletividade em geral.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- a) partido político com representação no Congresso Nacional;**
- b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;**

b) aos autores de inventos industriais, privilégio vitalício para sua utilização.

INCORRETA. A proteção aos inventos industriais confere um privilégio temporário para sua utilização, e não vitalício.

Art. 5º, XXIX, da CF/88: a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização...

c) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, exceto nas atividades desportivas.

INCORRETA. O Art. 5º, XXVIII, "a", da CF/88, estabelece que a proteção à reprodução da imagem e voz humanas se aplica inclusive nas atividades desportivas, e não exceto.

Art. 5º, XXVIII, "a", da CF/88: a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

d) o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

CORRETA. O direito à proteção de dados pessoais foi incluído no rol dos direitos e garantias fundamentais pela Emenda Constitucional nº 115/2022.

Art. 5º, LXXIX, da CF/88 (Incluído pela EC nº 115/2022): é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

e) mediante o pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal ou coletivo.

INCORRETA. O direito de obter certidões para defesa de direitos e esclarecimento de interesse pessoal é assegurado independentemente do pagamento de taxas.

Art. 5º, XXXIV, da CF/88: são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: (...) b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

GABARITO D

28 - (Simulado Geral. 2025. FCC) Juan é filho de chilenos e nasceu no Brasil enquanto seus pais aqui passavam as férias. Carlos Eduardo é filho de brasileiros e nasceu no exterior enquanto sua mãe lá estava a serviço do Brasil. Katrina se naturalizou brasileira após 16 anos ininterruptos de residência no Brasil. Os três possuem o sonho de seguir a carreira diplomática no Brasil. Com base somente nas informações fornecidas, a carreira diplomática poderá ser seguida por

- A) Carlos Eduardo e Katrina, apenas.
- B) Juan, Carlos Eduardo e Katrina.
- C) Juan e Carlos Eduardo, apenas.
- D) Juan, apenas.
- E) Carlos Eduardo, apenas.

Comentário

1º) Caso de Juan: é filho de chilenos e nasceu no Brasil enquanto seus pais aqui passavam as férias.

- Como seus pais não estavam a serviço de seu país (eles estavam aqui no Brasil de férias), Juan é brasileiro nato:

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

(...)

2º) Caso de Carlos Eduardo: é filho de brasileiros e nasceu no exterior enquanto sua mãe lá estava a serviço do Brasil.

- em que pese ter nascido no exterior, seus pais são brasileiros e sua mãe estava no exterior a serviço do Brasil.
- Ele é considerado brasileiro nato:

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

(...)

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, **desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;**

3º) O caso de Katrina: como a própria questão já afirmou que ela é brasileira naturalizada, não poderá exercer o cargo de carreiras diplomáticas, já que é condição para exercer tal cargo ser brasileiro nato:

Art. 12 (...)

§ 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

I - De Presidente e Vice-Presidente da República;

II - De Presidente da Câmara dos Deputados;

III - de Presidente do Senado Federal;

IV - de ministro do Supremo Tribunal Federal;

V - DA CARREIRA DIPLOMÁTICA;

VI - De oficial das Forças Armadas.

VII - de Ministro de Estado da Defesa.

Portanto, apenas Juan e Carlos Eduardo, que são brasileiros natos, poderão vir a exercer a carreira diplomática.

GABARITO C

29 - (Simulado Geral. 2025. Cebraspe/Cespe) A Constituição Federal de 1988 (CF) prevê expressamente como direito social

- A) o lazer.
- B) a segurança alimentar.
- C) a proteção de dados.
- D) a privacidade.
- E) a saúde mental.

Comentário

Os direitos sociais estão previstos expressamente no art. 6º:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.

Para facilitar a memorização desses direitos sociais:

“EDU MORA LÁ, SAÚ TRABALHA ALI E ASSIS PROSEG PRESO NO TRANSPORTE”



GABARITO A

30 - (Simulado Geral. 2023. FGV) Caio, servidor estável, começou a passar por um difícil período, pois está sofrendo limitação em sua capacidade mental, que o deixou inapto para o exercício das funções do seu cargo. Após diversos exames médicos, não foi constatada invalidez permanente.

Com base na Constituição da República de 1988, é correto afirmar que:

- A) Caio poderá ser reintegrado à Administração Pública, aproveitado em setor diverso de suas funções iniciais;
- B) o aproveitamento de Caio será viável, podendo requerer novos exames após um ano, visando a aferir eventual possibilidade de retorno ao cargo inicial;
- C) a reversão, como forma de provimento derivado, será a hipótese que se amolda aos fatos narrados no enunciado, devendo Caio retornar às atividades junto à Administração;
- D) Caio poderá ser readaptado para qualquer outro cargo que escolher na Administração Pública, ainda que de escolaridade diversa de seu cargo de origem, uma vez que não foi constatada invalidez;
- E) Caio poderá ser readaptado para o exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que sofreu, enquanto permanecer nessa condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino.

Comentário

- A) Caio poderá ser reintegrado à Administração Pública, aproveitado em setor diverso de suas funções iniciais.**

INCORRETA.

- A **reintegração** é uma forma de **provimento derivado**, aplicável **exclusivamente** quando a demissão do servidor estável é **invalidada** por decisão judicial ou administrativa (**art. 41, § 2º, CF/88**).
- Como Caio **não foi demitido**, não há que se falar em **reintegração**.

Art. 41, § 2º, CF/88: Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado (...).

B) O aproveitamento de Caio será viável, podendo requerer novos exames após um ano, visando a aferir eventual possibilidade de retorno ao cargo inicial.

INCORRETA.

- O **aproveitamento** ocorre quando o servidor **estável, colocado em disponibilidade**, retorna ao serviço público ao ser nomeado para um **cargo compatível com o anteriormente ocupado** (**art. 41, § 3º, CF/88**).
- No entanto, **Caio não foi colocado em disponibilidade**, mas sim considerado **inapto para suas funções sem constatação de invalidez**, o que caracteriza um caso de **readaptação**, e não de aproveitamento.

Art. 41, § 3º, CF/88: Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

C) A reversão, como forma de provimento derivado, será a hipótese que se amolda aos fatos narrados no enunciado, devendo Caio retornar às atividades junto à Administração.

INCORRETA.

- A **reversão** é o **retorno do servidor aposentado ao serviço ativo**, o que pode ocorrer:
 1. **De ofício**, se a aposentadoria for declarada inválida por **não ter ocorrido a invalidez permanente**.
 2. **A pedido**, se o aposentado for considerado **apto em avaliação médica** e houver cargo vago.
- No caso de Caio, **ele não foi aposentado**, tornando essa alternativa incorreta.

D) Caio poderá ser readaptado para qualquer outro cargo que escolher na Administração Pública, ainda que de escolaridade diversa de seu cargo de origem, uma vez que não foi constatada invalidez.

INCORRETA.

- A **readaptação** permite que o servidor seja alocado em **outro cargo compatível com suas novas condições**, porém essa movimentação **não ocorre por escolha do servidor**.
- O cargo de destino deve atender a três requisitos essenciais:
 1. **Ser compatível com as limitações do servidor;**
 2. **Ter o mesmo nível de escolaridade do cargo de destino;**
 3. **Mantida a remuneração do cargo de origem;**

Art. 37, § 13. O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.
(Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

E) Caio poderá ser readaptado para o exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que sofreu, enquanto permanecer nessa condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino.

CORRETA. Nos termos do art. 37, § 13:

Art. 37, § 13. O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.
(Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

GABARITO E

31 - (Simulado Geral. 2024. FGV) Nair, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo, logrou ser eleita vereadora no município em que é domiciliada.

Preocupada com a possibilidade de conciliar o cargo público com a vereança, analisou os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, tendo concluído corretamente que:

- A) deve ser afastada do cargo de provimento efetivo durante o mandato;
- B) deve optar por um ou outro, pois a acumulação de cargos públicos é vedada;
- C) deve receber a contraprestação estipendial correspondente a ambos, caso acumule os cargos;
- D) pode acumular ambos os cargos caso tenha obtido a estabilidade no cargo de provimento efetivo;
- E) tem o direito subjetivo de acumular os cargos, independentemente do cumprimento de qualquer requisito específico.

Comentário

De acordo com o inciso III do art. 38 da Constituição Federal de 1988, o servidor público da administração direta, autárquica ou fundacional que seja investido no mandato de Vereador terá os seguintes direitos:

- Havendo compatibilidade de horários: o servidor poderá acumular as vantagens de seu cargo, emprego ou função pública, sem prejuízo da remuneração referente ao cargo eletivo.
- Não havendo compatibilidade de horários: o servidor terá a faculdade de optar pela remuneração de um dos cargos, conforme determina o inciso II do mesmo artigo.

Assim, o servidor investido no mandato de Vereador pode receber remuneração por ambos os cargos, desde que seja viável conciliar os horários. Caso contrário, deverá escolher pela remuneração que mais lhe convier.

Art. 38, CF/88: Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

(...)

III – investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior.

GABARITO C

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

32 - (Simulado Geral. 2024. FGV) Marcos é Juiz de Direito atuante na 3^a Vara Cível da Comarca de Aparecida – SP. Recentemente, Marcos recebeu dois processos para apreciação inicial em seu gabinete: no primeiro, figurava como ré instituição de ensino da qual é professor empregado; no segundo, o advogado do autor possui inimizade com Marcos.

Em tal caso, é correto afirmar que

- A) Marcos é impedido de atuar em ambos os casos.
- B) Marcos é suspeito para atuar no primeiro processo e impedido de atuar no segundo.
- C) Marcos é suspeito para atuar nos dois processos.
- D) Marcos é impedido de atuar no primeiro processo e suspeito para atuar no segundo.
- E) Em ambos os processos, Marcos poderá se declarar suspeito por motivo de foro íntimo, devendo declarar as razões para tanto.

Comentário

Contexto da questão:

Primeiro processo: Marcos é empregado de uma instituição de ensino que figura como parte no processo.

→ Aplica-se o impedimento (art. 144, VII, CPC).

Segundo processo: o advogado do autor é inimigo declarado de Marcos.

→ Aplica-se a suspeição (art. 145, I, CPC).

Fundamentação legal

Art. 144, VII, CPC/2015: Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo:

(...)

VII - em que figure como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços.

Art. 145, I, CPC/2015: Há suspeição do juiz:

I - amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.

Art. 145, § 1º, CPC/2015: Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.

Análise das alternativas:

a) Marcos é impedido de atuar em ambos os casos.

INCORRETA. Marcos é impedido apenas no primeiro caso, pois tem vínculo empregatício com a instituição de ensino.

No segundo caso, ele é suspeito, pois há inimizade com o advogado da parte.

b) Marcos é suspeito para atuar no primeiro processo e impedido de atuar no segundo.

INCORRETA. Inverte os institutos. No primeiro processo, há impedimento (relação com a instituição de ensino). No segundo processo, há suspeição (inimizade com o advogado).

c) Marcos é suspeito para atuar nos dois processos.

INCORRETA. Marcos é suspeito apenas no segundo caso. No primeiro, há impedimento, que é mais grave e objetivo.

d) Marcos é impedido no primeiro processo e suspeito no segundo.

CORRETA. Essa é a alternativa correta com base na legislação.

e) Em ambos os processos, Marcos poderá se declarar suspeito por motivo de foro íntimo, devendo declarar as razões para tanto.

INCORRETA. O juiz pode sim se declarar suspeito por motivo de foro íntimo, mas apenas nos casos de suspeição, não de impedimento. Além disso, não precisa declarar as razões, conforme art. 145, § 1º do CPC.

GABARITO D

33 - (Simulado Geral. 2024. FGV) No que concerne à citação, é correto afirmar que:

- A) a sua nulidade não pode ser suprida pelo comparecimento espontâneo do réu;
- B) tem por escopo convocar o réu para integrar a relação processual, mas não o executado;

C) a sua efetivação de maneira válida, caso ordenada por juízo relativamente incompetente, não torna litigiosa a coisa;

D) pode ser efetivada pelo correio, ainda que o citando seja pessoa jurídica de direito público;

E) pode ser efetivada por edital caso o país recuse o cumprimento de carta rogatória.

Comentário

a) A sua nulidade não pode ser suprida pelo comparecimento espontâneo do réu.

INCORRETA. A nulidade ou ausência da citação pode sim ser suprida pelo comparecimento espontâneo do réu, momento a partir do qual flui o prazo para apresentar defesa.

Art. 239, § 1º, CPC/2015: O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução.

b) Tem por escopo convocar o réu para integrar a relação processual, mas não o executado.

INCORRETA. A citação serve para convocar réu, executado ou interessado, conforme o tipo de processo (conhecimento, execução ou especial).

Art. 238, CPC/2015: Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual.

c) A sua efetivação de maneira válida, caso ordenada por juízo relativamente incompetente, não torna litigiosa a coisa.

INCORRETA. Mesmo que o juízo seja relativamente incompetente, uma citação válida torna litigiosa a coisa, além de constituir em mora e induzir litispendência.

Art. 240, caput, CPC/2015: A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor (...).

Litispendência	quer dizer que há uma lide pendente, ou seja, uma ação em curso.
Litigiosa a coisa	algo que está em disputa judicial ou que é objeto de contestação.

Constitui em mora o devedor: ato de declarar que um devedor está em atraso com o cumprimento de uma obrigação. A mora ocorre quando o devedor não cumpre a sua obrigação no prazo, lugar e forma estabelecidos, seja ela de pagar uma dívida, entregar um bem, ou realizar uma prestação.

d) Pode ser efetivada pelo correio, ainda que o citando seja pessoa jurídica de direito público.

INCORRETA. A citação de pessoas jurídicas de direito público (União, Estados, Municípios, autarquias e fundações públicas) não pode ser feita por correio:

Art. 247, III, CPC/2015: A citação será feita por meio eletrônico ou pelo correio para qualquer comarca do País, exceto:

(...)

III – quando o citando for pessoa de direito público.

Art. 242, § 3º, CPC/2015: A citação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial.

e) Pode ser efetivada por edital caso o país recuse o cumprimento de carta rogatória.

CORRETA. Se o país estrangeiro recusar o cumprimento da carta rogatória, o réu é considerado inacessível, e a citação poderá ser feita por edital.

Art. 256, § 1º, CPC/2015: Considera-se inacessível, para efeito de citação por edital, o país que recusar o cumprimento de carta rogatória.

GABARITO E

34 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Acerca das tutelas provisórias, é correto afirmar:

A) a tutela provisória conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo, salvo decisão judicial em contrário.

B) caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até 5 (cinco) dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto com resolução de mérito.

- C) quando requerida em caráter incidental, depende do prévio pagamento de custas.
- D) no julgamento da tutela provisória, por ser uma decisão de cognição sumária, não é necessário que o juiz motive seu convencimento de modo claro e preciso.
- E) considerando o caráter temporário da decisão da concessão da tutela de urgência, não se exigirá caução.

Comentário

A) a tutela provisória conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo, salvo decisão judicial em contrário.

CORRETA. A alternativa reflete com exatidão o disposto no parágrafo único do art. 296. Mesmo com a suspensão do processo, a tutela provisória permanece eficaz, salvo se o juiz decidir o contrário:

Art. 296, parágrafo único: Salvo decisão judicial em contrário, a tutela provisória conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.

B) caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até 5 (cinco) dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto com resolução de mérito.

INCORRETA. O erro está em afirmar que haverá **resolução de mérito**. Na verdade, o art. 303 §6º determina a **extinção sem resolução de mérito** se não houver emenda.

Art. 303, §6º: sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.

C) quando requerida em caráter incidental, depende do prévio pagamento de custas.

INCORRETA. O art. 295 dispõe exatamente o contrário: **tutela provisória incidental independe de custas**.

Art. 295: A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas.

D) no julgamento da tutela provisória, por ser uma decisão de cognição sumária, não é necessário que o juiz motive seu convencimento de modo claro e preciso.

INCORRETA. O art. 298 exige **expressamente** motivação clara e precisa para toda decisão sobre tutela provisória.

Art. 298: Na decisão que conceder, negar, modificar ou revogar a tutela provisória, o juiz motivará seu convencimento de modo claro e preciso.

E) considerando o caráter temporário da decisão da concessão da tutela de urgência, não se exigirá caução.

INCORRETA. O art. 300 §1º prevê que o juiz **pode exigir caução**, salvo para hipossuficientes.

Art. 300, §1º: "o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea (...), podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la."

GABARITO A

35 - (Simulado Geral. 2024. FGV) A competência é rotineiramente definida como a medida da jurisdição. No âmbito dos Juizados Especiais, as regras de definição de competência assumem relevo, ante sua especialidade procedural.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- A) Não se inclui na competência do Juizado Especial Cível a execução de seus julgados.
- B) As causas cujo valor não excede a quarenta vezes o salário-mínimo são de competência do Juizado Especial Cível.
- C) As causas que versem sobre bens imóveis dos Estados são de competência do Juizado Especial Cível.
- D) Compete ao Juizado Especial Federal Cível julgar as ações de mandado de segurança e de desapropriação.
- E) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é relativa.

Comentário

a) Não se inclui na competência do Juizado Especial Cível a execução de seus julgados.

INCORRETA. A competência do JEC é completa, abrangendo a fase de conhecimento, conciliação, e a execução de seus próprios julgados.

Art. 3º, § 1º, I, da Lei nº 9.099/1995: Compete ao Juizado Especial promover a execução: I - dos seus julgados;

b) As causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo são de competência do Juizado Especial Cível.

CORRETO. Esta afirmação está correta e reflete a regra básica de competência do JEC em razão do valor. O JEC é competente para causas cíveis de menor complexidade, limitadas a 40 salários-mínimos.

Art. 3º, I, da Lei nº 9.099/1995: O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas: I - as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

c) As causas que versem sobre bens imóveis dos Estados são de competência do Juizado Especial Cível.

INCORRETA. As causas de interesse da Fazenda Pública (como os Estados) estão excluídas da competência do Juizado Especial Cível, a menos que a própria legislação estadual sobre o JEF disponha em sentido contrário (o que não é o escopo do JEC, regido pela Lei nº 9.099/95).

Art. 3º, § 2º, da Lei nº 9.099/1995: Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública...

d) Compete ao Juizado Especial Federal Cível julgar as ações de mandado de segurança e de desapropriação.

INCORRETA. A Lei dos Juizados Especiais Federais exclui expressamente da sua competência as ações de mandado de segurança e de desapropriação, entre outras.

Art. 3º, § 1º, I, da Lei nº 10.259/2001: Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas: (...) as ações de mandado de segurança, de desapropriação...

e) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é relativa.

INCORRETA. A Lei dos Juizados Especiais da Fazenda Pública (JEF) estabelece que, no foro onde o JEF estiver instalado, a sua competência, dentro dos limites de valor (até 60 salários-mínimos), é absoluta.

Art. 2º, § 4º, da Lei nº 12.153/2009: No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.

GABARITO B

36 - (Simulado Geral. 2022. Cebraspe/Cespe) A regra geral no processo civil é que recurso não tenha efeito suspensivo; contudo, por determinação legal, possui tal efeito:

- A) agravo de instrumento.
- B) embargos de declaração
- C) apelação.
- D) agravo interno
- E) recurso ordinário.

Comentário

O **efeito suspensivo** é a capacidade que um recurso tem de paralisar a eficácia da decisão recorrida, impedindo sua execução imediata. O Código de Processo Civil (CPC) de 2015 estabelece uma regra geral clara e, em seguida, define as exceções, sendo a apelação a principal delas.

1. Regra Geral (Incapacidade de Suspensão)

A regra básica é o princípio da **Imediatidade da Decisão**. Os recursos, por si só, não suspendem a eficácia da decisão recorrida.

Art. 995, caput, do CPC: Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

2. A Exceção Legal (Efeito Suspensivo Automático)

O recurso de **Apelação** é a grande exceção do sistema, pois a lei lhe confere o efeito suspensivo *ope legis* (por força da lei).

Art. 1.012, caput, do CPC: "A apelação terá efeito suspensivo."

CUIDADO! A Regra geral é que a apelação tenha efeito suspensivo, mas há alguns casos em que tal recurso não terá esse efeito:

Art. 1.012. A apelação terá efeito suspensivo.

§ 1º Além de outras hipóteses previstas em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que:

I - homologa divisão ou demarcação de terras;

II - condena a pagar alimentos;

III - extingue sem resolução do mérito ou julga improcedentes os embargos do executado;

IV - julga procedente o pedido de instituição de arbitragem;

V - confirma, concede ou revoga tutela provisória;

VI - decreta a interdição.

GABARITO C

DIREITO ADMINISTRATIVO

37 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Considere que Débora, servidora pública, ocupa o cargo de assistente social no Poder Executivo do Estado de São Paulo há dez anos, juntamente com suas amigas Isabela e Inês. Na última segunda-feira, enquanto estava exercendo suas funções, notou que Isabela estava empregando material do serviço público em serviço particular, e Inês estava se entretenendo, durante as horas de trabalho, com leituras e outras atividades estranhas ao serviço.

Com base na situação hipotética e no disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

A) Débora deverá apresentar denúncias sobre as irregularidades diretamente à unidade de ouvidoria do órgão ou entidade a que esteja vinculada, ou a outro órgão da Administração com competência para apuração das irregularidades.

B) a conduta de Isabela não será considerada proibida se o material utilizado por ela custar menos do que um salário mínimo.

C) em prol da saúde mental, admite-se que cada funcionário, durante uma hora do trabalho, entretenha-se com leituras, palestras ou estudos.

D) Débora teria o dever de representar aos superiores todas as irregularidades de que tivesse conhecimento no exercício de suas funções apenas se fosse ocupante de cargo de chefia.

E) as condutas de Isabela e de Inês não são proibidas, exceto se Débora comprovar que Isabela utilizou material que custa mais de R\$ 100,00 (cem reais) e que Inês não está cumprindo os prazos que lhe são encarregados.

Comentário

1º) Conduta de Isabela: Empregar material do serviço público em serviço particular.

- **Tipificação Legal: Artigo 242, VIII - Ao funcionário é proibido empregar material do serviço público em serviço particular.**

2º) Conduta de Inês: Entreter-se, durante as horas de trabalho, com leituras e outras atividades estranhas ao serviço.

1. **Tipificação Legal: Artigo 242, III - Ao funcionário é proibido entreter-se, durante as horas de trabalho, em palestras, leituras ou outras atividades estranhas ao serviço.**

3º) Dever de Débora (Denúncia de Irregularidades):

- Dever Legal: Débora, ao tomar conhecimento das irregularidades no exercício de suas funções, tem o dever de representá-las aos superiores.
- **Base Legal (Dever): Artigo 241, V - São deveres do funcionário: (...) representar aos superiores sobre todas as irregularidades de que tiver conhecimento no exercício de suas funções.**
- Forma de Cumprimento: A lei equipara a denúncia direta à ouvidoria ou a outro órgão de apuração como cumprimento desse dever.

Art. 241, Parágrafo único - Será considerado cumprido o dever a que se refere o inciso V deste artigo quando o funcionário apresentar denúncia sobre referida irregularidade diretamente à unidade de ouvidoria do órgão ou entidade a que esteja vinculado, ou a outro órgão da Administração com competência para apuração da irregularidade. (NR)

- Parágrafo único acrescentado pela Lei Complementar nº 1.419, de 27/12/2024.

Veja que esse parágrafo único foi acrescentado em 27/12/2024, tratando-se, pois, de inovação legislativa e, por isso, tem alta probabilidade de aparecer na nossa prova. De olho nele!

GABARITO A

38 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Suponha que Luciana é servidora pública vinculada ao Poder Executivo do Estado de São Paulo e é notoriamente reconhecida, no meio acadêmico e especializado, por dominar temas de Direito Internacional. Em função de sua qualificação técnica, ela recebeu uma proposta de representação de Estado estrangeiro, que foi aceita, sem prévia autorização do Presidente da República.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta.

- A) A autoridade que, por qualquer meio, tiver conhecimento de irregularidade praticada por Luciana adotará providências visando à sua apuração em até 60 (sessenta) dias.
- B) Luciana apenas teria violado dever legal se tivesse aceitado a proposta sem prévia anuência do Governador do Estado de São Paulo, sendo a autorização do Presidente da República dispensável.
- C) Em face da liberdade individual garantida pelo ordenamento jurídico brasileiro, Luciana não incidiu em qualquer proibição constante na legislação.
- D) A autoridade realizará apuração preliminar, de natureza simplesmente investigativa, quando a infração não estiver suficientemente caracterizada ou definida autoria, a qual deverá ser concluída no prazo de 90 (noventa) dias.
- E) A autoridade competente para determinar a apuração de irregularidade e a instauração de sindicância ou processo administrativo e a responsável por sua condução poderão, em qualquer fase, encaminhar o caso para as práticas autocompositivas, mediante despacho fundamentado.

Comentário

a) A autoridade que, por qualquer meio, tiver conhecimento de irregularidade praticada por Luciana adotará providências visando à sua apuração em até 60 (sessenta) dias.

INCORRETA. O prazo para a conclusão da apuração preliminar (quando a infração não está caracterizada ou a autoria definida) é de 30 (trinta) dias, e não 60 dias.

Art. 265, § 1º, da Lei Estadual nº 10.261/1968 (NR): A apuração preliminar deverá ser concluída no prazo de 30 (trinta) dias.

b) Luciana apenas teria violado dever legal se tivesse aceitado a proposta sem prévia anuência do Governador do Estado de São Paulo, sendo a autorização do Presidente da República dispensável.

INCORRETA. A violação legal ocorre porque o Estatuto proíbe o funcionário de aceitar representação de Estado estrangeiro sem a autorização do Presidente da República. A anuência do Governador é irrelevante para a proibição em questão.

Artigo 243, V, da Lei Estadual nº 10.261/1968: É proibido ainda, ao funcionário:

(...)

V - aceitar representação de Estado estrangeiro, sem autorização do Presidente da República;

c) *Em face da liberdade individual garantida pelo ordenamento jurídico brasileiro, Luciana não incidiu em qualquer proibição constante na legislação.*

INCORRETA. A liberdade individual não é absoluta e encontra limites nos deveres e proibições do servidor público. Luciana incidiu em uma proibição expressa ao aceitar representação de Estado estrangeiro sem a devida autorização.

Artigo 243, V, da Lei Estadual nº 10.261/1968.

d) *A autoridade realizará apuração preliminar, de natureza simplesmente investigativa, quando a infração não estiver suficientemente caracterizada ou definida autoria, a qual deverá ser concluída no prazo de 90 (noventa) dias.*

INCORRETA. O prazo para a conclusão da apuração preliminar é de 30 (trinta) dias, e não 90 dias.

Art. 265, § 1º, da Lei Estadual nº 10.261/1968 (NR): A apuração preliminar deverá ser concluída no prazo de 30 (trinta) dias.

e) *A autoridade competente para determinar a apuração de irregularidade e a instauração de sindicância ou processo administrativo e a responsável por sua condução poderão, em qualquer fase, encaminhar o caso para as práticas autocompositivas, mediante despacho fundamentado.*

CORRETA. Esta afirmação está correta e reflete uma das recentes inclusões no Estatuto, que permite o uso de meios alternativos de solução de conflitos (práticas autocompositivas, como o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC) na esfera disciplinar. Essa remessa pode ocorrer em qualquer fase e deve ser fundamentada.

Artigo 267-C, da Lei Estadual nº 10.261/1968 (NR): A autoridade competente... e a responsável por sua condução poderão, em qualquer fase, encaminhar o caso para as práticas autocompositivas, mediante despacho fundamentado.

GABARITO E

39 - (Simulado Geral. 2005. FCC) Quanto à acumulação remunerada dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, é correto afirmar que:

- A) verificado, mediante sindicância, que o funcionário está de má-fé acumulando, será ele advertido para que se exonere de todos os cargos e funções, em até 30 (trinta) dias, sob pena de ser obrigado a restituir o que houver recebido.
- B) a proibição de acumular proventos se aplica aos aposentados, quanto ao exercício de mandato eletivo, cargo em comissão ou ao contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados.
- C) o funcionário ocupante de cargo efetivo, ou em disponibilidade, não poderá ser nomeado para cargo em comissão.
- D) é vedada a acumulação remunerada, exceto dentre outras, a de um cargo de juiz e um de professor; a de dois cargos de professor; a de um de professor e outro técnico ou científico.
- E) a proibição de acumular não se estende a cargos, funções ou empregos em autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Comentário

a) verificado, mediante sindicância, que o funcionário está de má-fé acumulando, será ele advertido para que se exonere de todos os cargos e funções, em até 30 (trinta) dias, sob pena de ser obrigado a restituir o que houver recebido.

INCORRETA. A acumulação ilegal de má-fé não resulta em advertência ou prazo para exoneração; é punida com a demissão de todos os cargos e a obrigação de restituir os valores indevidamente recebidos. O procedimento não é a sindicância, mas o processo administrativo.

Art. 174 da Lei nº 10.261/1968: Verificado, mediante processo administrativo, que o funcionário está acumulando, fora das condições previstas neste Capítulo, será ele demitido de todos os cargos e funções e obrigado a restituir o que indevidamente houver recebido.

b) a proibição de acumular proventos se aplica aos aposentados, quanto ao exercício de mandato eletivo, cargo em comissão ou ao contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados.

INCORRETA. A regra é o oposto: a proibição de acumular proventos NÃO se aplica aos aposentados que voltam a exercer mandato eletivo, cargo em comissão ou que celebram contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados.

Art. 171, § 3º, da Lei nº 10.261/1968: A proibição de acumular proventos não se aplica aos aposentados, quanto ao exercício de mandato eletivo, cargo em comissão ou ao contrato para prestação de serviços técnicos ou especializados.

c) o funcionário ocupante de cargo efetivo, ou em disponibilidade, não poderá ser nomeado para cargo em comissão.

INCORRETA. O funcionário ocupante de cargo efetivo (ou em disponibilidade) PODE, sim, ser nomeado para cargo em comissão. Nesses casos, ele perde a remuneração do cargo efetivo ou o provento, a menos que opte por receber por ele.

Art. 172 da Lei nº 10.261/1968: O funcionário ocupante de cargo efetivo, ou em disponibilidade, poderá ser nomeado para cargo em comissão, perdendo, durante o exercício desse cargo, o vencimento ou remuneração do cargo efetivo ou o provento, salvo se optar pelo mesmo.

d) é vedada a acumulação remunerada, exceto dentre outras, a de um cargo de juiz e um de professor; a de dois cargos de professor; a de um de professor e outro técnico ou científico.

CORRETA. Ela elenca três das quatro exceções à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos previstas no Art. 171 do Estatuto.

Art. 171, I, II, e III, da Lei nº 10.261/1968: É vedada a acumulação remunerada, exceto:

I - a de um juiz e um cargo de professor;

II - a de dois cargos de professor;

III - a de um cargo de professor e outro técnico ou científico..." (e IV - a de dois cargos privativos de médico).

e) a proibição de acumular não se estende a cargos, funções ou empregos em autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

INCORRETA. O Estatuto é claro ao estabelecer que a vedação de acumular cargos se estende às entidades da Administração Indireta (autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista).

Art. 171, § 2º, da Lei nº 10.261/1968: A proibição de acumular se estende a cargos, funções ou empregos em autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

GABARITO D

40 - (Simulado Geral. 2025. Inéditas) Sobre a definição de agente público para os efeitos da Lei nº 8.429/1992, e a aplicação das disposições desta lei a particulares, assinale a alternativa correta:

- A) Agente público, para os efeitos desta Lei, é somente o servidor público de carreira, excluindo-se o agente político e aqueles que exercem função transitoriamente.
- B) Um particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública um contrato de repasse não está sujeito às sanções da Lei de Improbidade Administrativa, pois a lei se aplica somente a agentes públicos.
- C) As disposições da Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra culposamente para a prática do ato de improbidade.
- D) Os sócios e cotistas de pessoa jurídica de direito privado respondem sempre pelo ato de improbidade imputado à pessoa jurídica, mesmo sem participação direta ou benefícios comprovados.
- E) As sanções da Lei de Improbidade Administrativa não se aplicarão à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Comentário

A) Agente público, para os efeitos desta Lei, é somente o servidor público de carreira, excluindo-se o agente político e aqueles que exercem função transitoriamente.

INCORRETA. A alternativa restringe indevidamente a definição de agente público.

Art. 2º, LIA: Para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei.

B) Um particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública um contrato de repasse não está sujeito às sanções da Lei de Improbidade Administrativa, pois a lei se aplica somente a agentes públicos.

INCORRETA. A alternativa contradiz a extensão da aplicabilidade da LIA a particulares.

Art. 2º, Parágrafo único, LIA: No que se refere a recursos de origem pública, sujeita-se às sanções previstas nesta Lei o particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente.

C) As disposições da Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra culposamente para a prática do ato de improbidade.

INCORRETA. A alternativa erra ao prever a culpa como elemento para a responsabilização do particular que induz ou concorre para o ato de improbidade.

Art. 3º, LIA: As disposições desta Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.

D) Os sócios e cotistas de pessoa jurídica de direito privado respondem sempre pelo ato de improbidade imputado à pessoa jurídica, mesmo sem participação direta ou benefícios comprovados.

INCORRETA. A alternativa estabelece uma responsabilidade ilimitada e sem comprovação, o que não corresponde ao texto legal. Eles só responderão se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.

Art. 3º, § 1º, LIA: Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.

E) As sanções da Lei de Improbidade Administrativa não se aplicarão à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

CORRETA. A alternativa está em conformidade com a previsão de vedação de bis in idem para a pessoa jurídica.

Art. 3º, § 2º, LIA: As sanções desta Lei não se aplicarão à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

GABARITO E

41 - (Simulado Geral. 2024. FGV) Diante do incremento de seu patrimônio e do receio de levantar suspeitas sobre a origem lícita dos valores acrescidos, que foram declarados em seu imposto de renda, Josefina se recusou, de forma expressa, a apresentar a respectiva declaração de bens atinente dentro do prazo determinado pela Administração.

Considerando a específica previsão acerca do tema, constante da Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, a recusa de Josefina será apenada com a sanção de:

- A) advertência;
- B) demissão;
- C) repreensão;
- D) suspensão de 15 (quinze) dias, com prejuízo da remuneração;
- E) suspensão por até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Comentário

Será apenado com a pena de demissão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar a declaração dos bens a que se refere o caput deste artigo dentro do prazo determinado ou que prestar declaração falsa:

Art. 13. [...]

§ 3º Será apenado com a pena de demissão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar a declaração dos bens a que se refere o caput deste artigo dentro do prazo determinado ou que prestar declaração falsa. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

GABARITO B

LEGISLAÇÃO INTERNA

42 - (Simulado Geral. 2025. Inéditas) Sobre os procedimentos de audiência, gravação e oitivas por estações passivas, assinale a alternativa correta nos termos das Normas Judiciais da Corregedoria Geral da Justiça:

A) O servidor encarregado dos registros e audiências examinará os processos com 10 (dez) dias de antecedência e fará imediata comunicação ao juiz caso encontre alguma irregularidade.

B) É vedada a expedição de carta precatória para oitivas de forma presencial ou remota em outras comarcas do Estado de São Paulo, sendo que a intimação da pessoa a ser ouvida deve ser deprecada pelo órgão solicitante.

C) Os juízos de primeiro grau podem empregar gravação audiovisual de depoimentos, mas a adoção desse meio não precisa ser anotada no termo de audiência.

D) Em caso de solicitação da parte, ela receberá cópia do termo de audiência, mas não do registro audiovisual, para garantir a privacidade das informações.

E) As audiências serão gravadas no sistema oficial e armazenadas em nuvem, sendo que, após o trânsito em julgado, o registro de audiência será inutilizado imediatamente.

Comentário

A) O servidor encarregado dos registros e audiências examinará os processos com 10 (dez) dias de antecedência e fará imediata comunicação ao juiz caso encontre alguma irregularidade.

INCORRETA. O servidor encarregado fará imediata comunicação ao servidor responsável para as medidas necessárias, não ao juiz.

Art. 148: O servidor encarregado dos registros e audiências examinará, 10 (dez) dias antes das datas designadas para audiências, os respectivos processos, para verificar se todas as providências de intimação ou requisição de partes e testemunhas foram tomadas; havendo irregularidade ou omissão, fará imediata comunicação ao servidor responsável para as medidas necessárias.

B) É vedada a expedição de carta precatória para oitivas de forma presencial ou remota em outras comarcas do Estado de São Paulo, sendo que a intimação da pessoa a ser ouvida deve ser deprecada pelo órgão solicitante.

CORRETA. Esta alternativa combina corretamente a regra de vedação de carta precatória com a responsabilidade pela intimação em solicitações de outros órgãos.

Art. 156-A: É vedada a expedição de carta precatória para a realização de oitivas de forma presencial ou remota, em outras Comarcas do Estado de São Paulo, observadas as exceções do § 3º do artigo 122 das NSCGJ.

Art. 156-A, § 5º: Eventual necessidade de intimação da pessoa a ser ouvida deverá ser deprecada pelo órgão solicitante.

C) Os juízos de primeiro grau podem empregar gravação audiovisual de depoimentos, mas a adoção desse meio não precisa ser anotada no termo de audiência.

INCORRETA. A adoção de meios de registro e documentação será anotada no termo de audiência.

Art. 149, Parágrafo único: A adoção desses meios de registro e documentação **será anotada no termo de audiência**, lançando-se, por escrito e em separado, as qualificações dos depoentes, que serão repetidas verbalmente quando da gravação, de modo a não deixar dúvidas quanto à identidade da pessoa ouvida.

D) Em caso de solicitação da parte, ela receberá cópia do termo de audiência, mas não do registro audiovisual, para garantir a privacidade das informações.

INCORRETA. A parte interessada receberá cópia do termo de audiência, bem como cópia do registro audiovisual.

Art. 154: Havendo solicitação, a parte interessada receberá cópia do termo de audiência, que será impresso logo após a conclusão do ato, bem como cópia do registro audiovisual.

E) As audiências serão gravadas no sistema oficial e armazenadas em nuvem, sendo que, após o trânsito em julgado, o registro de audiência será inutilizado imediatamente.

INCORRETA. O registro de audiência permanecerá armazenado até o decurso do prazo para o ajuizamento de ação rescisória no processo de natureza civil e após a extinção da pena no processo penal, não sendo inutilizado imediatamente.

Art. 153: Depois do trânsito em julgado, o registro de audiência permanecerá armazenado no sistema informatizado especial e em ambiente de nuvem **até o decurso do prazo para o ajuizamento de ação rescisória no processo de natureza civil e após a extinção da pena no processo penal.**

Este artigo estabelece por quanto tempo os arquivos de áudio e vídeo de uma audiência devem ser guardados depois que o processo termina, garantindo que as informações estejam disponíveis se houver necessidade.

Quando a regra começa a valer:

- A regra de armazenamento só começa depois que o processo transita em julgado, ou seja, quando a decisão se torna definitiva e não cabe mais recurso.

Onde os arquivos são guardados:

- Os registros de audiência (áudio e vídeo) ficam armazenados em um sistema informatizado especial e em ambiente de nuvem. Isso garante a segurança e a acessibilidade dos arquivos, protegendo-os de perdas ou danos.

Por quanto tempo os arquivos são guardados:

- **Em processos cíveis:** Os arquivos são guardados **até o fim do prazo para o ajuizamento da ação rescisória**. A ação rescisória é um tipo de ação judicial que busca anular uma sentença que já transitou em julgado (por exemplo, se houve fraude ou erro grave). O prazo para entrar com essa ação é de 2 anos. Portanto, os arquivos de audiência de um processo cível ficam guardados por, no mínimo, 2 anos depois do trânsito em julgado.
- **Em processos penais:** Os arquivos ficam guardados **até a extinção da pena do réu**. Isso significa que, se a pessoa for condenada, o registro da audiência ficará armazenado por todo o tempo da pena (e de suas prorrogações), garantindo que a informação esteja disponível caso haja necessidade de fiscalização da execução da pena.

GABARITO B

43 - (Simulado Geral. 2025. Inéditas) Sobre a eleição para a Ouvidoria e suas regras, assinale a alternativa correta:

- A) O Ouvidor Substituto atuará apenas em caso de impedimento ou suspeição do titular, não sendo necessária sua atuação em caso de ausência.
- B) Será eleito Ouvidor Substituto o desembargador que obtiver o maior número de votos na disputa, se não houver um suplente eleito para essa função.
- C) O exercício da função de Ouvidor é vedado por mais de 2 anos consecutivos, de modo que nova eleição do mesmo magistrado só poderá ocorrer após um mandato de interstício.
- D) Em caso de empate na votação para Ouvidor, o critério de desempate será a idade do desembargador.
- E) É vedado o exercício da função de Ouvidor e Ouvidor Substituto por mais de 4 (quatro) anos consecutivos, sendo necessária uma nova eleição do mesmo magistrado após um mandato de interstício.

Comentário

Colocamos essa questão sobre Ouvidoria, pois ela teve uma seção incluída no Regimento Interno em 2024:

Seção X

Da Ouvidoria

(Seção X incluída pelo Assento Regimental nº 589/2024)

Por se tratar de uma inovação recente, tem alta probabilidade de aparecer na nossa prova.

A) O Ouvidor Substituto atuará apenas em caso de impedimento ou suspeição do titular, não sendo necessária sua atuação em caso de ausência.

INCORRETA. O Ouvidor Substituto atuará em caso de ausência, impedimento ou suspeição do titular.

Art. 29-A, § 1º: O Ouvidor Substituto atuará em caso de ausência, impedimento ou suspeição do titular, aplicando-se nas substituições, no que couber, o disposto no Regimento Interno do Tribunal de Justiça.

B) Será eleito Ouvidor Substituto o desembargador que obtiver o maior número de votos na disputa, se não houver um suplente eleito para essa função.

INCORRETA. O Ouvidor Substituto será o segundo mais votado, e não o que obtiver o maior número de votos.

Art. 29-A, § 4º: § 4º. Será eleito Ouvidor o desembargador que obtiver o maior número de votos e Ouvidor Substituto, o segundo mais votado, e, em caso de empate, o critério de desempate será o de antiguidade no cargo de Desembargador.

Ouvidor: maior número de votos

Ouvidor Substituto: é o segundo mais votado

C) O exercício da função de Ouvidor é vedado por mais de 2 anos consecutivos, de modo que nova eleição do mesmo magistrado só poderá ocorrer após um mandato de interstício.

INCORRETA. A vedação de exercício é por mais de 4 (quatro) anos consecutivos.

Art. 29-A, § 5º: É vedado o exercício da função de Ouvidor e Ouvidor Substituto por mais de 4 (quatro) anos consecutivos, de modo que nova eleição do mesmo magistrado só poderá ocorrer após o transcurso do interstício do período correspondente a um mandato.

D) Em caso de empate na votação para Ouvidor, o critério de desempate será a idade do desembargador.

INCORRETA. O critério de desempate é a antiguidade no cargo de Desembargador.

Art. 29-A, § 4º: "...o critério de desempate será o de antiguidade no cargo de Desembargador."

É o mais antigo no cargo (e não o mais velho em idade).

E) É vedado o exercício da função de Ouvidor e Ouvidor Substituto por mais de 4 (quatro) anos consecutivos, sendo necessária uma nova eleição do mesmo magistrado após um mandato de interstício.

CORRETA. Esta alternativa descreve precisamente a regra de vedação de exercício consecutivo e a condição para uma nova eleição do mesmo magistrado.

Art. 29-A, § 5º: É vedado o exercício da função de Ouvidor e Ouvidor Substituto por mais de 4 (quatro) anos consecutivos, de modo que nova eleição do mesmo magistrado só poderá ocorrer após o transcurso do interstício do período correspondente a um mandato.

GABARITO E

44 - (Simulado Geral. 2025. Inéditas) Sobre o ingresso e o desenvolvimento na carreira dos servidores do Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta, nos termos da LC 1.111/2010:

- A) O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo passará por um estágio probatório de 24 meses, com o objetivo de ser avaliado para a efetivação.
- B) O ingresso na carreira dos servidores se dá por concurso público, e ao ser nomeado para cargo efetivo, o servidor ficará sujeito a estágio probatório de 36 meses.
- C) A evolução profissional dos servidores ocorre por meio da Progressão, da Promoção e do Acesso, tendo como único objetivo o constante aproveitamento do servidor.

D) Ao ingressar na carreira, o servidor será enquadrado no padrão inicial, mas a sua efetivação se dará sem a necessidade de avaliação da assiduidade e pontualidade durante o estágio probatório.

E) O estágio probatório para o cargo de provimento efetivo será de 36 meses, mas a avaliação durante esse período abrange apenas a aptidão e a capacidade do servidor.

Comentário

A) O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo passará por um estágio probatório de 24 meses, com o objetivo de ser avaliado para a efetivação.

INCORRETA. O período do estágio probatório é de 36 (trinta e seis) meses, e não de 24.

Art. 11: O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito, durante o período de 36 (trinta e seis) meses, a Estágio Probatório, ao longo do qual a assiduidade, pontualidade, aptidão, capacidade e eficiência que demonstrar serão objeto de avaliação, para a efetivação na carreira.

B) O ingresso na carreira dos servidores se dá por concurso público, e ao ser nomeado para cargo efetivo, o servidor ficará sujeito a estágio probatório de 36 meses.

CORRETA. Esta alternativa combina corretamente a forma de ingresso na carreira com a duração do estágio probatório.

Art. 8º: O ingresso dos servidores na carreira dar-se-á por concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 10: O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório...

Art. 11: O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito, durante o período de 36 (trinta e seis) meses, a Estágio Probatório...

C) A evolução profissional dos servidores ocorre por meio da Progressão, da Promoção e do Acesso, tendo como único objetivo o constante aproveitamento do servidor.

INCORRETA. A evolução profissional tem como objetivo o constante aproveitamento do servidor (inciso II), mas também o reconhecimento pelo resultado do trabalho (inciso I).

Art. 12, I e II: A evolução profissional (...) dar-se-á por meio dos institutos da Progressão, Promoção e do Acesso, objetivando:

I - reconhecimento, pelo resultado do trabalho...;

II - constante aproveitamento do servidor..."

D) Ao ingressar na carreira, o servidor será enquadrado no padrão inicial, mas a sua efetivação se dará sem a necessidade de avaliação da assiduidade e pontualidade durante o estágio probatório.

INCORRETA. A avaliação para a efetivação na carreira, durante o estágio probatório, inclui a assiduidade e a pontualidade, além de outros critérios.

Art. 11: O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito (...) a Estágio Probatório, ao longo do qual a assiduidade, pontualidade, aptidão, capacidade e eficiência que demonstrar serão objeto de avaliação, para a efetivação na carreira.

E) O estágio probatório para o cargo de provimento efetivo será de 36 meses, mas a avaliação durante esse período abrange apenas a aptidão e a capacidade do servidor.

INCORRETA. A avaliação durante o estágio probatório abrange a assiduidade, pontualidade, aptidão, capacidade e eficiência.

Art. 11: "O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito (...) a Estágio Probatório, ao longo do qual a assiduidade, pontualidade, aptidão, capacidade e eficiência que demonstrar serão objeto de avaliação..."

GABARITO B

45 - (Simulado Geral. 2025. Inéditas) Sobre a movimentação processual e a certificação de atos no sistema EPROC, assinale a alternativa correta:

- A) A movimentação processual registrada no sistema é de responsabilidade de todos os usuários do processo, visando à transparência e à segurança.
- B) As anulações e retificações de eventos realizados por usuários internos não precisam ser registradas no histórico do processo, a fim de simplificar o fluxo de trabalho.
- C) Eventos como a publicação de pauta e o trânsito em julgado, quando gerados pelo sistema, deverão ser também certificados manualmente pelas unidades judiciais.
- D) Os documentos não pertinentes ao processo, ou a ele indevidamente anexados, poderão ser desentranhados apenas por decisão do Presidente do Tribunal.

E) A movimentação gerada no sistema eproc, com a indicação de data, horário e identificação do usuário, equivale à certificação da prática do ato processual para todos os fins de direito.

Comentário

A) A movimentação processual registrada no sistema é de responsabilidade de todos os usuários do processo, visando à transparência e à segurança.

INCORRETA. A responsabilidade pela movimentação processual é exclusiva do usuário identificado que a gerou.

Art. 27, § 1º: É de exclusiva responsabilidade do usuário identificado a movimentação processual registrada no sistema.

B) As anulações e retificações de eventos realizados por usuários internos não precisam ser registradas no histórico do processo, a fim de simplificar o fluxo de trabalho.

INCORRETA. As anulações e retificações de eventos deverão ser registradas no histórico do processo.

Art. 27, § 2º: As anulações e retificações de eventos realizados por usuários internos deverão ser registradas no histórico do processo.

C) Eventos como a publicação de pauta e o trânsito em julgado, quando gerados pelo sistema, deverão ser também certificados manualmente pelas unidades judiciais.

INCORRETA. A certificação manual de eventos como a publicação de pauta e o trânsito em julgado é dispensada, salvo em caso de interrupção da funcionalidade de geração automática.

Art. 28, § 1º: Os eventos de abertura de conclusão, encaminhamento à publicação, publicação, disponibilização em diário eletrônico, distribuição de recurso, publicação de pauta e de trânsito em julgado, dentre outros realizados pelo sistema, não serão objeto de certificação manual pelas unidades judiciais, salvo eventual interrupção na funcionalidade de geração automática dos respectivos eventos e apenas durante tal período.

D) Os documentos não pertinentes ao processo, ou a ele indevidamente anexados, poderão ser desentranhados apenas por decisão do Presidente do Tribunal.

INCORRETA. Os documentos poderão ser desentranhados por determinação judicial, e não apenas por decisão do Presidente do Tribunal.

Art. 27, § 3º: Os documentos não pertinentes ao processo ou a ele indevidamente anexados poderão ser desentranhados por determinação judicial.

E) A movimentação gerada no sistema eproc, com a indicação de data, horário e identificação do usuário, equivale à certificação da prática do ato processual para todos os fins de direito.

CORRETA. A alternativa reproduz o princípio da equivalência da movimentação do sistema à certificação do ato processual, conforme o Art. 28.

Art. 28, caput: Os eventos registrados na movimentação ou registros do processo no sistema eproc equivalem à certificação da prática do ato processual para todos os fins de direito.

GABARITO E

46 - (Simulado Geral. 2025. Inéditas) Conforme as regras do teletrabalho para servidores, assinale a alternativa correta em relação aos limites de quantidade de trabalhadores(as) por unidade:

- A) A quantidade de servidores(as) em teletrabalho nas unidades de primeiro grau, com exceção dos gabinetes, poderá ser de até 70% do quadro.
- B) Nos gabinetes de juízes e desembargadores, o número de servidores(as) em teletrabalho é limitado a 50% do quadro, a ser definido pelo magistrado.
- C) Nas unidades do Tribunal vinculadas diretamente à Presidência, o limite de servidores(as) em teletrabalho é de 50%, com possibilidade de arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.
- D) A quantidade de servidores(as) em teletrabalho nos gabinetes é definida pelo(a) Juiz(a) ou Desembargador(a), sem um limite percentual fixo no texto.
- E) Se o número de servidores(as) interessados(as) em teletrabalho superar os limites, a indicação de quem irá para essa modalidade será feita por sorteio, para garantir imparcialidade.

Comentário

A) A quantidade de servidores(as) em teletrabalho nas unidades de primeiro grau, com exceção dos gabinetes, poderá ser de até 70% do quadro.

INCORRETA. O limite para as unidades de primeiro grau é de até 50% do quadro, e não 70%.

Art. 9º, III: nas unidades de primeiro grau, com exceção dos gabinetes, a quantidade de servidores(as) em teletrabalho, por unidade, será de até 50% (cinquenta por cento) do quadro, arredondadas as frações para o primeiro número inteiro imediatamente superior;

B) Nos gabinetes de juízes e desembargadores, o número de servidores(as) em teletrabalho é limitado a 50% do quadro, a ser definido pelo magistrado.

INCORRETA. O texto não estabelece um limite percentual para os gabinetes. O número de servidores(as) em teletrabalho nos gabinetes é definido diretamente pelo magistrado.

Art. 9º, IV: nos gabinetes, o número de servidores (as) em teletrabalho será definido pelo(a) Juiz(a) ou Desembargador(a);

C) Nas unidades do Tribunal vinculadas diretamente à Presidência, o limite de servidores(as) em teletrabalho é de 50%, com possibilidade de arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

INCORRETA. O limite para essas unidades é de até 70% do quadro, e não 50%.

Art. 9º, II: a quantidade de servidores(as) em teletrabalho, por unidade, poderá ser de até 70% (setenta por cento) do quadro nas unidades do Tribunal vinculadas diretamente à Presidência, à Vice-Presidência, à Corregedoria Geral da Justiça e às Presidências de Seção...

D) A quantidade de servidores(as) em teletrabalho nos gabinetes é definida pelo(a) Juiz(a) ou Desembargador(a), sem um limite percentual fixo no texto.

CORRETA. Esta alternativa está em plena conformidade com a norma que atribui ao magistrado a definição do número de servidores em teletrabalho nos gabinetes, sem fixar um percentual máximo.

Art. 9º, IV: nos gabinetes, o número de servidores (as) em teletrabalho será definido pelo(a) Juiz(a) ou Desembargador(a);

E) Se o número de servidores(as) interessados(as) em teletrabalho superar os limites, a indicação de quem irá para essa modalidade será feita por sorteio, para garantir imparcialidade.

INCORRETA. O texto não menciona sorteio. Nesses casos, caberá ao(à) gestor(a) da unidade a indicação daquele(s) com perfil(s) mais adequado(s), sendo facultado o revezamento.

Art. 9º, V: "caso o número de servidores(as) interessados(as) em realizar o teletrabalho supere os limites previstos nos incisos II e III, caberá ao(à) gestor(a) da unidade a indicação daquele(s) com perfil(s) mais adequado(s) ao exercício da atividade nessa modalidade, sendo-lhe facultado propor um revezamento entre os(as) servidores(as)...

GABARITO D

ATUALIDADES

47 - (Simulado Geral. 2025. Inéditas) A Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) emitiu um alerta após um aumento de 34 vezes no número de casos de uma doença altamente contagiosa nas Américas. A doença, que se espalha pelo ar e pode evoluir para complicações graves como pneumonia e cegueira, exige uma cobertura vacinal de no mínimo 95% para ser controlada.

A notícia acima se refere a

- A) Varíola dos macacos (Mpox).
- B) Rubéola.
- C) Sarampo.
- D) Caxumba.
- E) Poliomielite.

Comentário

Saúde

Casos de sarampo tiveram aumento de 34 vezes em 2025, alerta Opas

Dez países das Américas registraram ocorrência da doença

AGÊNCIA BRASIL
Publicado em 12/09/2025 - 07:15
Rio de Janeiro

[Casos de sarampo tiveram aumento de 34 vezes em 2025, alerta Opas | Agência Brasil](#)

GABARITO C

48 - (Simulado Geral. 2025. Inéditas) O Brasil registrou dois tremores de terra com magnitudes de 2.9 mR e 2.5 mR em um estado que, historicamente, é o que possui o maior número de abalos sísmicos no país. Os abalos foram sentidos em diversas cidades em torno de um único centro urbano.

De acordo com a notícia, qual é a região metropolitana onde os tremores foram registrados?

- A) Rio de Janeiro - Rio de Janeiro.
- B) Bahia - Salvador.
- C) São Paulo - São Paulo.
- D) Goiás - Goiânia.
- E) Minas Gerais - Belo Horizonte.

Comentário

Cotidiano

Tremores na Grande BH: epicentro em cidade registra 2,9º na escala Richter

Do UOL, em São Paulo
17/09/2025 12h14 Atualizada em 17/09/2025 12h14



[Tremores na Grande BH: epicentro registra 2,9º na escala Richter](#)

GABARITO E

49 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Imagine que Isabel é mãe de Augusto, de 05 (cinco) anos. Por suspeitar que ele é uma criança com deficiência, ela procurou auxílio pediátrico, e o médico requereu avaliação da deficiência.

Com base na situação apresentada e no disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência, assinale a alternativa correta.

- A) O médico agiu de forma equivocada, pois, como Augusto tem menos de 06 (seis) anos, dispensa-se a avaliação da deficiência.
- B) O próprio médico deveria ter realizado a avaliação, pois esse procedimento é feito exclusivamente por médico, com a participação eventual de enfermeiro.
- C) A avaliação será biopsicossocial e realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar que considerará, entre outros aspectos, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais.
- D) O exame médico-pericial deve, obrigatoriamente, ser realizado presencialmente, vedando-se o uso de telemedicina, exceto se constatada situação pandêmica.
- E) A avaliação da deficiência deve limitar-se a analisar os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo.

Comentário

A) O médico agiu de forma equivocada, pois, como Augusto tem menos de 06 (seis) anos, dispensa-se a avaliação da deficiência.

INCORRETA. A lei não estabelece uma idade mínima para a avaliação da deficiência. A necessidade de avaliação decorre da suspeita de deficiência, independentemente da idade. Para a criança, o EPD prevê a atenção integral à saúde e o diagnóstico precoce (Art. 18, § 4º, I).

B) O próprio médico deveria ter realizado a avaliação, pois esse procedimento é feito exclusivamente por médico, com a participação eventual de enfermeiro.

INCORRETA. A avaliação é biopsicossocial e deve ser realizada por **equipe multiprofissional e interdisciplinar** (Art. 2º, § 1º, do EPD), e não exclusivamente por médico. Essa equipe envolve profissionais de diversas áreas, como médicos, assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais, etc., a fim de analisar a deficiência em sua complexidade.

C) A avaliação será biopsicossocial e realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar que considerará, entre outros aspectos, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais.

CORRETA. O Art. 2º, § 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD) é claro ao dispor:

Art. 2º, §1º. A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

- I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;**
- II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;**
- III - a limitação no desempenho de atividades; e**
- IV - a restrição de participação.**

D) O exame médico-pericial deve, obrigatoriamente, ser realizado presencialmente, vedando-se o uso de telemedicina, exceto se constatada situação pandêmica.

INCORRETA. O EPD não veda o uso da telemedicina na avaliação, e o Decreto nº 10.852/2021 (que regulamentou a avaliação biopsicossocial da deficiência) prevê a possibilidade de utilização de recursos tecnológicos para o procedimento. A obrigatoriedade de ser *exclusivamente* presencial não está prevista no Estatuto, e a menção à pandemia é uma restrição arbitrária e não legal.

E) A avaliação da deficiência deve limitar-se a analisar os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo.

INCORRETA. Esta alternativa descreve apenas o aspecto biológico da deficiência. A avaliação, como estabelecido legalmente, deve ser biopsicossocial, considerando também os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação social (Art. 2º, § 1º, do EPD). O foco não é apenas o impedimento do corpo, mas a interação desse impedimento com as barreiras sociais.

GABARITO C

50 - (Simulado Geral. 2025. FGV) De acordo com a Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos

ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida define

- A) acessibilidade.
- B) desenho universal.
- C) ajuda técnica.
- D) barreira atitudinal.
- E) adaptação razoável.

Comentário

Apenas a alternativa sobre acessibilidade bate com o conceito que o enunciado descreve. As outras estão erradas.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;

III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;**
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;**
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;**

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

V - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações;

VI - adaptações razoáveis: adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais;

VII - elemento de urbanização: quaisquer componentes de obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamento para esgotos, distribuição de energia elétrica e de gás, iluminação pública, serviços de comunicação, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

VIII - mobiliário urbano: conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação, de forma que sua modificação ou seu traslado não provoque alterações substanciais nesses elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

IX - pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso;

X - residências inclusivas: unidades de oferta do Serviço de Acolhimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas) localizadas em áreas residenciais da comunidade, com estruturas adequadas, que possam contar com apoio psicossocial para o atendimento das necessidades da pessoa acolhida, destinadas a jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, que não dispõem de condições de autossustentabilidade e com vínculos familiares fragilizados ou rompidos;

XI - moradia para a vida independente da pessoa com deficiência: moradia com estruturas adequadas capazes de proporcionar serviços de apoio coletivos e individualizados que respeitem e ampliem o grau de autonomia de jovens e adultos com deficiência;

XII - atendente pessoal: pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

XIII - profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

XIV - acompanhante: aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal.

GABARITO A

MATEMÁTICA

51 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Considere a seguinte informação, divulgada na página eletrônica da Agência Brasil, em 17.05.2024:

No Brasil, das [x] milhões de pessoas com idade igual ou superior a 15 anos, 151,5 milhões sabem ler e escrever ao menos um bilhete [...]. Em números proporcionais, o resultado indica taxa de alfabetização em 93%, em 2022, e, consequentemente, a taxa de analfabetismo foi 7% do contingente populacional.

(Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/taxa-de-alfabetizacao-chega-93-da-populacao-brasileira-revela-ibge>. Adaptado)

Considerando que x milhões de pessoas seja o contingente populacional em questão, que 151,5 milhões de pessoas corresponda à taxa de alfabetização apresentada, e que a taxa de analfabetismo corresponda à diferença entre x milhões e 151,5 milhões de pessoas, o número aproximado de pessoas consideradas nessa taxa de analfabetismo é de

- A) 12,2 milhões.
- B) 11,4 milhões.
- C) 10,0 milhões.
- D) 13,0 milhões.

E) 10,6 milhões.

Comentário

Cálculo da população e da taxa de analfabetismo

O problema exige o cálculo da população total (x) com base na taxa de alfabetismo e, em seguida, a determinação do número de pessoas que compõem a taxa de analfabetismo.

1. Cálculo da População Total (x)

- **Dados:** 93% da população total (x) sabe ler e escrever, o que equivale a 151,5 milhões de pessoas.
- **Equação:** $93\%.x = 151,5$ milhões
- **Resolução:** Convertendo a porcentagem para decimal ($93\% = 0,93$):

$$0,93 \cdot x = 151,5$$

$$x = \frac{151,5}{0,93} \approx 162,903$$

- **Conclusão:** A população total é de aproximadamente **162,9 milhões de pessoas**.

2. Cálculo do número de pessoas na taxa de analfabetismo

A taxa de analfabetismo corresponde à diferença entre a população total (x) e o número de pessoas que sabem ler e escrever (151,5 milhões).

$$\text{ANALFABETOS} = \text{POPULAÇÃO} - \text{ALFABETIZADOS}$$

$$\text{ANALFABETOS} = 162,9 - 151,5$$

$$\text{ANALFABETOS} = 11,4 \text{ milhões}$$

- **Conclusão:** O número aproximado de pessoas consideradas na taxa de analfabetismo é de **11,4 milhões**.

GABARITO B

52 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Certa semana, Josemar fez 3 viagens no trajeto A e 2 viagens no trajeto B. Nessa mesma semana, Carlos fez 5 viagens no trajeto C, apenas. Sabe-se que o trajeto B é 1 quilômetro maior do que o trajeto A, e que o trajeto C mede 1,9

quilômetro. Se naquela semana, em relação aos trajetos considerados, os totais percorridos por Josemar e por Carlos foram iguais, é correto afirmar que o trajeto A mede

A) 2,0 quilômetros.

B) 1,8 quilômetro.

C) 1,5 quilômetro.

D) 1,2 quilômetro.

E) 2,5 quilômetros.

Comentário

Resolução do problema de distância de trajetos

O problema é resolvido em quatro etapas:

1. Definir as variáveis para as distâncias.
2. Expressar as distâncias totais percorridas por Josemar (J) e Carlos (C).
3. Montar a equação de igualdade das distâncias e substituir as variáveis conhecidas.
4. Resolver para a distância do trajeto A (a).

1. Definição das Variáveis

- Distância do trajeto A: a
- Distância do trajeto B: b
- Distância do trajeto C: c

2. Expressão das Distâncias Totais

- Josemar (J): 3 viagens no trajeto A e 2 viagens no trajeto B.

$$J = 3a + 2b$$

- Carlos (C): 5 viagens no trajeto C.

$$C = 5c$$

3. Montagem e Substituição da Equação

- **Relações Conhecidas:**

- O trajeto B é 1 km maior que o trajeto A: $b = a + 1$

- O trajeto C mede 1,9 km: $c = 1,9$
- Distâncias totais são iguais: $J = C$

Substituindo J e C:

$$3a + 2b = 5c$$

Substituindo b e c:

$$3a + 2(a + 1) = 5(1,9)$$

4. Resolução para a Distância a

$$3a + 2a + 2 = 9,5$$

$$5a + 2 = 9,5$$

$$5a = 9,5 - 2$$

$$5a = 7,5$$

$$a = 7,5 \div 5$$

$$a = 1,5 \text{ km}$$

GABARITO C

53 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Em uma caixa havia gizes brancos e gizes coloridos, de modo que a razão do número de gizes coloridos para o número de gizes brancos era $2/5$. Após a retirada de 4 gizes coloridos e de nenhum giz branco, a razão citada passou a ser $1/3$.

O número total de gizes que permaneceram na caixa, após a retirada dos 4 gizes coloridos, foi

- A) 84.
- B) 80.
- C) 76.
- D) 72.
- E) 70.

Comentário

Resolução didática da questão de gizes

O objetivo é descobrir o número total de gizes na caixa **após** a retirada dos 4 gizes coloridos.

Passo 1: Definir as Variáveis

- Seja **C** o número inicial de **Gizes Coloridos**.
- Seja **B** o número de **Gizes Brancos**.

Passo 2: Traduzir a primeira informação (razão inicial)

A razão do número de gizes coloridos para o número de gizes brancos era 2/5.

$$\frac{C}{B} = \frac{2}{5}$$

Podemos usar a propriedade de proporção para isolar uma das variáveis. Multiplicando em "cruz" (ou isolando C):

$$5C = 2B$$

$$C = \frac{2B}{5} \text{ (EQUAÇÃO 1)}$$

Passo 3: Traduzir a segunda informação (razão final)

Houve a retirada de 4 gizes coloridos e nenhum giz branco.

- **Novo número de gizes coloridos:** $C - 4$
- **Novo número de gizes brancos:** B (permanece o mesmo)

A nova razão passou a ser 1/3:

$$\frac{C - 4}{B} = \frac{1}{3}$$

Multiplicando em "cruz":

$$3(C - 4) = 1B$$

$$3C - 12 = B \text{ (EQUAÇÃO 2)}$$

Passo 4: Encontrar o número de gizes brancos (B)

Agora, vamos usar o método da substituição: pegamos o valor de C da **Equação 1** e substituímos na **Equação 2**.

Substituindo $C = \frac{2B}{5}$ na $3C - 12 = B$:

$$3\left(\frac{2B}{5}\right) - 12 = B$$

$$\frac{6B}{5} - 12 = B$$

Para isolar B, subtraímos B dos dois lados e somamos 12 dos dois lados:

$$\frac{6B}{5} - B = 12$$

Para subtrair as frações, transformamos B em $\frac{5B}{5}$:

$$\frac{6B}{5} - \frac{5B}{5} = 12$$

$$\frac{(6B - 5B)}{5} = 12$$

$$\frac{B}{5} = 12$$

Multiplicando por 5 dos dois lados:

$$B = 12.5$$

$$B = 60$$

O número de gizes brancos é 60.

Passo 5: Encontrar o número inicial de gizes coloridos (C)

Usamos a Equação 1 para encontrar C:

$$C = \frac{2B}{5}$$

$$C = \frac{2 \cdot 60}{5} = \frac{120}{5}$$

$$C = 24$$

O número inicial de gizes coloridos é 24.

Passo 6: Calcular o total de gizes que permaneceram

A pergunta pede o número total de gizes **após a retirada** de 4 gizes coloridos.

- **Gizes Brancos (B):** 60
- **Gizes Coloridos FINAIS (C final):** $C - 4 = 24 - 4 = 20$

$$\text{Total Final} = B + C \text{ final}$$

$$\text{Total Final} = 60 + 20 = \boxed{80}$$

GABARITO B

54 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Um terreno retangular possui 25 m de comprimento e 300 m² de área. Esse terreno será totalmente cercado com tela, exceto pelo vão de 3 metros onde está o portão de entrada. O comprimento total dessa tela será de

- A) 65 m.
- B) 68 m.
- C) 71 m.
- D) 74 m.
- E) 77 m.

Comentário

A tela será usada para cercar um terreno retangular, o que significa que precisamos calcular o **perímetro** do terreno e, em seguida, subtrair o espaço do portão.

Passo 1: Encontrar a largura do terreno

Sabemos as seguintes informações sobre o terreno retangular:

- **Comprimento (C):** 25 m
- **Área (A):** 300 m²
- **Fórmula da Área:** $A = C \times L$ (onde L é a largura)

Vamos usar a fórmula da área para encontrar a largura (L):

$$300 = 25 \times L$$

$$L = 300 \div 25$$

$$L = 12 \text{ m}$$

A largura do terreno é de 12 metros.

Passo 2: Calcular o perímetro do terreno

O perímetro (P) é a soma de todos os lados do retângulo.

- **Fórmula do Perímetro:** $P = 2 \times C + 2 \times L$

Substituindo os valores de comprimento (25 m) e largura (12 m):

$$P = 2 \times 25 + 2 \times 12$$

$$P = 50 + 24$$

$$P = 74 \text{ m}$$

O perímetro total do terreno é de 74 metros.

Passo 3: Calcular o comprimento total da tela

O terreno será totalmente cercado, exceto pelo vão de 3 metros do portão de entrada. O comprimento da tela (T) será o perímetro menos o vão:

$$\text{COMPRIMENTO DA TELA} = \text{PERÍMETRO} - \text{VÃO DO PORTÃO}$$

$$T = 74 - 3$$

$$T = 71 \text{ m}$$

GABARITO C

INFORMÁTICA

55 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) No MS-Windows 10, em sua configuração padrão, os nomes dos arquivos gravados no disco rígido são identificados por duas partes separadas por um ponto: a primeira é o nome do arquivo propriamente dito, enquanto a segunda é uma extensão de três ou quatro caracteres que definem o tipo de arquivo. A extensão de um arquivo é relevante, porque

- A) define a capacidade de mover o arquivo no disco.
- B) indica qual aplicação criou ou pode abrir o arquivo.
- C) limita a área do disco para a gravação do arquivo.
- D) restringe o número de cópias do arquivo no disco.
- E) sinaliza se o arquivo pode ser copiado ou alterado.

Comentário

A função da extensão de arquivo no sistema operacional

A questão aborda a função fundamental da **extensão de arquivo** (a parte após o último ponto no nome do arquivo, como .doc ou .jpg) em um sistema operacional. Essa função é essencial para que o sistema possa gerenciar e interagir corretamente com os dados armazenados.

Análise das alternativas:

A) define a capacidade de mover o arquivo no disco.

INCORRETA. A capacidade de mover um arquivo é controlada pelo sistema de **permissões** e pela integridade do sistema de arquivos, e não pela extensão.

B) indica qual aplicação criou ou pode abrir o arquivo.

CORRETA. A principal finalidade da extensão é **identificar o formato (tipo) do arquivo**. Essa identificação permite que o sistema operacional e o usuário saibam qual programa (aplicativo) é compatível e deve ser usado para abrir, visualizar ou editar o conteúdo daquele arquivo.

C) limita a área do disco para a gravação do arquivo.

INCORRETA. A extensão não tem relação com o tamanho ou a localização física do arquivo no disco. O tamanho é limitado pela capacidade do disco e pelas propriedades do formato, não pela extensão.

D) restringe o número de cópias do arquivo no disco.

INCORRETA. O número de cópias de um arquivo é limitado apenas pelo espaço em disco disponível e pelas permissões do usuário, não pela extensão.

E) sinaliza se o arquivo pode ser copiado ou alterado.

INCORRETA. A possibilidade de copiar ou alterar um arquivo é determinada pelo sistema de **permissões** e atributos (como "somente leitura"), e não pela extensão.

GABARITO B

56 - (Simulado Geral. 2025. UECE-CEV) No Windows 11, o recurso “Histórico da Área de Transferência” permite ao usuário

- A) visualizar e reutilizar múltiplos itens copiados anteriormente.
- B) recuperar arquivos deletados permanentemente da lixeira.
- C) sincronizar automaticamente dados entre diferentes dispositivos.
- D) criptografar todos os dados antes de copiá-los.
- E) converter formatos de arquivo durante o processo de cópia.

Comentário

Funcionalidade do histórico da área de transferência do Windows 11

O recurso "**Histórico da Área de Transferência**" (acessível pelo atalho **Tecla Windows + V**) tem a seguinte função principal:

A) visualizar e reutilizar múltiplos itens copiados anteriormente.

CORRETA. O histórico armazena (normalmente até 25) itens copiados — sejam eles textos, imagens ou HTML — permitindo ao usuário:

1. **Visualizar:** Abrir um painel que mostra os últimos itens copiados.
2. **Reutilizar (Colar):** Selecionar qualquer um desses itens da lista para colar, e não apenas o último item copiado (o comportamento padrão do atalho Ctrl + V).
3. **Fixar:** Manter itens importantes na lista, impedindo que sejam apagados, mesmo após reiniciar o computador ou usar o comando "Limpar tudo".



B) recuperar arquivos deletados permanentemente da lixeira.

INCORRETA. Esta é a função do "Histórico de Arquivos" ou de softwares de recuperação de dados, não da Área de Transferência.

C) sincronizar automaticamente dados entre diferentes dispositivos.

INCORRETA. Embora a Área de Transferência **possa** ser sincronizada entre dispositivos se a opção estiver ativada nas Configurações, esta não é a **função principal** do histórico em si. O histórico é a lista de itens guardados.

D) criptografar todos os dados antes de copiá-los.

INCORRETA. Este é um recurso de segurança avançado, não relacionado à funcionalidade básica de copiar e colar.

E) converter formatos de arquivo durante o processo de cópia.

INCORRETA. A conversão de formato é geralmente realizada por aplicativos específicos, não pela Área de Transferência do sistema operacional.

GABARITO A

57 - (Simulado Geral. 2025. Instituto Consulplan) No Microsoft Word 365 (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil), os atalhos de teclado são recursos essenciais para

aumentar a produtividade e a agilidade na execução das tarefas. Considerando essa funcionalidade do software, o atalho de teclado para criar um novo documento no Word é:

- A) Ctrl + N
- B) Ctrl + O
- C) Ctrl + B
- D) Ctrl + A
- E) Ctrl + S

Comentário

Vejamos as funcionalidades:

Ctrl + N	Aplicar formatação em negrito ao texto.
Ctrl + O	Criar um novo documento.
Ctrl + B	Salvar o documento.
Ctrl + A	Abrir um documento.
Ctrl + S	Aplicar formatação de sublinhado ao texto.

[Atalhos de teclado do Word - Suporte da Microsoft](#)

GABARITO B

58 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) As células de uma planilha que está sendo elaborada com o auxílio do programa MS-Excel 2016, em sua configuração padrão, foram preenchidas como mostrado a seguir:

	A	B	C	D	E	F
1	4	2	6	1	2	
2	3	4	5	1	1	
3	1	4	6	2	2	
4	5	3	2	1	3	
5	1	1	4	1	4	
6						
7						

Caso a expressão matemática =SOMASE(B1:E5; ">=4") seja inserida na célula E6, o valor numérico obtido será

- A) 11.

- B) 16.
C) 28.
D) 33.
E) 42.

Comentário

A questão solicita o resultado da função =SOMASE(B1:E5; ">=4"), que será inserida na célula E6, com base nos dados da planilha fornecida.

1. Entendendo a Função SOMASE

A função SOMASE tem a seguinte sintaxe:

SOMASE(intervalo;critério; [intervalo_soma])

- **Intervalo:** Onde os critérios serão verificados. (Obrigatório)
- **Critério:** A condição a ser satisfeita. (Obrigatório)
- **Intervalo_Soma:** Onde os valores serão somados. (Opcional)

2. Aplicação da Fórmula

A fórmula é =SOMASE(B1:E5; ">=4").

- **Intervalo:** B1:E5. Este é o intervalo que será verificado e somado.
- **Critério:** ">=4". O critério é somar os valores que são **maiores ou iguais a 4**.
- **Intervalo_Soma:** Foi **omitido**, portanto, o Excel usará o próprio intervalo B1:E5 para realizar a soma.

3. Verificação e Soma dos Valores (B1:E5)

Analisamos cada célula no intervalo B1:E5 para ver se o valor é maior ou igual a 4.

Célula	Valor	>= 4?	Valor a Somar
B1	2	Não	
B2	4	Sim	4
B3	4	Sim	4

Célula	Valor	$\geq 4?$	Valor a Somar
B4	3	Não	
B5	1	Não	
C1	6	Sim	6
C2	5	Sim	5
C3	6	Sim	6
C4	2	Não	
C5	4	Sim	4
D1	1	Não	
D2	1	Não	
D3	2	Não	
D4	1	Não	
D5	1	Não	
E1	2	Não	
E2	1	Não	
E3	2	Não	
E4	3	Não	
E5	4	Sim	4
Total			33

4. Conclusão do cálculo

A soma dos valores que são maiores ou iguais a 4 no intervalo B1:E5 é

$$4 + 4 + 6 + 5 + 6 + 4 + 4 = \boxed{33}$$

GABARITO D

59 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Na configuração padrão do MS-Outlook 365, ao tratar um e-mail recebido com anexo e clicar em

- A) Responder a Todos, o anexo será reenviado aos destinatários.
- B) Encaminhar, por padrão, o anexo não será enviado aos destinatários.
- C) Responder a Todos ou em Encaminhar, o anexo será encaminhado aos destinatários em ambos os casos.
- D) Responder a Todos ou em Encaminhar, o anexo não será encaminhado aos destinatários em ambos os casos.
- E) Encaminhar, o anexo será enviado aos destinatários.

Comentário

O Suporte da Microsoft indica as seguintes regras padrão para o tratamento de anexos:

Responder/Responder a Todos	Os anexos não estão incluídos automaticamente.
Encaminhar	Todos os anexos incluídos na mensagem original são incluídos automaticamente.

Análise das alternativas:

A) Responder a Todos, o anexo será reenviado aos destinatários.

INCORRETA. Ao usar "Responder a Todos", o anexo **não é** incluído automaticamente na resposta.

B) Encaminhar, por padrão, o anexo não será enviado aos destinatários.

INCORRETA. Ao usar "Encaminhar", por padrão, todos os anexos da mensagem original **são incluídos**.

C) Responder a Todos ou em Encaminhar, o anexo será encaminhado aos destinatários em ambos os casos.

INCORRETA. Embora o anexo seja incluído ao "Encaminhar", ele **não é** incluído ao "Responder a Todos".

D) Responder a Todos ou em Encaminhar, o anexo não será encaminhado aos destinatários em ambos os casos.

INCORRETA. O anexo **não é** incluído ao "Responder a Todos", mas **é** incluído ao "Encaminhar".

E) Encaminhar, o anexo será enviado aos destinatários.

CORRETA. Por padrão, quando você "Encaminha" uma mensagem no Outlook 365, os anexos da mensagem original são incluídos automaticamente.

GABARITO E

60 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Sobre o armazenamento de arquivos no Google Drive e Dropbox é correto afirmar que após enviar o comando para o apagamento de um arquivo:

- A) é possível solicitar a recuperação dos dados por um período de tempo que varia de acordo com o plano e serviço escolhidos.
- B) não é possível solicitar a recuperação dos dados nos planos de uso gratuitos.
- C) é possível solicitar a recuperação dos dados nos planos de uso pagos, mas somente através de contato telefônico com a empresa.
- D) é possível solicitar a recuperação dos dados somente no Google Drive, serviço indisponível no Dropbox.
- E) é possível solicitar a recuperação dos dados somente no Dropbox, serviço indisponível no Google Drive.

Comentário

Tanto o Google Drive quanto o Dropbox possuem mecanismos para a recuperação de arquivos deletados, mas o tempo disponível para essa recuperação varia significativamente de acordo com o plano do usuário (gratuito ou pago/empresarial).

- **Google Drive (Lixeira):** Arquivos permanecem na lixeira por **30 dias** e, depois disso, são excluídos permanentemente. No entanto, o administrador de uma conta Google Workspace (plano pago) pode ter um período adicional para restauração.
- **Dropbox (Arquivos Excluídos):**
 - **Planos Gratuitos (Basic) e Pessoais (Plus, Family):** Mantêm os arquivos excluídos por **30 dias**.
 - **Planos Pagos/Empresariais (Professional, Standard, Advanced, etc.):** O período de recuperação é estendido para **180 dias ou mais** (até 365 dias,

dependendo do plano), e há ferramentas como o Dropbox Rewind (recurso premium) para desfazer grandes alterações.

Análise das alternativas:

A) é possível solicitar a recuperação dos dados por um período de tempo que varia de acordo com o plano e serviço escolhidos.

CORRETA. O prazo de recuperação (30 dias no gratuito, 180+ dias no pago) varia diretamente com o plano contratado em ambos os serviços (Google Drive e Dropbox).

B) não é possível solicitar a recuperação dos dados nos planos de uso gratuitos.

INCORRETA. Nos planos gratuitos (Basic do Dropbox e Contas Google padrão), o usuário pode recuperar arquivos da lixeira/arquivos excluídos por um período padrão de 30 dias.

C) é possível solicitar a recuperação dos dados nos planos de uso pagos, mas somente através de contato telefônico com a empresa.

INCORRETA. A recuperação básica de arquivos (restauração da lixeira) é feita pelo próprio usuário, por meio da interface web, em todos os planos. O contato com o suporte é reservado para casos mais complexos ou para recuperar dados após o prazo limite da lixeira.

D) é possível solicitar a recuperação dos dados somente no Google Drive, serviço indisponível no Dropbox.

INCORRETA. Ambos os serviços oferecem o recurso de recuperação de arquivos deletados.

E) é possível solicitar a recuperação dos dados somente no Dropbox, serviço indisponível no Google Drive.

INCORRETA. Ambos os serviços oferecem o recurso de recuperação de arquivos deletados.

GABARITO A

61 - (Simulado Geral. 2022. FAURGS) Considere as seguintes afirmações relativas à utilização do Microsoft OneDrive.

I - Para utilizar o disco virtual do Microsoft OneDrive é necessário fazer login no computador local com uma conta pessoal ou corporativa da Microsoft.

II - Nas configurações do OneDrive, ao desmarcar uma pasta para sincronização com o computador, a pasta e seu conteúdo serão removidos do computador e do disco virtual OneDrive.

III - Ao compartilhar um arquivo no OneDrive, é possível permitir a abertura apenas no modo de revisão, modo esse em que os usuários com quem se compartilha só podem deixar comentários ou sugestões.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

Comentário

A questão exige a avaliação de três afirmativas sobre as funcionalidades do **Microsoft OneDrive**, o serviço de armazenamento em nuvem e sincronização da Microsoft, focando em acesso, sincronização e compartilhamento.

I - Para utilizar o disco virtual do Microsoft OneDrive é necessário fazer login no computador local com uma conta pessoal ou corporativa da Microsoft.

INCORRETA. Embora seja necessário ter uma conta Microsoft (pessoal ou corporativa), o acesso ao disco virtual do OneDrive não exige que o login seja feito **no computador local**. O OneDrive é um serviço *online* e pode ser acessado via **navegador de internet em qualquer dispositivo** (computador público, tablet, celular), bastando digitar as credenciais da conta no portal da web.

II - Nas configurações do OneDrive, ao desmarcar uma pasta para sincronização com o computador, a pasta e seu conteúdo serão removidos do computador e do disco virtual OneDrive.

INCORRETA. Desmarcar uma pasta para sincronização local (usando o recurso "Arquivos Sob Demanda" ou desmarcando a pasta nas configurações) tem como efeito apenas **remover os arquivos do disco rígido local** para liberar espaço, mas **mantê-los no disco virtual OneDrive (na nuvem)**. O conteúdo da pasta, portanto, não é removido da nuvem.

III - Ao compartilhar um arquivo no OneDrive, é possível permitir a abertura apenas no modo de revisão, modo esse em que os usuários com quem se compartilha só podem deixar comentários ou sugestões.

CORRETA. O OneDrive, ao integrar-se com os aplicativos do Office (como o Word online), permite que o proprietário do arquivo defina permissões granulares. Uma dessas permissões é o **Modo de Revisão** (ou modo de Sugestões/Comentários), que restringe as ações dos colaboradores a adicionar **comentários e sugestões**, sem permitir a edição direta e definitiva do conteúdo.

- **Abrir somente no modo de revisão** limita as pessoas a deixar comentários e fazer sugestões no arquivo.

Observações:

- Somente documentos/arquivos do Word têm essa opção de permissão.
- Se alguém já tiver permissões de edição para o documento, selecionar **Abrir somente no modo de revisão** não impedirá que essa pessoa faça edições. Para essa pessoa, o documento será aberto no modo de edição.

[Compartilhar pastas e arquivos do OneDrive - Suporte da Microsoft](#)

GABARITO C

62 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) No Microsoft Teams, ao se criar uma nova reunião, algumas informações são solicitadas, dentre elas:

- A) Título; Nome, e-mail ou número de telefone.
- B) Titulo; Temperatura local.
- C) Nome e telefone; Endereço completo com CEP.
- D) Nome ou e-mail; Número de pessoas no ambiente.
- E) E-mail ou telefone; Idade.

Comentário

Criar uma reunião agendada

Observação: A guia Atender só está disponível na Web e na área de trabalho.

1. Em Microsoft Teams Gratuito, selecione **Atender**  no lado mais esquerdo da tela.

2. Selecione **Agendar uma reunião** .

Observação: Para agendar uma reunião na guia **Calendário**, escolha **Nova Reunião** . Você pode continuar seguindo as etapas abaixo.

Você também pode fazer um [link de reunião](#).

3. Dê a sua reunião um título no **campo Adicionar título** .

4. Insira um nome, email ou número de telefone para adicionar participantes à sua reunião.

[Agendar uma reunião no Microsoft Teams Gratuito - Suporte da Microsoft](#)

GABARITO A

63 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) O Microsoft Teams, em sua configuração original, tem a funcionalidade de *lobby*, ou sala de espera, na realização de reuniões.

Supondo que uma organização pretende realizar uma reunião por meio do aplicativo, assinale a alternativa correta acerca dessa funcionalidade, na configuração padrão.

- A) Todos os participantes, exceto os organizadores da reunião, devem esperar no *lobby*, independentemente de sua identidade.
- B) Participantes externos à organização são sempre direcionados para o *lobby*, enquanto usuários autenticados da organização são admitidos automaticamente na reunião.
- C) Somente organizadores e coorganizadores da reunião podem admitir a entrada de participantes do *lobby* na reunião.
- D) Somente os convidados com o papel de apresentador não são obrigados a aguardar no *lobby* antes de ingressar na reunião.
- E) Uma reunião pode ser configurada para que pessoas da organização, de organizações confiáveis e convidados entrem diretamente na reunião.

Comentário

Gerenciamento do Lobby (Sala de Espera) no Microsoft Teams

A questão aborda o **lobby da reunião** no Microsoft Teams, uma funcionalidade de segurança que permite ao organizador controlar a entrada de participantes, garantindo que apenas pessoas adequadas sejam admitidas.

[Configurar a sala de espera da reunião do Microsoft Teams para reuniões confidenciais - Microsoft Teams | Microsoft Learn](#)

Vamos analisar as alternativas:

A) Todos os participantes, exceto os organizadores da reunião, devem esperar no lobby, independentemente de sua identidade.

INCORRETA. Por padrão ou por configuração, usuários autenticados da organização e, muitas vezes, convidados diretos, são admitidos **diretamente**, sem precisar passar pelo lobby.

B) Participantes externos à organização são sempre direcionados para o lobby, enquanto usuários autenticados da organização são admitidos automaticamente na reunião.

INCORRETA. Não é verdade que participantes externos são **sempre** direcionados para o lobby. O organizador pode configurar o Teams para que convidados de **organizações confiáveis** ou convidados específicos (se autenticados) entrem diretamente.

C) Somente organizadores e coorganizadores da reunião podem admitir a entrada de participantes do lobby na reunião.

INCORRETA. No Teams, além de organizadores e coorganizadores, os participantes que receberam o papel de **apresentadores** também possuem a permissão para admitir pessoas que estão no lobby.

D) Somente os convidados com o papel de apresentador não são obrigados a aguardar no lobby antes de ingressar na reunião.

INCORRETA. Além dos apresentadores, as **pessoas da organização** (usuários autenticados) e, dependendo da configuração do lobby, participantes de organizações confiáveis, também podem ser configurados para entrar diretamente.

E) Uma reunião pode ser configurada para que pessoas da organização, de organizações confiáveis e convidados entrem diretamente na reunião.

CORRETA. O Teams oferece diversas opções de configuração do lobby, e a mais inclusiva permite que o organizador defina que usuários da **organização**, de **organizações confiáveis** e convidados entrem diretamente na reunião.

confiáveis (via acesso externo) e **convidados** (usuários que foram convidados especificamente) possam **entrar diretamente** na reunião, sem aguardar no lobby.

GABARITO E

RACIOCÍNIO LÓGICO

64 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) A afirmação “Se o candidato concluiu o ensino superior, então ele cursou especialização” precisa ser reformulada, mantendo-se o seu valor lógico. Uma possibilidade para essa reformulação é

- A) Se o candidato cursou especialização, então ele concluiu o ensino superior.
- B) O candidato concluiu o ensino superior e ele cursou especialização.
- C) O candidato não concluiu o ensino superior ou ele cursou especialização.
- D) O candidato não cursou especialização ou ele não concluiu o ensino superior.
- E) Se o candidato não concluiu o ensino superior, então ele não cursou especialização.

Comentário

Equivalência lógica de proposições condicionais

A questão busca uma proposição logicamente **equivalente (reformular)** à afirmação original.

Proposição Original ($P \rightarrow Q$) **Se** p **então** q:

- P: O candidato concluiu o ensino superior.
- Q: Ele cursou especialização.

A lógica proposicional estabelece duas equivalências para $P \rightarrow Q$.

1. Equivalência por condicional (Contrapositiva)

$$P \rightarrow Q = \sim Q \rightarrow \sim P$$

- **Conclusão:** "Se o candidato **não** cursou especialização, **então** ele **não** concluiu o ensino superior!"

Não temos esta opção nas alternativas, por isso, buscamos a próxima possibilidade.

2. Equivalência por **Disjunção** (regra do "nega o antecedente e usa o conectivo ou")

$$P \rightarrow Q = \sim P \vee Q$$

- **Negação do antecedente (P):** O candidato não concluiu o ensino superior.
- **Manutenção do consequente (Q):** Ele cursou especialização.
- **União pelo Conectivo OU:**
- **Conclusão:** "O candidato não concluiu o ensino superior **ou** ele cursou especialização."

GABARITO C

65 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Considere a seguinte afirmação:

- Em determinada empresa, todos os profissionais da diretoria são administradores ou são advogados.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma negação lógica para a afirmação apresentada.

- A) Em determinada empresa, existe profissional da diretoria que é administrador se, e somente se, é advogado.
- B) Em determinada empresa, nenhum dos profissionais da diretoria é administrador e advogado.
- C) Em determinada empresa, todos os profissionais da diretoria são administradores se, e somente se, são advogados.
- D) Em determinada empresa, todos os profissionais da diretoria não são administradores e não são advogados.
- E) Em determinada empresa, existe profissional da diretoria que não é administrador e não é advogado.

Comentário

Analizando a afirmação, notamos que é composta por um **quantificador universal** e a **disjunção**.

Em determinada empresa, **todos** os profissionais da diretoria são administradores **ou** são advogados.

Primeiro vamos negar o quantificador universal pelo quantificador existencial:

Negação de todo, algum e nenhum

PROPOSIÇÃO	NEGAÇÃO
Todo... é...	Algum... não é... Pelo menos um... não é... Existe... que não é...
Nenhum... é...	Algum... é... Pelo menos um... é... Existe... que é...

Segundo para negar a **disjunção (ou)** negamos tudo e trocamos pela **conjunção (e)**.

Concluímos que:

Em determinada empresa, **existe** profissional da diretoria **que não** é administrador **e não** é advogado.

GABARITO E

66 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Considere a seguinte afirmação:

Se Fulano fez o concurso, então ele foi aprovado.

Assinale a alternativa que contém uma negação lógica para a afirmação apresentada.

- A) Se Fulano fez o concurso, então ele não foi aprovado.
- B) Se Fulano não foi aprovado, então ele não fez o concurso.
- C) Se Fulano não fez o concurso, então ele não foi aprovado.
- D) Fulano não fez o concurso e ele não foi aprovado.
- E) Fulano fez o concurso e ele não foi aprovado.

Comentário

Estamos diante de uma **condicional**:

Se Fulano fez o concurso, **então** ele foi aprovado = $(P \rightarrow Q)$

Antecedente(P): Fulano fez o concurso.

Consequente (Q): ele foi aprovado.

Para realizar a negação do condicional devemos manter o antecedente, negar o consequente e substituímos o conectivo pela **conjunção (e)**.

Conclusão:

Fulano fez o concurso e ele **não** foi aprovado = $P \wedge \sim Q$

GABARITO E

67 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Considere as afirmações e seus respectivos valores lógicos:

- I. Juliana é advogada. Afirmação FALSA.
- II. Rodrigo não é engenheiro. Afirmação VERDADEIRA.
- III. Isabel é professora. Afirmação FALSA.

Assinale a alternativa em que a afirmação, composta pelas afirmações anteriores, é logicamente verdadeira.

- A) Se Rodrigo não é engenheiro, então Isabel é professora.
- B) Se Isabel é professora, então Rodrigo é engenheiro.
- C) Rodrigo não é engenheiro e Juliana é advogada.
- D) Juliana é advogada e Isabel é professora.
- E) Isabel é professora ou Juliana é advogada.

Comentário

Organizando as afirmações vamos analisar as alternativas:

Juliana é advogada	FALSA
Juliana não é advogada	VERDADEIRA
Rodrigo não é engenheiro	VERDADEIRA
Rodrigo é engenheiro	FALSA
Isabel é professora	FALSA
Isabel não é professora	VERDADEIRA

A) Se **Rodrigo não é engenheiro**, então **Isabel é professora** = **FALSA**

Estamos diante de uma **condicional** falsa, pois o antecedente é verdadeiro e o consequente é falso.

B) Se **Isabel é professora**, então **Rodrigo é engenheiro** = **VERDADEIRA**

Estamos diante de uma **condicional** verdadeira, pois ambas as preposições são falsas.

C) **Rodrigo não é engenheiro** e **Juliana é advogada** = **FALSA**

Estamos diante de uma **conjunção** falsa, pois o antecedente é verdadeiro e o consequente falso.

D) **Juliana é advogada** e **Isabel é professora** = **FALSA**

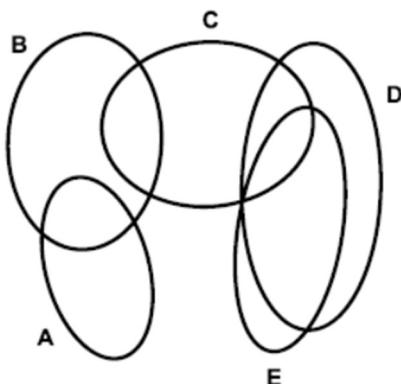
Estamos diante de uma **conjunção** falsa, pois ambas as preposições são falsas.

E) **Isabel é professora** ou **Juliana é advogada** = **FALSA**

Estamos diante de uma **disjunção inclusiva** falsa, pois ambas as preposições são falsas.

GABARITO B

68 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Considere que há elementos em todos os subconjuntos deste diagrama lógico a seguir.



(Arquivo pessoal; imagem usada com autorização)

Em relação a esse diagrama lógico e seus elementos, é logicamente verdadeiro afirmar:

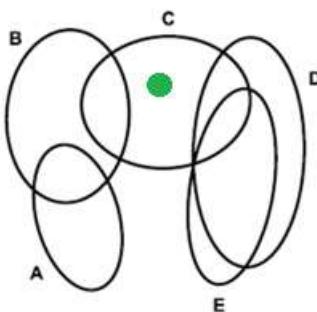
- A) Qualquer elemento de C, que não é elemento de B, é elemento de D ou E.
- B) Todo elemento de E, que é elemento de D, é também elemento de C.
- C) Existe elemento de A, que não é apenas elemento de A, que é elemento de B ou de C.
- D) Os elementos de C, que não são elementos de A, não são elementos de B.
- E) Alguns elementos de D, que são elementos de C, também são elementos de B.

Comentário

Vamos analisar as alternativas:

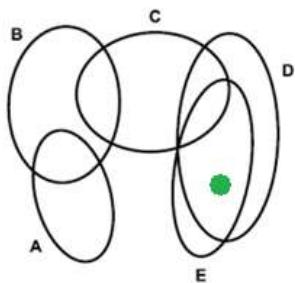
- A) Qualquer elemento de C, que não é elemento de B, é elemento de D ou E.**

FALSO. Pois, o elemento pode ser apenas elemento de C.



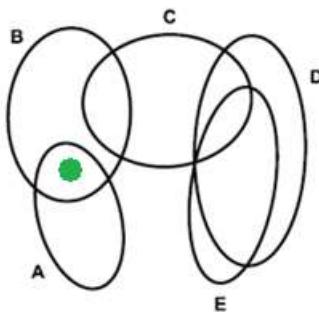
- B) Todo elemento de E, que é elemento de D, é também elemento de C.**

FALSO. Pois, o elemento pode ser apenas de D e E.



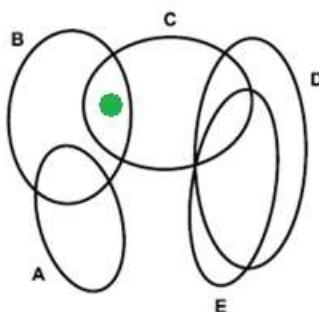
C) Existe elemento de A, que não é apenas elemento de A, que é elemento de B ou de C.

VERDADEIRO. Pois, a afirmativa informa que poderia ser elemento de B ou C, notamos que pode ser elemento de A e B.



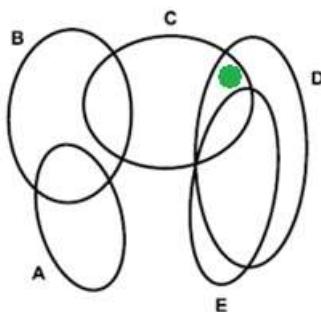
D) Os elementos de C, que não são elementos de A, não são elementos de B.

FALSO. Pois, os elementos são de C e B.



E) Alguns elementos de D, que são elementos de C, também são elementos de B.

FALSO. Pois, os elementos C e D, não são elementos de B.



GABARITO C

69 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) Considere a sequência a seguir, criada com um único padrão lógico matemático, sendo que o elemento que ocupa a primeira posição é igual a

$$9; 9, 8, 7, 6, 11, 10, 9, 8, 7, 12, 11, 10, 9, 8, 13, 12, 11, 10, 9, 14, \dots$$

A soma dos elementos que ocupam a 450^a e a 587^a posições dessa sequência é igual a

- A) 219
- B) 234
- C) 228
- D) 214
- E) 225

Comentário

Análise da sequência e cálculo da soma dos termos

A sequência dada é formada por blocos de 5 termos, onde o 5º termo de cada bloco é um termo de uma Progressão Aritmética (PA), e os 4 termos seguintes são gerados por um decréscimo simples.

Sequência: 9, 8, 7, 6, **11**, 10, 9, 8, 7, **12**, 11, 10, 9, 8, **13**, ...

Regras Identificadas:

- Termos Múltiplos de 5 (Pontos de Partida):** Os termos nas posições 5, 10, 15, 20, ... formam uma PA.

2. **PA de Partida (an):** Inicia em $a_1 = 11$ (o 5º termo da sequência) e tem razão $r = 1$ (11, 12, 13, ...).
3. **Termos Intermediários:** Os 4 termos após cada termo da PA são gerados por um decréscimo simples (a_{n-1} , a_{n-2} , a_{n-3} , a_{n-4}).

1. Cálculo do 450º Termo (T450)

A posição $n = 450$ é um múltiplo de 5, o que significa que T450 é um termo da PA.

- **Posição na PA:** $\frac{450}{5} = 90$. Logo, T450 é o 90º termo da PA.
- **Fórmula da PA:** $a_n = a_1 + (n - 1)r$
- **Cálculo:**

$$T_{450} = a_{90} = 11 + (90 - 1).1$$

$$T_{450} = 11 + 89$$

$$\boxed{T_{450} = 100}$$

2. Cálculo do 587º Termo (T587)

A posição $n = 587$ não é múltiplo de 5. Precisamos identificar o último termo da PA antes de T587.

- **Posição Múltipla de 5 Anterior:** $587 - 2 = 585$.
- T587 é o 2º termo após T585.

A. Cálculo do 585º Termo (T585)

- **Posição na PA:** $\frac{585}{5} = 117$. Logo, T585 é o 117º termo da PA (a_{117}).
- **Cálculo:**

$$T_{585} = a_{117} = 11 + (117 - 1).1$$

$$T_{585} = 11 + 116$$

$$\boxed{T_{585} = 127}$$

B. Cálculo do 587º Termo

T587 é o 2º termo após o termo da PA (127). Os termos após a PA são o 1º termo (decréscimo de 1) e o 2º termo (decréscimo de 2):

$$T_{587} = T_{585} - 2$$

$$T_{587} = 127 - 2$$

$$\textcolor{blue}{\boxed{T587 = 125}}$$

3. Cálculo da soma final

A soma dos elementos é $T450 + T587$ é

$$\textcolor{blue}{\boxed{100 + 125 = 225}}$$

GABARITO E

70 - (Simulado Geral. 2025. Vunesp) A sequência numérica a seguir foi criada com um padrão lógico aritmético.

$$7, \textcolor{red}{8}, \textcolor{red}{9}, \textcolor{red}{8}, \textcolor{red}{10}, \textcolor{red}{12}, \textcolor{red}{10}, \textcolor{red}{13}, \textcolor{red}{16}, \textcolor{red}{13}, \textcolor{red}{17}, \textcolor{red}{21}, \textcolor{red}{17}, \textcolor{red}{22}, \textcolor{red}{27}, \textcolor{red}{22}, \textcolor{red}{28}, \textcolor{red}{34}, \dots$$

Seja F o 24º elemento, G o 28º elemento e H o 35º elemento. O resultado da expressão numérica $F + G - H$ é igual a

- A) 30.
- B) 29.
- C) 25.
- D) 21.
- E) 18.

Comentário

Análise da sequência numérica e o padrão em blocos

A sequência obedece a um padrão de variações que se incrementa a cada ciclo de três termos. O padrão é composto por duas adições seguidas de uma subtração, onde o valor absoluto da variação aumenta.

Sequência dada (18 termos):

1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a	7 ^a	8 ^a	9 ^a	10 ^a	11 ^a	12 ^a	13 ^a	14 ^a	15 ^a	16 ^a	17 ^a	18 ^a	19 ^a
7	8	9	8	10	12	10	13	16	13	17	21	17	22	27	22	28	34	28

19 ^a	...
28	

Padrões de Variação Identificados:

POSIÇÕES	VARIAÇÃO (ADITIVO)
T1 → T4	+1,+1,-1
T4 → T7	+2,+2,-2
T7 → T10	+3,+3,-3
T10 → T13	+4,+4,-4
T13 → T16	+5,+5,-5
T16 → T19	+6,+6,-6

O último bloco conhecido é o Bloco 6, que começou em $T16 = 22$:

- $T16 = 22$
- $T17 = 22 + 6 = 28$
- $T18 = 28 + 6 = 34$
- $T19 = 34 - 6 = 28$

Continuação da sequência e cálculo de F, G, H

A partir do $T18$, o Bloco 6 deve terminar com -6 , e os blocos seguintes ($7, 8, 9, \dots$) terão variações de $+7, +8, +9, \dots$

POSIÇÃO	CÁLCULO	LETRA
T19	$34 - 6 = 28$	
T20	$28 + 7 = 35$	
T21	$35 + 7 = 42$	
T22	$42 - 7 = 35$	
T23	$35 + 8 = 43$	
T24	$43 + 8 = 51$	F
T25	$51 - 8 = 43$	
T26	$43 + 9 = 52$	
T27	$52 + 9 = 61$	
T28	$61 - 9 = 52$	G
T29	$52 + 10 = 62$	
T30	$62 + 10 = 72$	
T31	$72 - 10 = 62$	
T32	$62 + 11 = 73$	
T33	$73 + 11 = 84$	
T34	$84 - 11 = 73$	
T35	$73 + 12 = 85$	H

Valores Encontrados:

- $F = T_{24} = 51$
- $G = T_{28} = 52$
- $H = T_{35} = 85$

Cálculo da Expressão $F + G - H$:

$$51 + 52 - 85 = \mathbf{18}$$

GABARITO E

GABARITO

1C	2A	3B	4B	5E	6B	7A	8C	9D	10E
11E	12B	13A	14D	15B	16C	17D	18D	19C	20D
21D	22B	23D	24B	25B	26C	27D	28C	29A	30E
31C	32D	33E	34A	35B	36C	37A	38E	39D	40E
41B	42B	43E	44B	45E	46D	47C	48E	49C	50A
51B	52C	53B	54C	55B	56A	57B	58D	59E	60A
61C	62A	63E	64C	65E	66E	67B	68C	69E	70E